

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

DÉRIK BEZERRA MACHADO

**FLORESTAN FERNANDES: O DEBATE DA QUESTÃO
RAÇA E CLASSE REVISITADO**

VITÓRIA

2019

DÉRIK BEZERRA MACHADO

**FLORESTAN FERNANDES: O DEBATE DA QUESTÃO
RAÇA E CLASSE REVISITADO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Sandro José da Silva

VITÓRIA

2019

Ficha catalográfica disponibilizada pelo Sistema Integrado de
Bibliotecas - SIBI/UFES e elaborada pelo autor

M149f Machado, Dérik Bezerra, 1983-
Florestan Fernandes : o debate da questão raça e classe
revisitado / Dérik Bezerra Machado. - 2019.
107 f.

Orientador: Sandro José da Silva.
Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade
Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e
Naturais.

1. Ciências sociais-Brasil. 2. Relações raciais. 3. Negros. 4.
Capitalismo. 5. Classes sociais. 6. Socialismo. I. Silva, Sandro
José da. II. Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de
Ciências Humanas e Naturais. III. Título.

CDU: 316

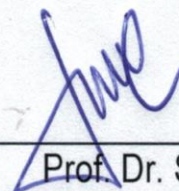
DÉRIK BEZERRA MACHADO

**FLORESTAN FERNANDES: O DEBATE DA QUESTÃO RAÇA E
CLASSE REVISITADO**

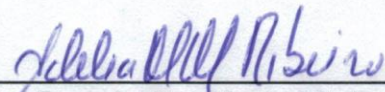
Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais do Centro de Ciências Humanas e Naturais, da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre em Ciências Sociais.

Aprovada em 04 de julho de 2019.

Comissão Examinadora:



Prof. Dr. Sandro José da Silva
Orientador e Presidente da Comissão - UFES



Profa. Dra. Adélia Maria Miglievich Ribeiro
Examinadora Interna – UFES



Profa. Dra. Maria Helena Elpídio Abreu
Examinadora Externa – Departamento de Serviço Social /UFES

Para Renata, com todo meu amor e carinho.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, gostaria de agradecer a minha mãe, Milene, e a meu pai, Antônio José, por acreditarem no “meu primeiro passo”. Necessariamente, sem esse incentivo jamais passaria por essa alegria.

Gostaria de agradecer aos meus irmãos, Priscila, Lucas e Luísa, por compartilharem comigo os “altos” e “baixos” da vida. Sem as lições aprendidas em nossas caminhadas nada próximo disso seria possível. Acredito muito em vocês.

Ao meu orientador, Sandro, pela oportunidade, compreensão e parceria nos últimos dois anos e, principalmente, por estimular minha autonomia intelectual. A professora Adélia, pelas preciosas colocações. A professora Roberta, pelos diálogos e contribuições nos últimos meses. E a professora Maria Helena, que prontamente aceitou a tarefa.

Aos camaradas do sindicato dos bancários, pela solidariedade e compreensão nesses tempos difíceis de intensa luta de classes. Aos lutadores e lutadoras do movimento negro e da velha e boa classe trabalhadora. Tenho orgulho da minha origem racial e de classe.

Aos companheiros do NEP (Núcleo de Educação Popular) Treze de maio, com os quais dividi grandes aprendizados.

Ao camarada Renan de Almeida Tomazi (*in memoriam*), que ingressou conosco nessa caminhada, porém, nos deixou mais cedo. Completamos esse ciclo também por você.

A minha avó Zaurinda (*in memoriam*), que nos deixou esse ano, matriarca negra. Tenho certeza que ficaria orgulhosa com seu primeiro neto mestre.

Aos meus amigos, mais recentes e mais antigos.

E em especial para companheira Renata, com quem divido a vida e os sonhos. Aquela que escreve diariamente os versos de nossa poesia, sei que é responsável por propiciar cada passo nessa longa caminhada. Que seus versos continuem impulsionando nossos dias e que seu carinho continue burlando nossas frustrações. Te amo e até sempre.

Contra a intolerância dos ricos, a intransigência dos pobres. Não se deixe cooptar. Não se deixe esmagar. Lutar sempre.

Florestan Fernandes

RESUMO

A presente dissertação se propõe a discutir a questão raça e classe no Brasil a partir da obra de Florestan Fernandes. Reconstituindo os principais aspectos de sua trajetória intelectual, o texto destaca os eventos e conjunturas que redundaram no encontro/relação com a questão racial, um dos enfoques centrais da chamada Escola Paulista de Sociologia. Parte da presente proposta é apresentar uma interpretação do autor e de suas principais contribuições para o campo intelectual da questão racial no Brasil. O trabalho é de cunho bibliográfico, recorrendo às obras do autor e ao mesmo tempo seus comentadores e críticos. Neste mister, sublinha-se inicialmente um debate da interpretação de Florestan Fernandes em relação a questão racial a partir do livro A integração do negro na sociedade de classe. O texto avança com uma proposta de leitura dos estudos de Florestan Fernandes sobre a “revolução burguesa no Brasil” e o “capitalismo dependente”. Isto porque, acredita-se que ao evidenciar a leitura estrutural do autor sobre o capitalismo e a posição do Brasil nele, a temática da assimilação do negro ganhará contornos singulares.

Palavras Chave: Revolução Burguesa, Capitalismo dependente, Raça e Classe.

ABSTRACT

The present dissertation proposes to discuss the issue of race and class in Brazil from the work of Florestan Fernandes. Reconstituting the main aspects of his intellectual trajectory, the text highlights the events and conjunctures that led to the meeting / relationship with the racial question, one of the central focuses of the Paulista School of Sociology. Part of the present proposal is to present an interpretation of the author and his main contributions to the intellectual field of race in Brazil. The work is bibliographical, using the works of the author and at the same time his commentators and critics. In this sense, a discussion of Florestan Fernandes interpretation of the racial question is first emphasized in the book *The integration of the Negro in class society*. The text advances with a proposal to read the studies of Florestan Fernandes on the "bourgeois revolution in Brazil" and "dependent capitalism". This is because, when evidencing the author's structural reading on capitalism and the position of Brazil in it, the theme of assimilation of the black will gain unique outlines.

Keywords: Bourgeois Revolution, Dependent Capitalism, Race and Class.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
1.1 Delimitação do objeto: Florestan Fernandes e o estudo das relações raciais.....	13
1.2 Método Materialista Dialético.....	18
1.3 Da abolição até Florestan: situando o autor.....	23
2 FLORESTAN E SUA TRAJETÓRIA INTELCTUAL, O SOCIÓLOGO EM CONSTRUÇÃO	27
2.1 Trajetória de Florestan Fernandes até à Universidade.....	27
2.2 Florestan Fernandes e a constituição de uma escola de Sociologia.....	32
2.3 Florestan e a questão racial, primeiro contato.....	38
3 FLORESTAN E A PROCESSUALIDADE CONJUNTURAL	43
3.1 Importância da discussão de algumas premissas.....	45
3.2 Primeiras questões da ordem em ascensão.....	46
3.3 A revolução burguesa e o negro.....	48
3.4 Aspectos da “heteronomia racial”	57
4 CAPITALISMO DEPENDENTE, REVOLUÇÃO BURGUESA E A QUESTÃO RACIAL	61
4.1 A Revolução Burguesa no Brasil.....	62
4.1.1 Etapas do desenvolvimento Capitalista no Brasil	69
4.2 Introdução ao capitalismo dependente.....	77
4.3 Classe social e luta de classes	81
4.5 Questão raça e classe revisitada.....	91
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	99
REFERÊNCIAS	105

1 INTRODUÇÃO

Vendo o passado à distância, pode-se ler a idéia [sic] de que houve uma série de coisas encadeadas, predeterminadas, como se eu tivesse querido fazer uma coisa e tivesse conseguido. Mas, na verdade, foi uma sucessão de acasos, acasos felizes para mim.

Florestan Fernandes

A questão racial para mim nunca foi simplesmente um objeto de pesquisa, mas uma sombra que seguiu meus passos sem me dar conta, e esteve presente, de forma marcante, em vários momentos da minha vida.

A cor da pele, os cabelos crespos, os lábios grossos, enfim, os traços expressivos estereotipados pelos olhares fulminantes de nossa sociedade, intimidaram-me a ponto de muitas vezes de o espelho vir a ser um obstáculo a ser superado. A escola e a família, como grandes interlocutores de um racismo estrutural, foram grandes aliados de forma direta e indireta para essa resistência à cor de minha pele.

Alguns anos depois, porém, não com menos hostilidade, tive a “oportunidade” de entrar na Universidade Federal do Espírito Santo, no curso de Ciências Sociais. Coloco aspas no termo “oportunidade” porque não haviam políticas afirmativas para o ingresso na UFES e também pelo fato de ter tido a necessidade de estudar três anos num cursinho popular e passar por vários processos seletivos para enfim ter “direito” ao ensino superior.

Meus leitores logo começarão a supor de onde veio essa aproximação mais crítica com o tema racial, afinal estar numa universidade federal e no curso de ciências sociais potencializariam, em tese, uma leitura crítica sobre o racismo predominante na sociedade. No entanto, isso não se confirmou exatamente assim, e o que atraiu e despertou minha atenção crítica para um tema que há tanto tempo fazia parte do meu cotidiano, foi um programa de extensão chamado conexões de saberes¹, que debatia o acesso e a permanência de jovens de origem popular na universidade. Esse era o

¹O Conexões de Saberes é um programa de extensão universitária com caráter de ação afirmativa que atua para o fortalecimento da trajetória acadêmica e política de estudantes de origem popular e negros a partir de um debate acerca da democratização da universidade. O objetivo maior do programa é ampliar a relação entre a universidade e os moradores de espaços populares, promovendo o encontro e a troca de saberes e fazeres entre esses dois territórios socioculturais. No ES era coordenado pela professora Leonor Araújo.

ingrediente que faltava, para além das questões fenotípicas para reconhecer o que sempre foi tão óbvio, que eu era negro.

No “Conexões de Saberes”, fiquei do período do início de 2006 até meados de 2007, quando fui convocado para tomar posse no Banco do Brasil em um concurso no qual tinha sido aprovado em 2004. Nesse tempo do “programa”, fazíamos muitas oficinas e debates sobre a questão racial, direitos humanos e a questão social. O período que estive no Saberes coincidiu com um grande debate local sobre a implementação de cotas com recorte racial na UFES. Foi um momento bem conturbado e rico politicamente, que teve como desfecho a implementação de cotas sociais na universidade a partir do vestibular de 2008².

No final de 2008 decidi fazer minha monografia sobre a questão das cotas raciais na UFES, projeto que por alguns contratempos “da vida” conclui em 2014, com o título *Cotas Étnico-raciais: Algumas leituras subjacentes aos alunos do Curso de Ciências Sociais*, que analisou a perspectivas dos estudantes de ciências sociais da UFES acerca das cotas raciais. Posteriormente, no final do mesmo ano, iniciei uma especialização no Núcleo de estudos afro-brasileiros (NEAB) sobre a mesma temática. Dessa vez, conclui com um projeto de monografia, tendo como objeto de pesquisa a análise da percepção dos discentes de uma turma de terceiro ano noturno da Educação de Jovens e Adultos (EJA), escola Elice Baptista Gaudio, localizado no bairro Serra Dourada II, no município da Serra.

Ambos os trabalhos foram um importante exercício intelectual e acadêmico, porém, torna-se evidente a necessidade de revisitar e aprofundar algumas questões contidas nos trabalhos anteriores, que estão relacionadas a políticas de cotas para negros. Ao longo do processo de elaboração das pesquisas deparei-me por diversas vezes com a polêmica e a complexidade da relação entre “raça e classe”. Assim, esse tema

² O modelo adotado estabeleceu a reserva de 40% do total de vagas de cada curso, sendo possível o aumento para 45% e 50% naqueles cursos onde a oferta de vagas fosse ampliada. Contemplava estudantes que haviam cursado pelo menos quatro anos das séries do ensino fundamental e todo o ensino médio em escola pública, e que tinham renda familiar inferior a sete salários mínimos. O debate sobre o sistema de reserva de vagas teve início no ano de 2005, com a formação de comissão especial para este fim. No entanto, só foi aprovado pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE), em agosto de 2007.

recorrente acabou por se impor, dada sua centralidade no debate racial, orientando, por conseguinte, os próximos passos da pesquisa.

No mestrado venho a ser aprovado no processo seletivo para ingresso no primeiro semestre de 2017, inclusive foi a primeira vez que tive a oportunidade de ter acesso pela reserva de vaga com recorte étnico-racial, no caso para PPI³, tema por mim há tanto tempo discutido. Vale ressaltar que sem a reserva não teria ingressado, porque minha média na prova de línguas (inglês) foi abaixo dos demais candidatos, e já era minha segunda tentativa.

Já no curso de Mestrado em Ciências Sociais na UFES, disponibilizei esforços no sentido de buscar acompanhar a dinâmica da rotina acadêmica e principalmente conciliar com espaços de trabalho e etc.

Como já é sabido, a Universidade não é um espaço para trabalhadores. As aulas são ministradas às 14 horas da tarde, principalmente as obrigatórias, não facilitando nem um pouco as possibilidades de fazer o curso concomitantemente com o trabalho. Passei por disciplinas obrigatórias como Métodos e Técnicas de Pesquisa, Seminários de Pesquisa, Teoria Antropológica e Teoria Sociológica, sendo que essa última trouxe uma grande contribuição ao estudo de alguns autores clássicos das Ciências Sociais. Tive a oportunidade de participar de um estágio docência com o professor Sandro, com a disciplina Introdução às Ciências Sociais no curso de Economia que foi também de grande aprendizado. No primeiro semestre de 2018 me matriculei numa disciplina no mestrado de Política Social, Capitalismo e Sociedade, que me possibilitou análises preciosas para minha pesquisa.

Essa breve biografia pessoal tem por finalidade provocar uma aproximação analítica e afetiva entre as leituras possíveis de F. Fernandes, exatamente naquilo que ele procura superar mediante sua evolução acadêmica, mas que remanesce como uma condição de possibilidade de sua posição na sociologia nacional e internacional lembrada recorrentemente por seus biógrafos e analistas: sua origem pobre e mestiça. Para quem se inicia na obra do autor essa é uma passagem quase obrigatória, um

³ 25% das vagas ofertadas serão reservadas para alunos pretos, pardos e indígenas (cotas PPI), obedecida a ordem de classificação dentre os alunos que declararem interesse em concorrer a tais vagas. Processo seletivo para o PGCS de 2016/2017.

tipo de memória que se cristalizou e que se tornou a porta de entrada para a análise da relação entre obra e autor, conferindo-lhe uma posição que vai além do academicismo e ao mesmo tempo revelando o status nacional e o sotaque modernista de seu pensamento.

1.1 Delimitação do objeto: Florestan Fernandes e o estudo das relações raciais.

No início do processo de delimitação do objeto de estudo, em conversas acerca da possibilidade de caminhos para a pesquisa com meu orientador, professor Sandro Silva, chegamos ao acúmulo de que o debate das cotas raciais, apesar de nem de longe estar pacificado no cotidiano social, já está em outro patamar. Alguns argumentos utilizados contra a implementação das cotas foram superados pelo resultado do desempenho dos cotistas, por exemplo, aquele que versa sobre a possibilidade de as cotas rebaixarem o nível das universidades. Vários estudos e dados estatísticos já demonstraram que as notas dos cotistas são iguais ou superiores ao dos não cotistas, e mais, segundo dados da revista Caros Amigos, entraram mais negros na universidade depois da implementação de cotas, a partir de 2004, do que em todo o século XX no Brasil.

O debate das cotas em si expressa alguns limites, e nos conduz à necessidade de compreender e explicar a formação e a realidade sócio racial do país. Essa trajetória nos leva ao debate “raça e classe”, que emerge inicialmente do papel atribuído às cotas sociais, que na leitura de uma parcela expressiva da sociedade, já garantiria em si mesmas a entrada do negro na Universidade. Com um raciocínio bem simples, amparado na lógica formal, deduz-se que como a maioria dos pobres são negros, o recorte social das cotas resolveria essa questão. Em contrapartida a esse argumento, uma parcela empenhada dos ativistas do movimento negro e seus simpatizantes afirmam que a cota social está longe de contemplar a entrada dos negros na Universidade.

Aparentemente não há nenhum problema na afirmação supracitada, inclusive comungo dela, no entanto, ao dissecá-la, emergem alguns equívocos que pretendo destacar ao longo dessa dissertação. O principal deles é a associação de cotas sociais a um referencial marxista atribuído a Florestan Fernandes, inclusive reproduzido por

mim em análises anteriores. Nessa primeira aproximação há uma dicotomização de raça e classe, além disso as duas categorias, no decorrer da constituição do pensamento social e político brasileiro, assumem denominações distintas.

Bárbara Freitag classificou a obra de Floresta Fernandes marcada por duas fases: uma “acadêmico-reformista” e uma “político-revolucionário”. A primeira sugere um intelectual que acreditava que “[...] uma sociologia científica, praticada com seriedade e compreendida como verdadeiro ‘trabalho teórico’ teria condições de funcionar como alavanca para transformações profundas na sociedade, servindo como instrumento de conscientização e mobilização das forças sociais organizadas” (FREITAG, 2006, p. 237). Esta “fase” se completou com sua guinada revolucionária, na qual, diante das tensões políticas nacionais que o atingiram frontalmente, Fernandes se coloca como um intelectual que,

[...] percebera, na própria carne, que o indivíduo mesmo altamente dotado e consciente para fazer o diagnóstico correto do seu tempo, não tem poder de transformação da sociedade como indivíduo isolado. Seu potencial de transformação da realidade global depende de conjunturas e tendências internacionais, nas quais o indivíduo singular submerge, sem poder de intervenção ou transformação (FREITAG, 2006, p. 238).

Embora saibamos os limites de compartilhar a trajetória de um intelectual em fases, assumimos que tal separação tem um caráter heurístico para nos ajudar a delimitar com mais propriedade os “problemas” que o autor identificou naquele momento específico de ruptura com a escola gilbertiana e como ele os enfrentou nas condições que lhe foram oferecidas pela reorganização do campo intelectual no Brasil.

Em linhas gerais, a perspectiva analítica de Fernandes nos primeiros ensaios sobre o tema das desigualdades raciais, tem seu foco desde uma elaboração funcionalista, como também sublinha Freitag, quando argumenta que “o funcionalismo antropológico, era capaz de reconstruir a estrutura de uma sociedade mesmo que essa já se encontrasse em plena extinção” (FREITAG, 2005, p. 236). Ou como buscamos demonstrar, estavam em “transição” de estágios relativamente bem demarcados.

Ou seja, as condições de existência de um país moderno dependiam da superação da condição – ideológica e econômica -, escravista no Brasil e da formação de uma força de trabalho livre, disponível para ingressar no mercado de trabalho, mas

também, como agentes de desenvolvimento; empreendedores, empresários, intelectuais.

A linguagem e a preocupação com a “formação” não é fortuita. Barbara Freitag sugere uma leitura marxista – o ser precede a consciência -, das opções de Florestan Fernandes, quando mostra a diferença entre ele e Gilberto Freyre na elaboração da temática racial. Sobre isso destacamos que os estudos sobre a realidade brasileira de Freyre refletiam a sua inserção no Brasil colonial como descendente da classe senhorial “açucareira” ao passo que, para Florestan Fernandes a análise “[...] sobre o negro e o branco no Brasil do ciclo do café mostravam seu profundo arraigamento na cultura do negro e do imigrante” (FREITAG, 2005, p.237).

Como em uma leitura funcionalista, a busca por ciclos, passagens, barreiras e condições são fundamentais na definição da vida social e da “transformação” da vida das “classes” e das “raças”. Dadas as causas ideais, os efeitos ideais seriam a emergência de um país nas condições econômicas e políticas adequadas para ingressar no cenário internacional do capitalismo. Teríamos assim, superado o escravismo como herança econômica e, como se observa em algumas passagens de Florestan Fernandes, a superação do racismo como prática moral da sociedade.

Florestan Fernandes, nesse sentido, cumpre um papel determinante na análise de “raça e classe”, principalmente como referência crítica. É preciso lembrar que ele se opõe a uma perspectiva nacionalista racializada que identificou o negro como “problema” nacional, um elemento do atraso econômico e moral. Nesta perspectiva estavam Nina Rodrigues e Oliveira Vianna - cujas concepções buscaram patologizar o negro como sujeito desajustado à nova ordem mundial -, ao invés, como veremos, de elaborarem um diagnóstico sociológico das condições políticas e econômicas dos negros no pós-abolição, como buscou fazer Fernandes. Por mais que a análise deste disponibilize elementos importantes para interpretação da realidade racial do Brasil, também é criticado por boa parte dos intelectuais. Guimarães situa,

Algumas das mais importantes contribuições posteriores à historiografia e à sociologia brasileiras, como os livros de Carlos Hasenbalg (1979), de George Andrews (1991) e de Lilia Schwarcz (1993), contrapuseram-se a essas teses, ou qualificaram o âmbito de sua validade. Todos reconheceram, entretanto, que a classe operária brasileira, ao contrário do que se passou em outros países, não se segmentou racialmente. Lilia Schwarcz enfatizou o modo como as teorias racistas do final do século XIX foram eficientes em tecer o

senso comum cotidiano que permitiram a substituição do negro e do mulato pelo imigrante europeu; George Andrews mostrou muitas evidências de como a preferência pelos imigrantes foi sistemática e não dependeu de habilidades ou de adequadas personalidades-status dos imigrantes. Argumentou, ademais, que o negro brasileiro, no final do século XIX, não estava despreparado para a liberdade. Carlos Hasenbalg salientou que o capitalismo industrial nem mesmo prescinde do racismo que Florestan acreditava ter sido herdado da ordem escravocrata (GUIMARÃES, 2008, p. 14).

Fernandes leva-nos a interpretar as relações raciais após o processo de abolição como incompatíveis com a nova ordem socioeconômica que estava sendo estabelecida. O autor analisa que a continuação do preconceito e da discriminação nessa nova ordem vigente permanece vinculada aos pressupostos estabelecidos no regime escravocrata e nas condições instituídas por meio de um sistema de castas imposto pelo “antigo regime”. Segundo Carlos Hasenbalg, “[...] Fernandes é levado a uma visão qualificada, porém otimista sobre o futuro das relações raciais brasileiras” (HASENBALG, 1979 p. 74).

Florestan Fernandes, na visão do autor, comete um equívoco quando pressupõe que a absorção do negro pelo sistema de classe num futuro próximo dependeria somente da superação dos resquícios do escravismo. Hasenbalg (1979) ressalta o fato da exclusão dos negros não ser apenas fruto do regime escravocrata, mas sim de um sistema de estratificação racial que permanece mesmo após a abolição e que se pauta em características de desvantagem como cor da pele.

O fato é que o conceito de classe estabelecido por Fernandes a partir de sua matriz teórica marxista, é indispensável para entender as contradições das relações sociais⁴. A questão é que Fernandes, na leitura de Hasenbalg, desconsidera que o preconceito e a discriminação assumiram uma nova roupagem, atualizando e ressignificando os padrões de exclusão, mesmo diante da superação do modelo escravista e instauração da nova “ordem social competitiva”.

Na verdade, a interpretação assinalada por Carlos Hasenbalg tem indícios evidentes de que a projeção de Fernandes indicava essa tendência, de superação do racismo concomitante à consolidação da “ordem social competitiva”, porém, é uma obra de 1979⁵, e Fernandes vivera até 1995. Nossa busca é sobre o que Florestan Fernandes

⁴ Ver adiante.

⁵ HASENBALG, Carlos Alfredo. **Discriminação e desigualdades raciais no Brasil**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

fizera com essas afirmações tão importantes e também controversias no seu percurso intelectual.

As análises acima exprimem de forma sintética uma sinalização a respeito do debate “raça” e “classe” na perspectiva de uma interpretação acerca das formulações de Florestan Fernandes. Nossa tarefa nessa nova fase da formulação é justamente entender a obra de Florestan em relação ao debate raça e classe, e, a partir de um diagnóstico mais consistente sobre como autor estabelece essa conexão, pretende-se conceber como ficam suas análises até o desfecho do seu percurso teórico. Manteve ou não manteve suas formulações? Criticou ou reafirmou suas conclusões anteriores? Seguindo assim uma análise mais global e, principalmente, buscando imprimir críticas qualificadas a respeito do debate “raça” e “classe”.

Os estudos sobre o racismo, principalmente com advento do debate das cotas, desde aquela famosa conferência de Durban⁶, da qual participaram vários intelectuais brasileiros, permaneceram na agenda nacional. No entanto, o debate das cotas tem sido o ponto de chegada de vários estudos apresentados nos últimos anos, inclusive foi o nosso, porém, na apreensão do movimento da análise, apareceram algumas lacunas que não puderam ser supridas a partir das cotas enquanto objeto de pesquisa.

E com essa pretensão que propomos uma busca por caminhos anteriores, de uma forma não cronológica, mas sim dialética, remontando os aspectos centrais que trouxeram o debate “raça” e “classe” para o centro da polêmica em relação a questão do negro no Brasil, a partir das análises de Fernandes. Essa trajetória nos remete, de certa forma, à gênese ou o germe do que vai se estabelecer como debate “raça” e “classe” no âmbito das cotas.

Boa parte das críticas remetidas a esse tema está atribuída a Florestan e a sua leitura da realidade racial. Porém, ao observarmos a trajetória de Fernandes, percebemos que algumas não são tão óbvias assim ou simplesmente deveriam ser analisadas com mais critério. Não estamos propondo “salvar” ou “canonizar” a figura deste intelectual tão importante para formação da sociologia no Brasil, mas o objetivo geral é buscar,

⁶ III Conferência Mundial das Nações Unidas contra o racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e intolerância Correlata, realizada em Durban, África do Sul, de 31 de agosto a 7 de setembro de 2001.

em um estudo rigoroso do autor, o desfecho de sua interpretação sobre a questão “raça” e “classe”.

Na construção do saber científico, as *palavras, formulações e teorias* não são neutras, pois trazem consigo posições de classe, influências e embasamentos ancorados em uma concepção ou perspectiva de sociedade. Diante disso, ao longo dos anos que trabalhamos essa questão talvez não tenhamos dado a relevância necessária para o lugar que os autores que utilizamos ocupam na sociedade. Nesse sentido, o autor em questão é uma referência de coerência e prática na defesa intransigente dos “de baixo”, como o próprio gostava de se referir aos trabalhadores.

Florestan é seguramente uma figura que nega nas suas análises a neutralidade científica, amparado nos percursos de sua vida e na busca por uma sociedade mais justa, democrática e igualitária. Segundo professor José Paulo Netto, sempre teve uma grande pergunta para sua problematização intelectual, “O que é o Brasil?”, o debate da questão indígena, do negro, da educação e da democracia, na confluência da realidade brasileira, emergiram a partir da necessidade de contar e conhecer o Brasil a partir dos “de baixo”. Os temas que estruturam suas obras são a colonização, escravidão e a revolução Burguesa.

Esse pequeno exercício de constituição da realidade do negro seguramente foi imprescindível para a problematização da análise de Florestan. Cabe ressaltar agora uma questão, Florestan Fernandes, posteriormente às suas afirmações sobre as tendências da assimilação do negro na “ordem social competitiva”, reafirma suas posições anteriores ou as supera? Essa é nossa questão principal a ser examinada no decorrer da dissertação.

1.2 Método Materialista Dialético

Inicialmente, é necessário aferir os instrumentos, método e metodologia, para que de forma rigorosa se busque analisar o objeto de pesquisa. Nas literaturas existentes nas ciências sociais, qual o melhor instrumental para analisar a trajetória de Florestan Fernandes? Netto introduz,

A *questão do método* é um dos problemas centrais (e mais polêmicos) da teoria social – demonstra – os esforços dos clássicos das ciências sociais: não foi por acaso que Durkheim (1975) se ateu à construção de um método para sociologia e que Weber (1992, 2000), além de se ocupar da conceptualização das categorias sociológicas, escreveu largamente sobre metodologia. Por isso mesmo, toda aproximação séria a tais ciências implica um esforço de clarificação metodológica (FERNANDES 1980, apud NETTO, 2011, p. 9).

José Paulo Netto, ao afirmar a importância do método lança luz acerca das origens das formulações teóricas de dois autores clássicos das ciências sociais. “[...] De fato, não se pode analisar a metodologia durkheimiana sem considerar seu enraizamento positivista, bem como não se pode debater a ‘sociologia compreensiva’ de Weber sem levar em conta o neokantismo que constitui um de seus suportes ” (NETTO, 2011, p. 10).

Método, segundo a etimologia da palavra, significa por meio de, via, caminho. É o caminho organizado que conduz a um certo resultado. A forma como organizamos o pensamento para nos apropriarmos do objeto. Portanto, é um instrumental racional para adquirir, demonstrar ou verificar conhecimentos.

O ponto de partida determina o método, e todo método tem pressuposto e lógica. Os pressupostos podem ser materialistas ou idealista, enquanto a lógica (forma de organizar o pensamento), formal ou dialética. Partimos da realidade concreta produzida a partir da relação do homem com a natureza, relação mediada pelo trabalho, como Marx situa,

[...] o primeiro pressuposto de toda a existência humana e, portanto, de toda a história, é que os homens devem estar em condições de viver para poder “fazer história”. Mas para viver, é preciso antes de tudo comer, beber, ter habitação, vestir-se e algumas coisas mais. O primeiro ato histórico é, portanto, a produção dos meios que permitam a satisfação destas necessidades, a produção da própria vida material, e de fato este ato histórico, uma condição fundamental de toda a história, que ainda hoje, como a milhares de anos, deve ser cumprido todos os dias e todas as horas, simplesmente para manter os homens vivos (MARX, 2007, p. 32-33).

Além desta constatação materialista, partimos da compreensão de que a realidade é atravessada por contradições e que por isso está sempre em movimento (Lefebvre, 1965). Para captar o movimento do real é necessário respeitar a forma como ele se constitui e a dialética como “[...] o modo de pensarmos as contradições da realidade, o modo de compreendermos a realidade como essencialmente contraditória e em

permanente transformação” (KONDER, 2008, p. 7-8), é a lógica que nos propicia a compreensão rigorosa do objeto de pesquisa.

Ao observamos o movimento da realidade nos deparamos com sua aparência, e "o objetivo do pesquisador, indo além da aparência fenomênica, imediata e empírica - por onde necessariamente se inicia o conhecimento, sendo essa aparência um nível da realidade, [...] - é apreender a essência (ou seja, a estrutura e a dinâmica) do objeto” (NETTO, 2011 p.22). As categorias, portanto, são um produto desse processo de abstração e análise, e correspondem ao esforço de apreender a essência do fenômeno. Netto assinala,

Alcançando a essência do objeto, isto é: capturando sua estrutura e dinâmica, por meio de procedimentos analíticos e operando sua síntese, o pesquisador a reproduz no plano do pensamento; mediante a pesquisa, viabilizada pelo método, o pesquisador reproduz, no plano ideal, a essência do objeto que investigou (NETTO, 2011 p.22).

Portanto, essa aproximação do método nos possibilita compreender que na realidade concreta há condicionamentos objetivos, que correspondem ao momento do desenvolvimento do capitalismo em sua fase monopolista e financeira, e condicionamentos subjetivos, que dizem respeito a como que a ação da classe trabalhadora foi moldada a partir do seu conjunto de organizações sociais e políticas, que também guarda relação com a formação social brasileira. Netto afirma,

[...] a postura inaugurada com a obra marxiana [...] implica uma imagem rigorosa do homem como ser *prático e social*, produzindo-se a si mesmo através de suas objetivações (a práxis, de que o processo de trabalho é o modelo privilegiado) e organizando as suas relações com os outros homens e com a natureza conforme o nível de desenvolvimento dos meios pelos quais se mantém e reproduz enquanto homens. Isto é: há aqui uma antropologia cuja ontologia é a matéria da história (NETTO, 2012 p. 75).

A vida social é produto de relações sociais historicamente determinadas, compreendemos, a partir das referências supracitadas, que a melhor forma de desvendá-la rigorosamente é por meio do método que possibilitou o conhecimento dessas determinações para além da aparência, ou seja, do materialismo dialético.

As relações de produção⁷, que correspondem ao grau de desenvolvimento das forças produtivas⁸, não estão estáticas e se desenvolvem contraditoriamente. Portanto, os conflitos entre as classes expressam essa contradição fundamental. “Para Marx, em última instância, a **historicidade**, ou seja, a transitoriedade do capitalismo, depende do desenvolvimento desses antagonismo e lutas” (IANNI, 1979, p. 14, grifo nosso). Por isso a relação “raça e classe” deve ser compreendida à luz das contradições fundantes da sociedade capitalista e de sua forma de dominação, que precisa apresentar seus interesses particulares como universais.

Partindo do pressuposto de que é o rigor do método que possibilita a melhor forma de apropriação do objeto, partir do concreto, da produção da vida, e da forma com que a realidade se constitui, ou seja, partir de suas próprias contradições, parece ser a melhor forma de reproduzir a complexidade da formação social brasileira no pensamento. Pois “o caminho entre a ‘caótica representação do todo’ e a ‘rica totalidade da multiplicidade das determinações’ coincide com a compreensão da realidade” (KOSIK, 1969, p. 29-30). Karel Kosik complementa,

Da vital, caótica, imediata representação do todo, o pensamento chega aos conceitos, às abstratas determinações conceituais, mediante cuja formação se opera o retorno ao ponto de partida; desta vez, não mais como ao vivo mas incompreendido todo da percepção imediata, mas ao conceito do todo articulado e compreendido (KOSIK, 1969, p. 29).

Compreendendo o *Prefácio da Contribuição à Crítica da Economia Política* como síntese do método materialista dialético, como afirma Netto (2011), duas passagens se destacam. A primeira, refere-se ao pressuposto materialista, “[...] não é a consciência dos homens que determina o seu ser; ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência” (MARX, 2008, p. 47), essa orientação metodológica para

⁷ [...] as forças produtivas operam dentro de relações determinadas entre os homens e a natureza e entre os próprios homens. [...] que constituem as **relações de produção**. [...] que são determinadas pelo *regime de propriedade* dos meios de produção fundamentais. [...]. Nas sociedades onde existe a propriedade privada dos meios de produção fundamentais, a situação dos membros da sociedade depende da sua posição diante desses meios; a propriedade privada dos meios de produção fundamentais divide-os em dois grupos com interesses antagônicos: os proprietários e os não-proprietários dos meios de produção fundamentais – em síntese, *na propriedade privada está a raiz das classes sociais* (NETTO, 2012, p. 71-72, grifo do autor).

⁸ a) os meios de trabalho – tudo aquilo do que se vale o homem para trabalhar (instrumentos, ferramentas, instalações etc.), bem como a terra [...]; b) os objetos do trabalho – tudo aquilo (matérias naturais brutas ou matérias naturais já modificadas pela ação do trabalho) sobre que incide o trabalho humano; c) a força de trabalho – trata-se da energia humana que, no processo de trabalho, é utilizada para, valendo-se dos meios de trabalho, transformar os objetos de trabalho em bens úteis à satisfação de necessidade. O conjunto desses elementos designa-se por **forças produtivas** (NETTO, 2012, p. 70, grifo do autor).

investigar o fenômeno nos permite compreender que somos marcados geneticamente pelo momento histórico e que a nossa subjetividade está submetida a ele. Na segunda, a ênfase é a lógica dialética, “[...] em uma certa etapa de seu desenvolvimento, as forças produtivas materiais entram em contradição com as relações de produção existentes [...]” (MARX, 2008, p. 47), como momento ímpar da contradição capitalista, e os impactos desse processo na consciência social podem também ser guias para a análise do fenômeno.

Se partimos do entendimento metodológico de que o “conhecimento se realiza como separação de fenômeno e essência, do que é secundário e do que é essencial” (KOSIK, 1969, p. 14), e que, portanto, todo produto oculta o processo que o gerou; de que a aparência esconde a essência, e que o “conhecimento consiste na decomposição do todo” (KOSIK, 1969, p. 14), para explicar a partir do mosaico complexo da formação social brasileira, precisamos desmontar e remontar (refazer o processo) a partir de Fernandes para alcançar sua essência, pois “a ‘cisão do único’, é o modo pelo qual o pensamento capta a ‘coisa em si’” (KOSIK, 1969, p. 15).

O objetivo do pesquisador, indo além da aparência fenomênica, imediata e empírica, por onde necessariamente se inicia o conhecimento, sendo essa aparência um nível da realidade, portanto, algo importante e não descartável – é apreender a essência (ou seja: a estrutura e dinâmica) do objeto (NETTO, 2011, p. 22).

Em síntese, Fernandes expressa, em sua obra *A história em processo*, a articulação materialista dialético de todo o instrumental analítico acumulado em seu processo de investigação, concretizadas em conceitos como; historicidade, história em processo e contradição. Conceitos importantes para desvendar as facetas da realidade brasileira e seu *devenir*. Fernandes resume,

[...] **história em processo** evoca uma maneira de apanhar a história em seu movimento de *vir-a-ser cotidiano* (ou seja, como ela brota aos “nossos olhos”; ou se desenrolou de um presente vivido e em um passado que possa ser descrito “dinamicamente”). A história em processo é, como foi visto acima, a *história dos homens*, o modo como eles produzem socialmente a sua vida, ligando-se ou opondo-se uns aos outros, de acordo como sua posição nas relações de produção, na sociedade e no Estado, gerando, assim, eventos e processos históricos que evidenciam como a produção, a sociedade e o Estado se preservam ou se alteram ao longo do tempo (FERNANDES, 2012, p. 73-74, grifo nosso).

Trata-se de um trabalho de cunho bibliográfico, dessa forma, nossas observações e conclusões terão como matriz central as obras de Florestan Fernandes e, em alguns

casos, serão acrescidas de outros autores que julgarmos importante para nossas análises.

1.3 Da Abolição a Florestan: Situando o Autor

Antes de discutir o processo de elaboração de Fernandes sobre a questão racial, buscaremos, a partir de uma breve análise do debate racial no Brasil, enfatizar o cenário encontrado pelo autor no que tange ao estudo em questão.

Desde a conjuntura marcada pelo processo abolicionista com desfecho em 1888, até a contemporaneidade, alguns formuladores da teoria social não mediram esforços para compreender e interpretar quais as causas e consequências sociais, econômicas e culturais desta inserção tardia do Brasil no que Florestan Fernandes (1978) vai chamar de “ordem social competitiva”.

O processo de abolição de 1888 traz, além disso, um novo dilema para a elite brasileira e seus pensadores, até então não priorizado, que é a necessidade de construção de uma nação e de uma identidade nacional. Nesse cenário, “a pluralidade racial nascida do processo colonial representava, na cabeça dessa elite uma ameaça e um grande obstáculo no caminho da construção de uma nação que se pensava branca” (MUNANGA, 2008, p. 48); de escravo a cidadão, o negro tornou-se um problema.

Vários autores do pensamento social, político e econômico brasileiro passam a ter um objeto de estudo bem nítido. Como se adequar aos padrões emergentes de uma ordem social em ascensão, com tantos resquícios de uma sociedade escravocrata? Nesse sentido, o negro, nesse primeiro momento de suas formulações, vai aparecer como destaque, simbolizando o atraso cultural e econômico, incompatível com a ordem em ascensão. Assim a “raça” ganha centralidade nas discussões em questão.

Alguns esforços intelectuais foram dispendidos, principalmente a partir desse momento de transição, por vários autores, como Sílvio Romero, Euclides da Cunha, Alberto Torres, Manuel Bonfim, Nina Rodrigues, João Batista Lacerda, Edgar Roquete Pinto, Oliveira Viana, Gilberto Freyre e etc. Destes iremos destacar dois autores que

representam momentos distintos da formulação do pensamento social brasileiro, Nina Rodrigues e Gilberto Freyre.

Raimundo Nina Rodrigues, médico legista Baiano, psiquiatra e antropólogo, é um representante legítimo de teorias sobre o determinismo biológico, muito presente para afirmar a superioridade de uma raça sobre outra. Ele atribuía à uma população predominantemente negra, o elemento chave para o fracasso dessa nação recém constituída. Rodrigues ressaltava,

[...] “O negro, principalmente, é inferior ao branco, a começar da massa encefálica, que pesa menos, e do aparelho mastigatório que possui caracteres animalescos, até as faculdades de abstração, que nele é tão pobre e fraca. Quaisquer que sejam as condições sociais em que se coloque o negro, está ele condenado pela sua própria morfologia e fisiologia a jamais poder igualar-se ao branco” (RODRIGUES, 1977, p. 268).

Nina Rodrigues foi um dos primeiros intelectuais a estudar as questões raciais, no entanto, a partir de uma perspectiva racista. Seus estudos vão subsidiar as políticas que buscaram como solução imediata a vinda de imigrantes europeus, principalmente italianos, portugueses, espanhóis e alemães, que tinham como principal função contribuir para o processo de branqueamento da população, e assim, dar o passo necessário para adequação à “ordem social competitiva”. Carvalho assinala acerca das consequências desse processo,

Os negros foram excluídos tão intensamente do mercado de trabalho que, já em 1901, 90% dos operários industriais em São Paulo eram imigrantes. O pouco capital técnico, social e econômico que os negros haviam acumulado até o final do século XIX tinha sido desfeito pelos incentivos abertos do Estado brasileiro, em benefício dos imigrantes europeus, como concretização da ideologia do branqueamento (CARVALHO, 2004, p.63).

A partir dos anos de 1930, as teorias de Gilberto Freyre passam a ser fundamentais para embasar uma nova fase de formulação dos autores do pensamento social brasileiro. Desta quadra histórica em diante, a questão da mestiçagem torna-se o símbolo de um país que supostamente evidencia uma certa harmonia de raças, vale ressaltar o giro histórico que isso representara na realidade brasileira. Parcelas progressistas dos intelectuais brasileiros louvaram a possibilidade de não estarmos mais fadados ao fracasso econômicos e prontos para adentrar na “ordem social

competitiva”, com perspectivas de progresso no caminho da realização de nossa revolução burguesa⁹ nos moldes europeus. Ventura ressalta,

O reajuste das teorias racistas adquiriu tal autonomia em relação às premissas teóricas iniciais, que a ideologia da miscigenação se manteve após a rejeição do racismo científico, com a influência da antropologia cultural de Franz Boas nas décadas de 1920 e 1930. O abandono oficial do racismo tornou, ao contrário, mais entusiástico a valorização da mestiçagem, como “síntese” de raça e culturas e definição de uma “identidade” nacional (VENTURA, 1991, p. 66).

Freyre desempenha um papel central nessa quadra histórica do pensamento social brasileiro, a ponto de chegar a ser o escritor brasileiro mais lido no mundo. Desse momento, da década de 1930 em diante, a miscigenação ganha status de virtude, atribuindo características positivas à realidade racial brasileira.

A partir dessa nova perspectiva sobre a miscigenação, configura-se no país uma linha de pensamento que compactua com a nova roupagem que o termo adquiriu, representando uma nova categorização do emprego do conceito. Neste cenário, ganha destaque Gilberto Freyre, autor que revoluciona o pensamento social brasileiro com sua obra *Casa Grande e Senzala*. Para Bastos, seu discurso emerge como “científico”, transfigura-se em “discurso político” na medida em que, na história brasileira, coloca-se como elemento fundamental para manutenção do pacto de 1930. Desse modo, o pensamento de Gilberto Freyre transforma-se na garantia de uma forma de encaminhamento da revolução burguesa que legitima a articulação “pelo alto”. Mais ainda, é patamar sobre o qual se pode assentar toda a interpretação da história brasileira, onde as transformações sociais se fazem sem rupturas¹⁰ (BASTOS, 2003).

As interpretações de Gilberto Freyre sobre a realidade social abrem precedente para o surgimento de um novo conceito, o mito da “democracia racial”. Tal termo se fará presente em vários discursos sobre a concepção do autor, segundo Guimarães “[...] o mencionado termo foi usado pela primeira vez por Roger Bastide num artigo publicado no Diário de São Paulo em 31 de março de 1944, no qual se reporta a uma visita feita a Gilberto Freyre, em Apipucos” (GUIMARÃES, 2002, p.138). Porém, não se sabe se o termo teria sido verbalizado pelo próprio Freyre. De qualquer forma é consenso entre

⁹ Ver adiante.

¹⁰ Ver adiante.

os estudiosos da questão que as interpretações da obra levam a essa conclusão. Essa questão sobre a “democracia racial” também será um indutor na obra de Fernandes e talvez possa ser considerada a primeira questão a ser examinada por Florestan.

Desse momento em diante, o Brasil seria reconhecido como um autêntico país que exercita a harmonia entre raças, diferentemente de outras nações, como Estados Unidos e África do Sul, onde predominavam a segregação racial. Esse fator vai contribuir para despertar o interesse de diversos autores acerca da questão racial no Brasil, como por exemplo Donald Piersons, que inclusive fora professor de Florestan Fernandes, a quem, segundo Cardoso, “ele deveu muito sua formação de pesquisador e para quem o Brasil (em comparação com os Estados Unidos) prevalecia o preconceito de classe e não o de raça” (CARDOSO 2008, p. 13).

Após esse breve acúmulo, que antecede as elaborações de Florestan Fernandes, com as quais ele irá dialogar em alguns momentos de sua pesquisa, buscaremos iniciar o percurso teórico e intelectual do autor, remontando aspectos da sua vida e, principalmente, seu exercício acadêmico e militante, no caminho de seus estudos sobre a questão racial no Brasil.

No primeiro momento de nossa dissertação localizaremos Florestan Fernandes remontando alguns elementos de sua vida, infância e juventude. Posteriormente, abordaremos o início de sua trajetória intelectual até chegar aos estudos sobre a questão racial. Dando sequência, discutiremos a questão racial, principalmente a partir da “ordem social competitiva” e a relação do negro com incipiente revolução burguesa, com o referencial teórico de *A integração do negro na sociedade de classe*. Em seguida, faremos uma reflexão sobre a consolidação da revolução burguesa e do capitalismo dependente, para então localizar o debate “raça” e “classe”. Por fim, faremos nossas considerações.

2 FLORESTAN E SUA TRAJETÓRIA, O SOCIÓLOGO EM CONSTRUÇÃO

“Há aqueles que lutam um dia; e por isso são bons; há aqueles que lutam muitos dias; e por isso são muito bons; há aqueles que lutam anos; e são melhores ainda; porém há aqueles que lutam toda a vida; esses são os imprescindíveis”.

Bertold Brecht

As informações dispostas neste capítulo, advém de entrevistas, biografias já consolidadas e outros narradores da trajetória de Florestan Fernandes. Elas foram elegidas pois possibilitam uma perspectiva importante sobre o sociólogo, uma vez que mesclam uma perspectiva objetiva – os eventos que o conduziram ao lugar de um dos principais intelectuais mundiais - e subjetiva – pois combinam tal “lugar” com a sua vida pessoal, no sentido de uma trajetória marcada por vicissitudes. Ou seja, que são o testemunho da teoria na prática da vida do sociólogo.

Em muitas situações, como se verá, há uma situação de fronteira entre a análise da situação de desigualdade estrutural no Brasil e a eleição de um ícone, como condição de possibilidade. O próprio Florestan não escapou desse “lugar”, tomando muitas vezes momentos de sua vida e eventos de sua carreira como “acazos” fortuitos que ele não tinha controle, como seu nascimento e sua trajetória acadêmica. Florestan tomará este “testemunho” recorrentemente para se referir à injustiça da sociedade brasileira com os mais pobres, mas, também, como a vida dos pardos, mestiços representavam as brechas no sistema das desigualdades raciais por onde se podia almejar e conseguir alguma posição de prestígio, como foi seu caso.

2.1 Trajetória de Florestan Fernandes até à Universidade

Florestan Fernandes nasce em São Paulo em 1920, filho de uma imigrante portuguesa, Dona Maria Fernandes. Teve uma infância bastante modesta na recente cidade industrializada de São Paulo, chegou inclusive a trabalhar como engraxate. Nessa fase inicial de sua vida não pôde ser chamado pelo próprio nome de batismo, Florestan, por ser um nome associado à classe média, e não a um filho de uma lavadeira, passando assim, a ser chamado de Vicente.

De Vicente a Florestan, sua juventude também foi marcada por condições adversas, a ponto de não ter tido a oportunidade de terminar seus estudos. Apesar de não poder estudar, era um leitor voraz, “Florestan andava com livros debaixo do braço, lia no bonde, em pontos de espera, nos intervalos do trabalho, no banco da praça, em todos os lugares onde ia. O livro parecia compor sua vestimenta” (CERQUEIRA, 2004, p. 26).

Segundo Cerqueira (2004) só mais tarde, já com seus 14 para 15 anos, incentivado por clientes do bar e restaurante do Bidu, onde trabalhava como garçom, pela sua capacidade autodidata, volta aos estudos. No Colégio Riachuelo, próximo de onde trabalhava, conclui um programa de supletivo (madureza). Florestan continuou trabalhando no restaurante e estudando, porém, o colégio muda para um local mais distante, e Florestan é obrigado a buscar outro trabalho. No restaurante conheceu “Manoel Lopes Neto, o ‘Maneco’, diretor de uma empresa de produtos químicos chamada Novaterápica, que se tornou seu amigo e lhe arrumou um emprego de entregador de amostras” (CERQUEIRA, 2004, p.28). Após concluir o supletivo, pleiteia então uma vaga na Universidade de São Paulo.

Florestan concluiu o curso supletivo (madureza) com excelentes resultados nos exames e projeta dar sequência aos estudos na área de Química. Porém, o curso era integral e ele precisava trabalhar, além disso, os livros também eram muito caros, o que pesava na sua escolha. Alguns outros cursos eram de interesse de Fernandes e estavam mais diretamente ao seu alcance, tinha um apreço por História, Filosofia, Ciências Sociais e Geografia (CERQUEIRA, 2004).

Diante das dificuldades de ordem material para cursar o curso de sua vontade, acabou tendo que optar por outro caminho. “Entre a dúvida e as condições para continuar os estudos, ele escolheu Ciências Sociais. Para habilitação à faculdade de Filosofia, Ciências e Letras em 1941”. (CERQUEIRA, 2004, p. 29). Vencido o processo de escolha de curso, Florestan depara-se com outra barreira no processo de seleção para entrada no curso pelo qual optara,

A banca examinadora era composta por dois professores franceses, (Roger Bastide, que viria a ser seu professor no futuro, e Paul Bastide). Naquela época, a seleção incluía sorteio de pontos e o candidato teria de comentar os assuntos e responder às perguntas da banca examinadora. Foi sorteado um texto do livro. *De la division du travail social: étude sur l'organisation des*

sociétés supérieures, de Émile Durkheim. O ponto e as perguntas eram em francês e Florestan não falava, mal lia nessa língua. Pediu então aos professores para fazer a prova em português. Diante daquela situação insólita, se reuniram no fundo da sala e decidiram aceitar (CERQUEIRA, 2004, p.29).

Ponto de estudo em trabalhos nossos anteriores, Florestan pode ter sido contemplado por uma política afirmativa ao fazer os exames em português, porém sigamos. O desfecho dos exames surpreendera os examinadores, dado o nível do conhecimento de Fernandes, que na seleção com 29 candidatos, estava entre os 6 aprovados.

Com enormes dificuldades para acompanhar as aulas, que eram ministradas em outras línguas, Florestan adquire um rigor e um ritmo de estudo muito intenso por dia para dar conta de acompanhar o curso. Fernandes comenta,

Aquela universidade foi implantada em um meio mais ou menos agreste, exigindo uma base e uma tradição que nós não tínhamos; e a consequência foi que todos tínhamos que improvisar, uns mais, outros menos. É claro que pessoas que vinham de famílias de intelectuais e nas quais o trato com o livro era mais frequente do que pessoas que vinham de famílias pobres, provavelmente tiveram menos dificuldade nesta transição. Essa não era minha situação pessoal. Eu vinha de uma família pobre e o trato com o livro foi adquirido às minhas próprias custas. Eu não tinha ligação com ninguém que pudesse, em termos de situação de família, me ajudar e servir de apoio. Só para vocês terem uma idéia [sic] dessa contradição, vou dar um exemplo. Terminado meu curso na Faculdade de Filosofia, a minha crise — não a de crescimento psicológico — era uma crise moral. Porque eu me perguntava: o que é a Sociologia?; o que são as Ciências Sociais?; posso ser um sociólogo?; sei o suficiente para ser um sociólogo? Assim, tive de armar um programa de trabalho que envolvia no mínimo 18 horas, e às vezes mais, de leituras intensas, todo dia. Isso era um trabalho de autodidata, montado a margem e em cima do trabalho desenvolvido pelos professores. Por que isso foi necessário? Foi necessário porque nós não tínhamos um ensino secundário que alimentasse o desenvolvimento intelectual do estudante. O estudante que chegava à USP era um estudante com deficiências muito graves (FERNANDES, 2011, p. 26).

Na universidade passou a ser conhecido e chamado por Florestan, mas jamais esquecera o Vicente. Segundo seu próprio relato, Vicente era praticamente parte do lupemproletariado¹¹, que começou a trabalhar com apenas seis anos de idade. Florestan (1984) faz questão de lembrar que Vicente constituiu seu caráter no aspecto da vida material, o que culminará, na sua maturidade, em sua autointitulação de marxista revolucionário. Florestan resume,

“Eu nunca teria sido o sociólogo em que me converti sem o meu passado e sem a socialização pré e extra escolar que recebi, através das duras lições

¹¹ Na concepção marxista significa abaixo do proletariado; miserável, aquele que mal consegue produzir e reproduzir a vida.

de vida [...]. Iniciei a minha aprendizagem 'sociológica' aos seis anos, quando precisei ganhar a vida como se fosse um adulto, e penetrei, pelas vias da experiência concreta, no conhecimento do que é a convivência humana e a sociedade [...]. A criança estava perdida nesse mundo hostil e tinha de voltar-se para dentro de si mesma para procurar, nas técnicas do 'corpo' e nos 'ardis dos fracos', os meios de autodefesa para a sobrevivência. Eu não estava sozinho. Havia minha mãe. Porém, a soma de duas fraquezas não compõe uma força. Éramos varridos pela 'tempestade da vida' e o que nos salvou foi nosso orgulho selvagem [...]" (FERNANDES, 1994, p. 1).

Não era apenas o status de quem já pertenceu aos "de baixo", o exercício teórico e intelectual de Florestan foi marcado por particularidades incomuns para alguém oriundo de classe popular, numa universidade como a USP, extremamente elitista. Segundo relatos do próprio autor, ele era nitidamente reconhecido pela forma de se portar, pela forma de se vestir, como um ente estranho no Universo da USP. Porém, sua aplicabilidade nos estudos, capacidade erudita e intelectual logo possibilitaram algumas oportunidades. Fernandes situa,

Em 1944 fui convidado pelo Dr. Fernando de Azevedo para ser assistente da cadeira de Sociologia II; na mesma ocasião, fui convidado pelo professor Hugon para ser assistente da cadeira de economia; recebi outro convite do professor Eduardo Alcântara de Oliveira para ser segundo assistente em sua cadeira de estatística. Assim, poderia ter começado minha carreira em três áreas diferentes: sociologia, economia ou estatística. Para a estatística eu sabia que não tinha condições nem talento. O Eduardo Alcântara me convidou, de um lado, porque ele era meu amigo; de outro, porque as tarefas que eu precisaria enfrentar no ensino eram tão elementares que qualquer licenciado em ciências sociais realmente poderia desempenhar. Apenas eu nunca me tornaria um estatístico, e eu tenho quase certeza que ele sabia disso. Já no caso do professor Hugon, a coisa era mais séria porque desde o primeiro ano ele mantinha vínculos comigo. Arranjara para que eu trabalhasse com Roberto Simonsen, o que eu não quis. E, ao me convidar para assistente, ele me oferecia a oportunidade de trabalhar na Faculdade de Filosofia e, mais tarde, na Faculdade de Ciências Econômicas, que estava em formação. Também contaria com um emprego no setor de pesquisa econômica de outra instituição. Quer dizer que, monetariamente, o seu convite era muito vantajoso e, no piano [sic] intelectual, ele me abria oportunidades sedutoras, pelas quais poderia me converter em um bom economista. Eu não aceitei porque sentia maior sedução pela sociologia, embora fosse uma sedução intelectual. Se eu tivesse só aquela oportunidade, aí naturalmente eu teria me tornado, de fato, um economista. No entanto, não foi possível começar a trabalhar na cadeira de Sociologia II em 1944, por motivos que não vem ao caso agora. Só no início de 1945 é que saiu a minha nomeação (FERNANDES, 2011, p. 33).

Na cadeira de segundo assistente de sociologia II conhecera Antônio Cândido, crítico literário que escrevia no jornal *Folha da manhã*. Tal amizade tem um caráter importantíssimo para Florestan. Ambos se aproximam e começam a discutir algumas características do ensino aplicado na USP, "só mais tarde, no caso do Departamento de Sociologia e de Antropologia, por influência minha e do Antônio Cândido, é que se

procurou dar mais atenção ao ensino básico” (FERNANDES, 2011, p. 27). Segundo Fernandes os cursos tinham características específicas e focados em determinados campos, como por exemplo sociologia estética, história das doutrinas econômicas, introdução à economia, “[...] não havia curso de técnicas e métodos aplicados à investigação e, muito menos cursos de técnicas e métodos aplicados à parte lógica e de construção da inferência (indução, dedução, etc.)” (FERNANDES, 2011, p. 27). E completa,

Nós pudemos fazer uma espécie de duo. Começamos a trabalhar no sentido de simplificar os programas, de torna-los menos gerais e de introduzir matérias que os estudantes não aprendiam. De outro lado, procuramos, no ensino do primeiro ano, compensar mais aquilo que o estudante não aprende na escola secundária. O estudante vinha com uma bagagem muito pobre. Ele precisava aprender, saturar falhas que são do sistema escolar. Ao mesmo tempo, dávamos maior importância ao ensino básico: a teoria elementar, que é “geral” e precisa ser aprendida logo de início. Nenhum sociólogo pode ser sociólogo se não souber certas noções, em termos de precisão de conceitos, de domínio de certas teorias básicas em vários campos. (...) Tratava-se, visivelmente, de uma tentativa de adaptar o ensino da sociologia às condições brasileiras (FERNANDES, 2011, p. 34).

Evidentemente que o que estava em jogo era muito mais do que uma simples possibilidade de assumir o lugar de seus mestres, e sim um desdobramento histórico que poderia abrir a oportunidade de transformar as Ciências Sociais em uma ciência autônoma no país. Florestan Fernandes ressalta que era importante lembrar que estávamos nas décadas de 1930 e 40, e que era imprescindível constituir a sociologia como uma ciência empírica, “[...] o desafio vinha das perguntas que respondiam a questões como: quais são as técnicas que se deviam usar nas reconstituições empíricas?; quais eram as técnicas que se deviam usar na análise e na explicação dos fenômenos?” (FERNANDES, 2011, p. 32). Essas necessidades expressas pelo professor Fernandes se evidenciarão nas obras *Fundamentos Empíricos da Explicação Sociológica*, *Os Ensaios de Sociologia Geral e Aplicada* e *Elementos de Sociologia Teórica*.

Ainda durante a graduação, Florestan começa a frequentar outros espaços e, no jornal Folha da Manhã, “conhece o jornalista Hermínio Sacchetta, um ativo militante da IV Internacional, oriundo do Partido Comunista Brasileiro. Sacchetta fora secretário do PCB de São Paulo e havia rompido com o Comitê Central do partido. Florestan com grande propensão para militância, passa por uma fase intensa de participação política.

Participa de debates sobre vários assuntos da realidade sociocultural do Brasil, a ponto de integrar uma corrente trotskista, o Partido Socialista Revolucionário (PSR).

Paralelamente ao trabalho na universidade, eu estava envolvido também nas lutas clandestinas contra o Estado Novo e no movimento trotskista, de extrema esquerda. Por aí, eu tinha um contacto [sic] mais profundo com o marxismo do que seria possível dentro da USP. O ensino dos professores franceses nunca foi um ensino faccioso. Nenhum professor que nos ensinou sociologia ou economia incluiu Marx ou Engels, ou qualquer figura importante da história do socialismo. O professor Willhens, na antropologia, não tinha necessidade de incluir certos autores. De qualquer modo, minha militância política me permitiu ir um pouco além no estudo de Marx. Inclusive me levou a traduzir *A Crítica da Economia Política* que saiu, se não me engano, em 1946. Escrevi um prefácio um tanto arrojado para este livro, porque naturalmente com apenas 24 anos o meu preparo para enfrentar a tarefa era demasiado precário (FERNANDES, 2011, p.31).

Porém, a intensa militância acaba comprometendo sua atividade intelectual, assim Florestan entende que contribuirá mais na academia. Fernandes acaba se desligando do partido trotskista no ano de 1947 e assim, termina sua primeira obra de grande relevância, *A organização social dos tupinambás*, que lhe propiciaria o título de mestre pela Escola livre de Sociologia e Política de São Paulo, em 1951. Torna-se doutor com a obra *A função social da guerra na sociedade tupinambá*, em 1953. Assume a cadeira de Sociologia I tornando-se livre docente da FDCL/USP apresentando uma tese que resultará no livro *O método de interpretação funcionalista na sociologia* (CERQUEIRA, 2004).

De um simples garçom com um curso primário a professor da Universidade de São Paulo, fora um percurso de muita entrega e convicção acerca do papel que um intelectual deve desempenhar, e também marcado por contradições, conflitos e dificuldade inerentes aos que vem “de baixo”. Longe de querer enfatizar preceitos meritocráticos, que vão na contramão da nossa análise, os caminhos que Florestan seguira a partir daqui, irão marcar profundamente sua consolidação como intelectual e cientista social, e representará um marco na interpretação da realidade brasileira. Destacando-se como um representante de uma escola de pensamento e inaugurando uma forma de pensar a sociologia no Brasil.

2.2 Florestan e a Constituição de uma Escola de Sociologia¹²

¹² Ressalta-se que a Escola Paulista de Sociologia é a centralidade da análise em questão, em virtude da delimitação do tema. Sendo assim, não estamos desconsiderando a importâncias das outras escolas de sociologia que vão surgir nesse processo histórico.

Após sua notabilidade na universidade como um intelectual com tendências a um futuro promissor, Florestan já era, neste momento, um representante de renome das Ciências Sociais no Brasil. Seus trabalhos anteriores sobre os tupinambás impressionaram até antropólogos renomados mundialmente como Claude Levi Strauss.

Sua posição agora na cadeira de sociologia I da USP, substituindo o professor Roger Bastide, projetou-o ainda mais, marcando fundamentalmente sua trajetória intelectual. Um grupo distinto de intelectuais ganhara, a partir de então, uma certa notoriedade no âmbito nacional, a partir dos anos 1950. Fernandes explica,

Ao sucedê-lo, procurei escolher pessoas que haviam sido meus estudantes e para as quais eu tinha um certo ideal de carreira. Eu não tinha um objetivo inflexível, mas gostaria que os novos professores não enfrentassem as mesmas limitações, as mesmas dificuldades, e que pudessem dar uma contribuição maior tanto no terreno da investigação empírica, quanto no da construção de teoria. Foi nesse sentido que me orientei. Trabalhando com esse grupo a ênfase se deslocou da minha carreira como sociólogo individual, para a constituição de um grupo que deveria produzir sociologia. Assim, a minha ambição sofre uma rotação completa. Em vez de estar preocupado com o que me cabia fazer como sociólogo, me preocupava com o que eu devia fazer, a partir e através da Universidade, para formar um grupo de sociólogos (FERNANDES, 2011, p. 35).

Pensar os elementos constitutivos do que vem a ser a chamada Escola Paulista de Sociologia perpassa por entender um pouco do percurso teórico do sociólogo Florestan Fernandes, que contribuiu decisivamente para o desenvolvimento teórico, analítico e metodológico em termos de pesquisa, sobretudo no que virá a ser chamado de sociologia crítica no país.

Florestan Fernandes foi a figura paradigmática da escola, e seu grupo de pesquisadores produziram pesquisas importantes, que renderam vários outros trabalhos. O jovem professor concebeu um projeto de sociologia acadêmica, em que foi fundamental a existência de uma Universidade que pudesse desenvolver a agenda da pesquisa. Florestan Fernandes foi responsável pela institucionalização das Ciências Sociais no país, contribuiu intensamente para colocá-la no rol de uma ciência autônoma e com relevância para apreensão e interpretação da realidade sociocultural do Brasil (ARRUDA, 2014). Fernandes resume,

Pensávamos em construir o tipo de teoria que é mais relevante para o Brasil, para a América Latina e para os países subdesenvolvidos e dependentes, o que dava a concepção de teoria um novo significado, tanto para a ciência,

quanto para a filosofia. Felizmente, as pessoas que faziam parte do grupo não tinham uma mentalidade estreita. Todas percebiam que o trabalho intelectual do cientista social tem várias implicações. Realmente, acabamos explorando a dimensão estratégica da nossa posição. Em relação a nossa posição em um país como o Brasil, a área na qual nós podíamos dar uma contribuição maior era exatamente o estudo das condições de desenvolvimento da sociedade de classes no Brasil, na América Latina ou em outras situações análogas. Esse foco de referência acaba dominando toda a nossa atividade intelectual na década de 60, e daí em diante (FERNANDES, 2011, p. 37).

Além disso, estabelecer o marco teórico e o percurso de Florestan requer uma pequena reconstituição histórica dos passos decisivos da constituição das Ciências Sociais enquanto disciplina no país. O primeiro movimento é localizar as formulações de Florestan Fernandes neste sentido. Segundo Otávio Ianni,

É esse o horizonte histórico a partir do qual o conjunto da produção da história do pensamento social brasileiro, tida como valor sociológico, parece articular sob nova luz. Nessa ótica, é possível ler o presente e o passado, tanto em termos de teoria quanto de história. Ficam esclarecidas, ou pelo menos um pouco mais nítida, quais as contribuições sociológicas válidas, às vezes fundamentais, ainda que esparsas, episódicas. Aí entram escritos de Tavares Bastos, Perdigão Malheiros, Joaquim Nabuco, Sílvio Romero, José Veríssimo, Euclides da Cunha, Manuel Querino, Alberto Torres, Oliveira Lima, Paulo Prado, Oliveira Viana, Manuel Bonfim e outros. E também se esclarecem quais as contribuições sociológicas que se inserem em uma espécie de sistema significativo de obras, autores, temas, interpretações, controvérsias. Aí entram Gilberto Freyre, Caio Prado Jr, Sergio Buarque de Holanda, Arhur Ramos, Fernando de Azevedo, Emílio Willem, Hebert Baldus, Donald Piersons, Samuel Lowrie, Jaques Lambert, Charles Wagley, Roger Bastide, L.A Costa Pinto, Guerreiro Ramos, Hélio Jaguaribe, Nelson Werneck Sodré, Thales de Azevedo, Raymundo Faoro, Antônio Candido, Florestan Fernandes e outros. Em uma primeira geração por assim dizer, predomina a pesquisa de cunho histórico ao passo que, na segunda, passa-se a valorizar o campo (IANNI, 2004, p. 25).

Otávio Ianni localiza Florestan na terceira geração da sociologia brasileira, junto com nomes como L.A. Costa Pinto, Guerreiro Ramos, Hélio Jaguaribe dentre outros (IANNI, 2004). Na perspectiva de Ianni, emerge no campo da sociologia brasileira tradições, estilos e tendências determinantes para aquilo que a posteriori levarão o nome de escolas. Ianni ressalta, que aos poucos foram disseminando algumas escolas de sociologia pelo Brasil, em São Paulo, Recife, Rio de Janeiro, Salvador, Belo Horizonte, Porto Alegre entre outros centros de atividade universitárias ou produção intelectual independente (IANNI, 2004, p. 27-28).

Dentre esses estilos, tendências e escolas, enfatizaremos a que aos nossos olhos cumpre um papel paradigmático, coincidindo com um momento auge de consistência teórica e científica da produção sociológica como ciência no Brasil. A relação do

pensar sociológico na conjuntura histórica brasileira é marcada pela ascensão da “ordem social competitiva”, pelos resquícios do “antigo regime”, que favorece principalmente as classes dominantes, e pela inauguração de “ [...] uma linguagem sociológica que descortina novas possibilidades de pensar e modificar a sociedade e a história” (IANNI 2004, p. 28). Ianni completa,

Florestan Fernandes é o fundador da sociologia crítica no Brasil. Toda a sua produção intelectual está impregnada de um estilo de reflexão que questiona a realidade social e o pensamento. As contribuições sobre as relações raciais entre negro e brancos, por exemplo, estão atravessadas pelo empenho de interrogar a dinâmica da realidade social, desvendar as tendências desta e ao mesmo tempo discutir as interpretações prevaletentes. No mesmo sentido que suas reflexões sobre os problemas de indução sociológica avaliam cada uma e todas as teorias, os métodos, técnicas de pesquisas e explicação, da mesma maneira que oferecem novas contribuições para o conhecimento de condições lógicas e históricas de reconstrução da realidade (IANNI, 2004, p. 28-29).

A sociologia crítica é elemento fundante para a trajetória intelectual do pensamento de Florestan Fernandes, assim como um fundamento teórico e prático constitutivo do que estamos denominando de Escola Paulista de Sociologia. “Ao submeter o real e o pensado na reflexão crítica, descortina as diversidades, desigualdades e antagonismo apanhando as diferentes perspectivas dos grupos de classes compreendidos pela situação” (IANNI, 2004, p. 29).

Florestan (1984) ressalta que a neutralidade científica está no campo ideal, e opta por usar o termo “objetividade”. O cientista, afirma, não pode ser neutro, já que tal postura é impraticável no campo da ciência. Também ressaltava a importância de o sociólogo participar do cotidiano social, enfrentar os dilemas nacionais como cidadão, ser inconformista, militante, engajado¹³.

Toda profissão é uma construção social, e Florestan foi o principal mentor de uma Sociologia, assim como do papel do Sociólogo, Antropólogo e Cientista Político. Estes não são em si mesmos agentes de mudança, porém, dependendo da dimensão da luta de classes, o intelectual pode ter contribuições valiosas no campo da pesquisa e na elaboração teórica. Esse compromisso é visivelmente respaldado no referencial teórico construído ao longo dos anos pela Sociologia, principalmente nos clássicos da

¹³ Aparentemente essa reflexão supõe uma interpretação de corte epistemológico entre um Florestan Fernandes jovem e acadêmico e um Florestan maduro, militante, deputado e socialista. Nossa análise rejeita essa variável.

elaboração sociológica, ou seja, “[...] o método funcionalista, ou objetivo sistematizado por Durkheim; o compreensivo, formulado por Weber; e o dialético, criado por Marx” (IANNI, 2004, p. 33).

Florestan é um intelectual que investe na sua carreira profissional sob uma perspectiva de legitimar os fundamentos lógicos e históricos da explicação sociológica. Fernandes relata algumas escolhas que teve que fazer.

A gente não é uma coisa ou outra em função da própria vontade, mas em função das oportunidades que o meio oferece. Se o meio oferece ou não uma determinada oportunidade, a inteligência pode caminhar em dada direção; caso contrário não. De modo que, inclusive, eu tive de viver uma crise de consciência muito profunda, da qual é testemunha o Antônio Cândido. Porque ele foi a pessoa com a qual discuti os aspectos mais graves e dramáticos das escolhas que tive de fazer. Ficar no movimento socialista clandestino, que não tinha nenhuma significação política e destruir certas potencialidades intelectuais; ou aproveitar dessas potencialidades, sair do movimento e esperar que, numa ocasião ou noutra, a minha identificação com o socialismo viesse à tona. Nós discutimos muito seriamente esses problemas, que eu enfrentei com integridade, embora tivesse de escolher um caminho que não era o que eu queria. É claro que se eu tivesse seguido um caminho, no qual pudesse definir a minha perspectiva como cientista social a partir de um movimento socialista forte, nunca teria trabalhado com os temas com os quais eu trabalhei. Muitos dos temas foram escolhidos de uma maneira muito acidental, para não dizer oportunista. Por exemplo, ia fazer meu doutorado com um trabalho sobre sírios e libaneses; depois desisti. Por quê? Porque eu não podia fazer a pesquisa nas condições de trabalho acessíveis a partir da Universidade, pois não dispunha dos recursos necessários (naquela época não tínhamos nem tempo integral). Tive de substituir o tema procurando me ajustar a uma realidade que naquele momento era muito difícil. Tive de pensar sobre um tema que permitisse evidenciar minhas qualidades como sociólogo e, ao mesmo tempo, acumular prestígio para mais tarde poder participar dos vários tipos de trabalho que iria enfrentar (em conflito com uma sociedade nacional que é muito mais provinciana que a cidade de São Paulo). Precisava, pois, do prestígio de sociólogo competente (FERNANDES, 2011, p. 63).

A citação acima resgata elementos importantes para nossa análise. A conformação intelectual de Florestan é atravessada de dilemas sociais, morais e ético-políticos. Algumas escolhas ou opções não necessariamente retratam a vontade do autor, na verdade, em passagens anteriores do texto já demarcamos tais dificuldades na escolha da própria profissão. Algumas afirmações de Florestan Fernandes ressaltam o caráter das projeções institucionais da USP no cenário intelectual nacional, “[...] nunca poderia ter me tornado sociólogo se eu não fosse professor de sociologia na USP [...], ela possui uma vantagem fundamental: permite que alguma coisa se faça ou deixe de ser feita. O que não se faz lá não se faz em nenhum outro lugar” (FERNANDES, 2011, p. 59).

Na sociologia desenvolvida por Fernandes, com larga predominância em termos de desdobramentos para a Escola Paulista de Sociologia, podemos destacar cinco influências decisivas: a primeira está relacionada a sociologia clássica e moderna, com a qual o autor estabelece um debate amplo e crítico, dialogando com os principais autores das ciências sociais, “[...] Comte, Durkheim, Le Play, Mauss, Gurvitch e Bastide; Weber, Sombart, Pareto, Simmel, Tonnies, Wiese, Freyre e Manheim; Spencer, Hobhouse, Malinowski, Radcliffe-Brown e Ginsberg; Colley, Giddings, Park, Burgess, Parsons, Merton e Mills [...]” (IANNI, 2004, p.34-35).

A segunda é uma marcante influência da teoria marxista, “[...] é contínuo e crescente diálogo com as obras de Marx, Engels, Lenin, Trotsky e Gramsci, entre outros [...]” IANNI (2004, p. 35), principalmente os elementos atribuídos ao método dialético. A terceira está relacionada ao diálogo com alguns teóricos do pensamento social brasileiro, com um posicionamento sobre a realidade mais crítico, como “[...] Euclides da Cunha, Lima Barreto, Manuel Bonfim, Astrojildo Pereira, Graciliano Ramos, Caio Prado Jr [...]” (IANNI, 2004, p. 36).

A quarta influência importante segundo Ianni (2004), está relacionada principalmente com as transformações em curso na sociedade brasileira, desde o processo de industrialização, crescimento das cidades, fluxos migratórios, crescimento de movimentos sociais, partidos, mudanças de governos, até alguns outros processos marcantes de modificações sociais.

Já a quinta influência estaria relacionada, nas palavras do próprio Florestan, aos “de baixo”, os quais são invisibilizados nas relações sociais na perspectiva da classe dominante. Em suma, “[...] é o negro, escravo e livre, isto é trabalhador braçal, na lavoura e na indústria, que descortina um horizonte inesperado, amplo [...]” (IANNI, 2004, p. 37-38). Otávio complementa,

Ao lado do índio, do imigrante, colono, camarada, peão e outros, a presença do negro na história social brasileira desvenda as perspectivas fundamentais para a construção do ponto de vista crítico na sociologia, nas ciências sociais e em outras esferas do pensamento, ‘As coisas que tiveram maior importância na minha obra como investigador se relacionam a pesquisas feitas na década de 1940 [...] como a pesquisa sobre relações raciais em São Paulo feita em 1950-1951, em colaboração com Roger Bastide (e suplementada por mim em 1954). Esse trabalho puramente intelectual conformou o meu modo de praticar o ofício de sociólogo (FERNANDES, apud, IANNI, 2004, p.38).

Nesse primeiro movimento, evidenciamos algumas influências marcantes no itinerário intelectual do sociólogo Florestan Fernandes. Já a proposta para o segundo momento é inserir na dinâmica da questão racial, o acúmulo teórico do autor e suas influências que fizeram da escola paulista uma importante referência para a questão racial.

2.3 Florestan e a Questão Racial, Primeiro Contato

Antes de abordarmos esse encontro de Florestan com a questão racial, cabe fazer menção a algumas obras do trajeto acadêmico anterior do autor, que de certa forma já o colocava como um intelectual ímpar no processo de produção e pesquisa em ciências sociais. Como vimos, Florestan já havia passado pelo bacharelado, licenciatura, mestrado, doutorado e se tornara livre docente, uma referência em ascensão no campo das Ciências Sociais. Um fator preponderante marcaria a carreira de Fernandes. Um convite para participar de um projeto da UNESCO (Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura).

O intuito do projeto da UNESCO era debater as relações raciais no Brasil, e estabelecer suas principais características a partir de uma matriz constituída ao longo da elaboração teórica do pensamento social brasileiro em torno de um suposto consenso de que no país imperava um processo de harmonia entre as “raças”. Nesse sentido, Guimarães assinala,

No pós-guerra, a grande novidade que representou a vulgarização do conceito de “cultura”, cunhado pelas ciências sociais, em detrimento do conceito biológico de “raça”, será a de negar o caráter irreversível da inferioridade intelectual, moral e psicológica dos negros. Não o de negar tal inferioridade, senão de transferi-la para o plano da cultura, tornando-a passageira e reversível. No nível do senso comum, a desmoralização da ideia de raça não significará o fim imediato dos estereótipos que atingiam a população negra – estes se manterão razoavelmente intactos, perdendo talvez seu carácter de imutabilidade -; representará, isto sim, uma arma poderosa de incorporação dos mestiços – mulatos, pardos, principalmente morenos – aos espaços econômicos, simbólicos e ideológicos da nação (incluindo aí a reivindicação de direitos civis e sociais). (GUIMARÃES, 2012, p. 155)

Entrando no mérito da obra construída sob a direção de Florestan e Roger, *Branços e Negros em São Paulo*, percebemos a dimensão e o rigor teórico metodológico para aplicação de uma pesquisa de fôlego, com importância ímpar e decisiva para interpretação das relações raciais em São Paulo e, conseqüentemente, para a teoria

social brasileira. “Alimentávamos a ambição de criar e generalizar um elevado padrão de pesquisa e de elaboração técnica, o que nos levou a escolher o Brasil como “laboratório” das nossas pesquisas [...]” (FERNANDES, 2017, p. 36). Para fazer um breve relato sobre essa importante obra traremos alguns elementos relevantes. Cardoso assim apresenta,

[...] Florestan sonhava com poder repetir em São Paulo o que os sociólogos da escola de Chicago haviam feito naquela cidade, transformando-a em um verdadeiro laboratório de análises. Estudo proposto pelo editor da revista Anhembi, Paulo Duarte, a Roger Bastide e a Florestan sobre a questão do negro em São Paulo abria uma oportunidade para isso. Paulo Duarte não só era um grande patrocinador dos novos sociólogos, publicando-os na revista Anhembi, como era muito bem relacionado internacionalmente. Havia trabalhado no Musée de l’Homme em Paris e mantinha relações de afeto e respeito com Lévi-Strauss (CARDOSO, apud BASTIDE; FERNANDES, 2008, p. 9-10).

A partir dessa relação com o editor chefe da revista Anhembi, “[...] que o então diretor de ciências sociais da UNESCO, Alfred Métraux, chegou a São Paulo com a ideia de se fazer uma pesquisa sobre o contacto [sic] interétnico no Brasil” (CARDOSO, apud BASTIDE; FERNANDES 2008, p. 10). Porém, cabe ressaltar que a expectativa dos patrocinadores era de que a realidade racial brasileira evidenciasse principalmente as diferenças entre o Brasil e os Estados Unidos, em relação aos aspectos raciais. Nos Estados Unidos era um momento de um intenso processo de conflito racial em resposta à segregação, enquanto que o Brasil dava supostamente claros indícios de uma relação racial harmoniosa, percepção muito difundida por autores anteriores a Escola Paulista de Sociologia, como Gilberto Freyre e Donald Piersons. Fernandes assinala,

Se procede a uma avaliação global, de todos os temas que eu tratei, aquele que me engrandeceu mais, do meu ponto de vista, foi o estudo do negro. Eu entrei na pesquisa sobre relações raciais de maneira acidental. Quando o Métraux veio aqui oferecer o projeto, ele realmente não estava querendo atrair o professor Bastide; ele queria a colaboração do professor Piersons. Eu sei muito bem disso porque participei de todas conversações. A UNESCO dispunha de quatro mil dólares, o que era uma ninharia, pois o projeto envolvia um desdobramento psicológico, um estudo sociológico de área urbana e outro de área rural. Não sei que concepção de pagamento de pesquisa estava em jogo. Paulo Duarte arranhou uma suplementação da Universidade de São Paulo, de 60 contos na ocasião, que serviu para subvencionar a publicação do trabalho. Os quatro mil dólares, foram divididos assim: a psicologia ficou com 2 mil (por duas pesquisas que deram origem aos dois trabalhos que estão publicados pela editora Anhembi, de Virgínia Bicudo e Aniela Ginsberg); mil dólares ficaram com Oracy Nogueira pela pesquisa sobre Itapetininga e mil dólares ficaram para mim e o professor Bastide (nós demos o dinheiro aos nossos pesquisadores: 500 dólares para Lucila Herrmann, por sua colaboração com Roger Bastide e 500 dólares para

Renato Jardim Moreira, por sua colaboração comigo). Um sociólogo americano, mesmo que fosse tão desprezado como o professor Donald Pierson, jamais aceitaria um esquema de financiamento tão precário, ao mesmo tempo que envolvia um projeto de pesquisa tão ambicioso... Só amadores, como Bastide e eu, aceitaríamos fazer pesquisa por “amor à ciência”! (FERNANDES, 2011, p. 71).

Diante da negativa do professor Donald Pierson, a insistência por parte de Alfred Mètraux com o professor Bastide fora ainda maior, que acabara aceitando, assim, impunha-se a tarefa de convencer Florestan Fernandes a participar. Fernandes relata,

Eu já tinha trabalhado com ele, em virtude do meu estudo sobre o folclore e, diretamente, de biografias de algumas personalidades ligadas a cultos africanos. Além, disso, em 1943 fizera em Sorocaba uma pesquisa para o Dr. Wilhens, tendo coligido dados sobre João de Camargo, certas manifestações locais do preconceito de cor e o folclore negro de Sorocaba. O assunto não era novo para mim. Mas, eu não queria aceitar o convite de Bastide porque eu ia fazer meu doutorado sobre os Tupis. Estava com muito trabalho para acabar a tese e para preparar-me para a sua defesa. A pesquisa sobre os sírios e libaneses, que fora suprimida das cogitações do meu doutorado, estava em andamento. Eu não queria de jeito nenhum incluir mais uma pesquisa. Vi-me na contingência de recusar-me. Sabe qual foi a reação dele? Ao sair da sala em que conversávamos e, no vão da porta, me perguntou: “o senhor não aceita só escrever, eu colho os dados para o senhor”. Ele foi meu professor durante quatro anos — de 41 a 44 (porque inclusive no curso de didática eu fui aluno dele). Eu fiquei tão comovido, que saíram lágrimas dos meus olhos. Aí eu me levantei e lhe respondi: “está bem, o senhor venceu!” (FERNANDES, 2011, p. 71)

Nota-se na passagem acima que Florestan teve contatos anteriores com a questão racial, inclusive com pesquisas de campo sobre o folclore negro de Sorocaba, logo, diferentemente do que achávamos¹⁴. Ainda no que diz respeito a constituição da pesquisa da UNESCO, Fernandes relata que o projeto trouxe alguns recursos e deu um estímulo para avançar para outras regiões. “Quando me vi à testa da cadeira, aproveitei a oportunidade para estender o projeto para o sul do Brasil, aproveitando a disposição de Fernando Henrique Cardoso, Octavio Ianni e Renato Jardim Moreira de se dedicarem ao assunto” (FERNANDES, 2011, p. 36). Florestan tinha um perfil peculiar e uma disciplina rígida no processo de pesquisa, e não por acaso, a insistência de Bastide em tê-lo na equipe. Clóvis Moura acrescenta,

Ele não via o problema do negro como simples tema acadêmico, mas compreendia-o como dilema nacional e para o qual as soluções apresentadas até agora eram retóricas e irrelevantes, quando não desconversa deliberada, apoiada em uma ideologia racista subjacente. Esta é a diferença radical de Florestan Fernandes e os demais cientistas sociais que se ocupavam do

¹⁴ Relatamos com surpresa está passagem, de fato, esse capítulo foi todo pensado e articulado para tratar do encontro de Florestan Fernandes com a questão racial a partir da pesquisa da UNESCO. Para nós só reforça a necessidade do caminho que traçamos a partir da trajetória intelectual do autor.

tema: ele não via o problema do negro “de fora”, mas nele se integrava, dele participava. Essa ligação orgânica entre o cientista e o homem levava-o a procurar a solução política do problema e nela interferi numa práxis de totalidade entre o cientista, o homem com a sua sensibilidade e o político com suas ferramentas de ação (MOURA, 1996, p. 1).

Sua posição em relação a questão racial é a de quem nasceu em cortiço. A pesquisa com Bastide contou com a participação do movimento negro, de estudantes e assistentes. Foi objetiva e muito documentada, a ponto do próprio Florestan enfatizar que não são livros ideológicos e sim de caráter científico. Florestan (1984) ressalta e assinala o que o movimento negro dos anos 1930 e 1940 já dizia, e tinha razão ao afirmar, que no Brasil havia graves problemas nas suas relações étnico-raciais, determinando o que o movimento negro chamava de necessidade de uma “segunda abolição”. Rompe-se assim com a posição da “sociedade oficial”, permeada pelos valores da classe dominante, dando origem ao esboço de uma leitura antagônica por parte da classe dominada.

A partir dessa pesquisa de fôlego sobre a questão racial em São Paulo, emerge a necessidade de uma sociologia que fosse a fundo nos dilemas sociais, étnicos e culturais da sociedade brasileira. Nesse processo, forja-se o que mais tarde ficará conhecida como Escola Paulista de Sociologia. Trilhando esse caminho, o principal propósito de Fernandes estava “em buscar a afirmação da sociologia crítica e formar pesquisadores autônomos” (CERQUEIRA, 2004, p. 57). Cerqueira assinala seus principais colaboradores nessa busca,

Seus alunos e colaboradores, Fernando Henrique Cardoso, Otávio Ianni, Maralice, Mencarini Foracci, Maria Silvia Carvalho Franco, Luiz Pereira, Paul Singer, Juarez Brandão Lopes, Leôncio Martins Rodrigues Neto, Roberto Cardoso de Oliveira, José Carlos Pereira, José de Souza Martins, José Cesar Aprilante Gnaccarini, Gabriel Cohn e outros da mesma linhagem trilharam o mesmo caminho, desenvolveram pesquisas sobre a questão racial e outras áreas afins. Publicaram trabalhos na mesma linha de interpretação, com produção autônoma, e ajudaram a consolidar a sociologia moderna. (CERQUEIRA, 2004, p. 58)

Encontra-se aqui um primeiro esboço do que viria a ser a Escola Paulista de Sociologia, inaugurando uma referência intelectual, principalmente respaldada numa modalidade crítica de apreensão da realidade racial, social e econômica. O intuito inicial foi demonstrar, a partir de uma parte da trajetória de vida do sociólogo Florestan Fernandes (da infância ao início da carreira de docente), os caminhos que o levaram a se tornar um intelectual respeitado, a partir de uma visão das ciências sociais, crítica,

engajada e militante. E ao mesmo tempo elaborada teoricamente com rigor metodológico, fincada nos autores que são pilares de sustentação para a sociologia, Marx, Weber, Durkheim. Contribuindo, assim, decisivamente para a constituição de uma arma teórica necessária para a consolidação de uma sociologia crítica e fiel aos “de baixo”.

Nota-se, no percurso intelectual do Florestan, o peso de algumas determinações concretas nas suas escolhas, como as relacionadas aos percalços ocasionados por uma vida de dificuldades. E o quanto essas barreiras podem ter contribuído para levá-lo a pensar e desmontar os aspectos que escondem as verdadeiras contradições de uma sociedade de classes.

O argumento que gostaríamos de sustentar nesse sentido é o de que a questão racial é de extrema importância para o surgimento e consolidação de uma forma de pensar e instrumentalizar o saber sociológico, a partir de uma matriz crítica, que busca na realidade uma diferenciação do que é aparente e do que é essencial para sua interpretação. Fernandes ressalta,

[...] através do negro teria de estudar relativamente a fundo o Brasil dos séculos XVII, XVIII, XIX e XX. Pus o pensamento sociológico no âmago da sociedade “colonial”, “imperial” e “republicana”, o que representou uma enorme vantagem em termos de aprendizagem ou de possibilidades de lidar comparativa e historicamente com os problemas de estratificação social e de evoluções de estruturas sociais. A nova pesquisa permitia-me concentrar a observação, a análise e a interpretação sobre as condições e os efeitos da desagregação do sistema de trabalho escravo. É claro que essa era uma perspectiva seletiva, que expunha os problemas não em termos da formação do “sistema novo”, mas dos obstáculos que o “antigo sistema” opunha a sua formação e desenvolvimento. De qualquer maneira, os resultados teóricos foram muito importantes, inclusive porque eu descobri os papéis do fazendeiro e do imigrante na transformação de toda a economia e podia ligar esses papéis ao processo global da revolução burguesa no Brasil (FERNANDES, 2011, p. 72).

Seu interesse pela questão indígena e a questão racial contribuíram para dar sustentação, maturidade intelectual e, principalmente, firmeza nas suas convicções políticas. Elementos esses que serão mais bem explorados na continuação desse texto, em que abordaremos com mais profundidade a elaboração do autor sobre a questão racial.

3 FLORESTAN FERNANDES E A PROCESSUALIDADE CONJUNTURAL

O canto quinto

*“Roubem o que lhes roubaram,
tomem finalmente o que lhes pertence, ele gritou,
tremendo de frio em seu casaco pequeno demais,
os cabelos ondeando ao vento, sob os gavietes,
estou com vocês, ele gritou,
o que estão esperando? Chegou
a hora, botem abaixo os tabiques,
atirem os canalhas ao mar
junto com suas malas, cães e laçaios,
as mulheres inclusive e até as crianças,
com violência, com facas, com mãos nuas!
E mostrou-lhes a faca,
mostrou-lhes a mão nua.*

*Mas a gente da terceira classe,
todos eles imigrantes, permanecia quieta
na escuridão e tirava calmamente
suas boinas da cabeça e o escutava.*

*Quando é afinal que vocês querem
se vingar, se não for agora?
Ou será que não suportam ver sangue,
além daquele dos seus filhos e do seu próprio?
E ele esfolou seu rosto
e cortou sua mão
e mostrou-lhes o sangue.*

*Mas a gente da terceira classe
Escutava-o sem abrir a boca.
Não porque ele não falasse lituano
(ele não falava lituano);
não porque estivessem bêbados
(tinham havia muito esvaziado
suas garrafas avelhantadas,
envoltas em panos grosseiros),
não porque tivessem fome
(se bem que fome eles tinham):*

*Não era nada disso. Não
era tão fácil explicar.
Eles bem que entendiam o que ele dizia,
mas não o compreendiam.
Suas palavras não eram as palavras deles.
Eram consumidos por outros medos
que não os dele, e por outras esperanças.
Deixavam-se ficar, pacientes,
com seus alforjes, seus rosários,
seus filhos raquíticos
junto aos tabiques; abriam espaço,
escutavam-no, respeitosos,
e aguardavam o momento de afogar-se.”*

(Hans Magno Enzensberg)

Passada a reflexão sobre os passos decisivos de Florestan Fernandes, a partir de sua gênese como sujeito histórico e posteriormente adensado com algumas etapas de seu percurso teórico, urge a necessidade de localizar e relacionar as formulações de Florestan Fernandes acerca da questão racial, perante seus escritos das décadas de 1960¹⁵ e de 1970, tendo *A Revolução Burguesa no Brasil* como obra prima¹⁶ da produção teórica do autor no nosso entendimento.

A proposta de reflexão assim estabelece um diálogo crítico com as formulações florestanianas, na busca de uma interpretação sobre a questão racial a partir da “própria obra”, localizada no seu tempo histórico, porém, ao mesmo tempo, examinando-a com categorias e conceitos desenvolvidos a posteriori a partir do amadurecimento teórico do autor.

Essa abordagem está definida por um processo que consiste em uma passagem pelas obras *A Integração do Negro na Sociedade de Classe I e II*, de 1964, e depois disso, *A Revolução Burguesa no Brasil*, 1975, imprimindo a partir daí um rearranjo da questão racial a partir principalmente da categoria capitalismo dependente. Evidente que essa passagem e desfecho não prescindirá de algumas outras obras importantes da produção florestaniana. Essa escolha se caracteriza também por ser um momento na formulação do autor com um recorte mais crítico. Fernandes explica,

A minha carreira intelectual reflete, de ponta a ponta muitas precariedades convergentes. Todavia, na década de 60 podia lançar-me de uma maneira mais intensa ao debate de certos temas que, se carecem de significado socialista, eram pelo menos importantes em termos de luta por condições crescentes de autonomia política para as massas e para os intelectuais. O máximo que conseguia era proteger o meu trabalho intelectual e realizar uma investigação tão rigorosa quanto me era possível. Essas constantes estão em todos os trabalhos de fundamento empírico. Inclusive, em *A Revolução Burguesa no Brasil*, no qual o fundamento empírico não é tão evidente. Assim, se se tem em conta um determinado momento, no qual tento fazer — dentro das minhas aspirações — o que estava ao meu alcance, é nos trabalhos que se localizam na década de 60 que as idéias [...] mais críticas

¹⁵ Na verdade, a discussão inicial era também trazer o “Florestan” dos anos de 1950, porém, as obras sobre a questão racial de Fernandes de 1964, tem um estofo, maturidade intelectual e crítica mais consolidados. Sem desconsiderar os escritos dos anos 1950, pois seria um equívoco.

¹⁶ Em 1974, em meio à ditadura e dez anos após o golpe militar, Florestan Fernandes publicou *A revolução burguesa no Brasil*. Recebido à época como uma tentativa de explicação das origens e fundamentos do Estado autoritário, o livro tornou-se, com o decorrer do tempo, um dos clássicos da sociologia histórica brasileira, uma linhagem que possui seus momentos altos em *Casa-grande & senzala* (1933), de Gilberto Freyre; *Raízes do Brasil* (1936), de Sérgio Buarque de Holanda e *Os donos do poder* (1958), de Raymundo Faoro. MUSSE, Ricardo. **A revolução burguesa no Brasil**. Texto disponibilizado em 28 mar. 2014 <<https://blogdaboitempo.com.br/2014/03/28/a-revolucao-burguesa-no-brasil/>>. Acesso em: 25 de abr. 2019

são elaboradas. E, de modo mais concentrado nos livros: *A Integração do Negro na Sociedade de Classes*, *Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento*, *Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina* e *A Revolução Burguesa no Brasil*. Em relação a todos eles se poderia dizer que não são contribuições de cunho marxista puro. Nem mesmo tentei simular, passando por “análise dialética”, o que eu sabia que não a era. Poderia fazer a ressalva, não obstante, de que mantive uma patente fidelidade para com os meus ideais socialistas e uma congruência que foi posta à prova muitas vezes (FERNANDES, 2011, p. 102).

Localizado esse desafio, o processo de abstração da realidade empírica vivida em cada momento histórico de prática teórica do autor exige categorias conectoras¹⁷. Diante disso, nosso exercício inicial é buscar essas categorias, para gradativamente, não numa lógica formal e cronológica, mas sim dialética, localizar Fernandes no seu tempo histórico.

3.1 Importância da Discussão de Algumas Premissas

A partir da retomada da leitura de algumas obras de Florestan Fernandes, precipitou-se a necessidade de localizar a importâncias de algumas premissas em relação a inclusão do negro na “ordem social competitiva”. Antes de partir para esse caminho, advirto os leitores que Florestan se utiliza de alguns termos, palavras ou até mesmo categorias, que no nosso cotidiano remetem a uma carga pejorativa. Diante disso, tentaremos interpretar de acordo com nosso entendimento ou pela própria justificativa do autor. Como sugere a seguir o próprio Fernandes,

No uso de certas palavras encontramos várias dificuldades. O termo “preto” sempre foi usado pelo “branco” para designar o negro e o mulato em São Paulo, mas através de uma imagem estereotipada e sumamente negativa, elaborada socialmente no passado. Os próprios negros e mulatos preferiram, em suas primeiras manifestações de autonomia – através dos movimentos reivindicatórios –, a autodesignação contida na palavra negro. Doutro lado, impugnam o vocábulo “branco”, alegando que a mestiçagem impõe restrições severas às pretensões de “pureza de sangue” dos paulistas. Para evitar suscetibilidades ou recriminações, usamos a palavra “preto” quando a estereotipação do “branco” entra, visivelmente, em jogo; e colocamos todas as palavras entre aspas, com exceção de casos concretos, onde pudermos discernir as gradações da cor da pele dos sujeitos da investigação. Outrossim, empregamos as expressões “homem de cor” e “população de cor” frequentemente e sem nenhuma conotação pejorativa (FERNANDES, 1978, p. 12-13).

Não é a centralidade, a priori, nenhum julgamento com base moral a essas “palavras”, que aparecem no decorrer da obra de Fernandes, apesar de, de fato, algumas terem

¹⁷ Ver método.

uma carga semântica carregada. Inclusive, o próprio autor, em uma de suas famosas passagens, sinaliza a importâncias das “palavras”,

[...] Ora, em uma sociedade de classes da periferia do mundo capitalista e de nossa época, não existem “simples palavras”. [...]. Se a massa dos trabalhadores quiser desempenhar tarefas práticas, específicas e criadoras, ela tem que se apossar de certas palavras chaves (que não pode ser compartilhada com outras classes, que não estão empenhadas ou que não podem realizar aquelas tarefas sem se destruir ou se prejudicarem irremediavelmente) (FERNANDES, 9-10, p. 1984).

Porém, Florestan é um homem de seu tempo, totalmente suscetível a equívocos de todas as naturezas (Gênero, Classe e raça/etnia), que ao nosso crivo inicial não comprometerão a essência de sua análise sociológica.

Uma outra característica marcante, assinalada inclusive por Fernandes, é que a obra, a partir do escopo da sociologia crítica, traz à tona, de forma mais enfática, a necessidade de “contar a história dos vencidos”. Fernandes pontua,

Em sentido literal, a análise desenvolvida é um estudo de como o Povo emerge na história. Trata-se de assunto inexplorado ou mal explorado pelos cientistas sociais brasileiros. E nos aventuramos a ele, por intermédio do negro e do mulato, porque foi esse contingente da população nacional que teve o pior ponto de partida para a integração ao regime social que se formou ao longo da desagregação da ordem social escravocrata e senhorial e do desenvolvimento posterior do capitalismo no Brasil (FERNANDES, 2008, p. 21).

Um bom ponto de partida para nosso início de interpretação de Florestan acerca da questão do negro, é situar as transformações políticas, sociais e econômicas, localizadas a partir do segundo quartel do século XIX, que culminarão na abolição da escravatura ou, como prefere o autor, na transição da “ordem escravocrata” para “ordem social competitiva”. Antônio Sérgio Guimarães, ao prefaciá-la obra *A integração do negro na sociedade de classe I*, descreve que o autor “neste livro, repõe os negros brasileiros no fluxo dos conflitos que decidem e formam a nação, a sociedade e o Estado no Brasil. Os negros, aqui, são tão centrais para a nação como foram os trabalhadores industriais, na Inglaterra” (FERNANDES, apud GUIMARÃES, 2008, p.11).

3.2 Primeiras Questões da Ordem Social em Ascensão

Antes de mais nada, cabe ressaltar que os passos a seguir não se tratarão de um resumo expandido, fichamento ou de uma resenha da obra de Fernandes, interessamos principalmente captar o movimento feito pelo autor e as implicações dos seus termos, conceitos e categorias naquele momento histórico de sua formulação. Nesse sentido, o conceito que nos auxiliará em termos de suporte teórico nessa aproximação da interpretação florestaniana acerca questão racial é história em processo¹⁸.

A questão racial na perspectiva florestaniana ganha uma dimensão substancial na forma de como conceber o tema a partir da leitura do oprimido, assim, o debate a partir dos anos 1950 e 1960 ganhara uma dimensão ainda mais expressiva. Uma parte considerável e relevante da sociologia brasileira se dispõe a pensar a questão do “negro” como centro de uma agenda que tem como pressuposto conhecer o Brasil. Trata-se de buscar o mais elementar da interpretação do pensamento social brasileiro a partir da questão racial.

Como situamos no primeiro capítulo, Florestan Fernandes e a escola de sociologia paulista dispenderam esforços significativos nessa direção de interpretar o país e sua recente “entrada” na “ordem social competitiva”, ressaltando uma leitura dos “de baixo”, aqueles que acreditavam ser o mais vulneráveis nas relações sociais, ou como diria o autor, tiveram os piores pontos de partida.

Com essa agenda de pesquisa que ganhara certa predominância no seu tempo histórico, a questão racial no país evidencia e ressalta a necessidade de ler a realidade racial no país a partir de uma matriz mais crítica, revelando alguns aspectos da relação racial até então não tão evidenciados assim.

Para tanto, entende-se também como pertinente não prescindir das categorias historicidade e contradição¹⁹. Diante disso, a próxima etapa terá como estrutura a obra *A Integração do Negro na Sociedade de Classes*. Concebendo o negro e sua interação com as “relações raciais a partir da emergência da sociedade de classe”, “a revolução burguesa” e os aspectos do que Florestan vai chamar de “heteronomia racial”, para assim, com alguma substância teórica, pensar como algumas categorias ocupam um outro plano histórico.

¹⁸ Ver método.

¹⁹ Ver método.

3.3 A Revolução Burguesa e o Negro

A passagem do “antigo regime” para a “ordem social competitiva” não se estabelece por decreto, é um processo contraditório em que elementos da nova ordem engendrados na realidade brasileira já se evidenciava em germe no modo escravista, assim como, elementos do “antigo regime” sobrevivem na “nova ordem”. Esse aspecto último é de extrema importância para nossa interpretação acerca de Florestan Fernandes, e na perspectiva do autor tem uma relevância vital para a análise da formação social brasileira.

O papel do negro no processo de constituição, construção e dispêndio de trabalho nos ciclos econômicos anteriores, como do açúcar, ouro e também o do café, este que era o predominante no momento histórico analisado por Florestan, foi decisivo para a sustentação da sociedade estamental de castas²⁰ e desdobramento do que iremos chamar de “ordem social competitiva”.

Importante também demarcar que foram registradas diversas resistências por parte dos escravizados, como rebeliões, constituição de quilombos etc. Em momento nenhum, o processo de colonização foi feito de forma pacífica. Por mais que esses aspectos sejam imprescindíveis para conhecer história de luta dos trabalhadores negros, fizemos a difícil opção de começar pelo pós-abolição, e ressaltar outros aspectos da situação do negro. Primeiramente, por uma questão de recorte na pesquisa, com intuito de compreender a inserção do negro nessa ordem social emergente, até mesmo porque o que está em xeque na análise é o processo de assimilação na “ordem social competitiva”.

Remontando o processo, a condição de escravos, subalternos, que viviam sob um regime de cárcere, vai ter na análise de Florestan uma influência marcante no processo de transição do “antigo regime” para “ordem social competitiva”. Fernandes avalia,

²⁰ Segundo Weber, “chama-se estamento a um conjunto de homens que, dentro de uma associação, reclama de um modo efetivo: uma condição estamental exclusiva – e eventualmente, também, um monopólio exclusivo de caráter estamental”. [...] E, ainda, “toda sociedade estamental é convencional, ordenada pelas regras do estilo de vida; elabora, portanto, condições de consumo economicamente irracionais e impede dessa forma a formação do mercado livre pela apropriação monopolista e pela eliminação da livre disposição sobre a própria capacidade aquisitiva” (Weber, apud Hirano, p. 53).

Os anos posteriores à abolição foram extremamente duros para as populações negras concentradas nas cidades. Depois de decorridos mais de meio século, ainda se fazem sentir agudamente, no seio dessas populações os efeitos das comoções que destruíram a ordem social escravocrata e projetaram os ex-escravos na arena de competição aberta com os brancos. De fato, a lei 13 de maio nada concedeu ao elemento negro, além do *status* de homem livre. O processo de transformação real dos antigos escravos, e de seus dependentes, em cidadão, iria começar então, descrevendo uma trajetória que não foi, nem poderia ser, modeladas por medidas de caráter legal. No plano econômico que nos interessa, esse processo se caracteriza pela lenta reabsorção do elemento negro no sistema de trabalho, a partir das ocupações mais humildes e mal-remuneradas. Isto explica por várias razões, que não se ligam às constituições biopsíquica dos negros, mas a herança negativa deixada pela escravidão. (FERNANDES, 2008, p.71)

Para o autor, os resquícios²¹ do antigo regime irão constituir o elemento chave do processo de perpetuação da exclusão social, da discriminação e do preconceito e, principalmente, marcará a assimilação à “ordem social competitiva”. A herança pejorativa do regime escravocrata, no que tange às relações econômicas e, principalmente, ao fato de serem concebidos como “mercadorias” e, conseqüentemente, “coisas” no imaginário popular, atribuía à população negra uma conotação de inferioridade. Isso sem considerar as teorias relacionadas ao determinismo biológico²², que foram bastante difundidas no Brasil. Logo, na análise do autor, o processo de transição para “ordem social competitiva” necessitaria de alguma mediação por parte dos envolvidos. Fernandes ressalta,

A desagregação do regime escravocrata e senhorial se operou, no Brasil, sem que se cercasse a destituição dos antigos agentes de trabalho escravo de assistência e garantias que os protegessem na transição para o sistema de trabalho livre. Os senhores foram eximidos da responsabilidade pela manutenção e segurança dos libertos, sem que o Estado, a Igreja ou outra qualquer instituição assumissem encargos especiais, que tivessem por objeto prepará-los para o novo regime de organização da vida e do trabalho. O liberto se viu convertido, sumária e abruptamente, em senhor de si mesmo, tornando-se responsável por sua pessoa e por seus dependentes, embora não dispusesse de meios materiais e morais para realizar essa proeza nos quadros de uma economia competitiva (FERNANDES 2008, p. 29).

Não houve nenhuma mediação proposta para amenizar esse quadro, nem mesmo pela parcela abolicionista, nem no âmbito jurídico e nem mesmo político. Foram

²¹ Importante nessa passagem é ressaltar que os resquícios ou elementos do “antigo regime” não são determinantes apenas para questão racial. Questão que presumimos ser melhor elaborada no decorrer do texto.

²² A teoria das desigualdades raciais difundiu-se no Brasil, junto com ideários naturalistas, cientificistas, positivistas e evolucionistas, nas três últimas décadas do século XIX. A afirmação da existência de etnias inferiores justificava a formação de um novo imperialismo, o que foi percebido por Araripe Júnior e Manoel Bonfim, tornando-se objeto de polêmica com Sílvio Romero, que defendia o caráter científico das ideias racistas (VENTURA, 1991 p.55).

jogados à própria sorte, sem condições de garantirem o mínimo para a produção e reprodução de suas vidas. Fernandes avalia,

Sem as garantias de reparações materiais e morais escrupulosas, justas e eficazes, a Abolição equivalia – nas zonas de vitalidade da lavoura cafeeira – a condená-lo à eliminação no mercado competitivo de trabalho ou, no mínimo, ao aviltamento de sua condição, como agente potencial de trabalho livre. Longe de equipará-lo ao trabalhador assalariado branco, estrangeiro ou nacional, expunha-o fatalmente, de modo previsível e insanável, ao desajustamento econômico, à regressão ocupacional e ao desequilíbrio social (FERNANDES, 2008, p.59).

Na esteira dos acontecimentos históricos, apresenta-se o principal agente do processo de acumulação dentro da ordem econômica escravocrata, o negro. Após mais de três séculos de exploração forçada, de liberdade privada, de nenhuma possibilidade de ascensão de classe, Florestan examina a questão social do negro no Brasil a partir dessa nova ordem social. Fernandes relaciona e enumera dificuldades enfrentadas em vários aspectos pelos negros.

Alguns trabalhadores negros tentaram voltar para seus antigos senhores, mas muitos se negaram também a assumir posições análogas às anteriores. São Paulo não fora um grande centro de utilização de trabalho escravo, como Salvador, Recife e Rio de Janeiro. A cidade começa a se destacar no cenário político, social e econômico brasileiro já em um momento de crise do antigo regime (FERNANDES, 2008).

Diante desses dilemas, muitos ex-escravos, para garantir a sobrevivência, acabaram por voltar para as suas fazendas de origem. Como sinaliza Fernandes, o desdobrar do tempo teve suas consequências, pois “[...] passado os momentos de ‘loucura da liberdade’, muitos libertos pretenderam retornar às antigas fazendas. Onde os senhores não despunham de outra mão de obra, eles foram readmitidos na condição de assalariado [...]” (FERNANDES, 2008, p.70). Importante salientar que não fora uma opção tão simples assim, havia um outro elemento significativo, já que “[...] nas regiões em que viviam muitos imigrantes, porém, os senhores replicavam altivamente, chocados com a ‘negra ingratidão’ dos ex-escravos: repeliram-nos, acabando de substituí-los por trabalhadores brancos [...]” (FERNANDES, 2008, p. 70).

Nesse processo, os elementos morais, culturais e sociais, impregnados no decorrer do “antigo regime”, foram absorvidos tanto pelos libertos como pela “sociedade branca”. Nesse sentido, as possibilidades de inserção na ordem vigente foram

cerceadas, inviabilizando qualquer possibilidade de competição com os trabalhadores imigrantes, e empurrando-os impiedosamente para as posições mais degradantes da sociedade brasileira. Evidentemente que diante dessas transformações e imposições de condições adversas no seio da sociedade paulista, houve reação por parte dos trabalhadores negros e negras, manifestações e inquietações. Fernandes sinaliza uma questão importante,

Note-se que não está em jogo saber se o negro e o mulato reagiam de “modo passivo” ou “com indiferença” aos acontecimentos históricos. Não havia passividade ou apatia em suas reações. Dois terços, presumivelmente, da população negra e mulata da capital e quase a metade da mesma população no âmbito do estado de São Paulo se condenaram, ao longo do primeiro quartel do nosso século, aos percalços das duas opções extremas. Essa autocondenação ao ostracismo, à dependência e à destruição pode ser vista como um *protesto mudo* ou como um efeito suicida dos complexos de *desilusão social*. Era, porém, o único e derradeiro recurso de afirmação de que dispunham o negro e o mulato, privados historicamente dos meios para organizar a vida em liberdade segundo os ideais ou as exigências de sua concepção do mundo (FERNANDES, 2008, p. 66-67).

Logo, os efeitos imediatos em relação as condições de vida dos trabalhadores negros começaram a se desdobrar nas cidades de forma mais intensa. A pauperização e marginalização da população acabam por ser resultado imediato da vida nas cidades. Fernandes analisa,

Em consequência, *viveram dentro da cidade, mas não progrediram com ela e através dela*. Constituíam uma congêrie social, dispersa pelos bairros, e só partilhavam em comum uma existência árdua, obscura e muitas vezes deletéria. Nessa situação, agravou-se, em lugar de corrigir-se, o estado de anomia social transplantado do cativo (FERNANDES, 2008, p.120-121).

Com a vida marcadamente hostil nas cidades, o reposicionamento em condições de igualdade do negro como força de trabalho se tornará cada vez mais distante, o que vai interferir de forma enfática na possibilidade de reproduzir sua vida e de seus dependentes. Florestan conclui que “[...] os fatores e os efeitos do agravamento desse estado de anomia são de enorme interesse para o estudo sociológico da integração dos negros e dos mulatos à sociedade de classes” (FERNANDES, 2008, p.120).

Em contrapartida à situação hegemônica de degradação do negro na ordem em ascensão, um outro agente ganhara expressiva relevância nesse momento histórico, operando também como personagem central, no entanto, pelo lado dos “de cima”. Na transição da “sociedade de castas” para “ordem social competitiva” emerge contraditoriamente a alavanca para o que o Florestan vai chamar de “empresa agrária”

ou “a grande fazenda de café”. Segundo o autor, “[...] ao mesmo tempo que a dinamização final da crise do antigo regime veio do campo, dele também partiu a contenção ativa das tendências de reintegração da ordem social, desencadeadas ou inerentes a essa mesma crise (FERNANDES, 1978, p. 43).

Na verdade, a formatação da empresa agrária não é só uma derivação da crise do “antigo regime”, essa já tinha um papel de importância na sociedade anterior, porém, a partir do processo de desintegração do “antigo regime”, ela incorpora e supera elementos inerentes a este, colocando o fazendeiro do café em outro patamar nesse contexto histórico. Projetando-os como protagonistas dos “negócios do café”. Fernandes ressalta,

Em consequência, as cidades em questão se convertem nas fronteiras econômicas da grande empresa agrária e nos verdadeiros bastiões da luta pelos seus interesses mais profundos. Não é a sua acanhada e vacilante “burguesia” que oferece a base econômica e o fulcro jurídico-político da formação incipiente da ordem social competitiva. Mas o círculo dos *grandes homens de negócios* da época, os quais detinham em suas mãos as engrenagens da vida econômica e política: os fazendeiros prósperos e os agentes da comercialização do processo de exportação do café, com a vasta rede de associados e dependentes que ambos possuíam na estrutura ocupacional, econômica e de poder das comunidades urbanas (ou em urbanização). O protótipo do autêntico “grande empresário rural” nos é dado pelo fazendeiro que desempenhava simultaneamente os vários papéis socioeconômicos criados pelas ramificações dos interesses rurais nos centros urbanos (FERNANDES, 1978, p. 44).

Segundo Fernandes (1978), a partir desse desenho entende-se as mudanças pertinentes à ordem descrita. Há toda uma adaptação da “grande empresa agrária” ao regime de trabalho livre, à necessidade de se adequar as relações de troca no mercado de trabalho. Ademais, “[...] continuaram a imperar os modelos de comportamento, os ideais de vida e os hábitos de dominação patrimonialista, vigentes anteriormente na sociedade estamental e de castas” (FERNANDES, 1978, p. 44-45).

Esse aspecto tratado acima tem uma importância chave no processo de interpretação de Florestan em torno da questão racial e da realidade brasileira. Os dilemas colocados pela revolução burguesa²³ da necessidade de desenvolvimento político, social e econômico inerente à “ordem social competitiva” são atravessados em todos os âmbitos por elementos relacionados à sociedade estamental e de casta.

²³ Conceituaremos com mais rigor a revolução burguesa nos capítulos seguintes.

Por um lado, o desenvolvimento urbano e o processo incipiente de industrialização não possibilitavam um grau de autonomia da cidade em relação ao campo. Tal cenário não projetava e não favorecia uma consolidação liberal-democrática compatível com a ordem em ascensão.

Nada podia impedir que o “coronelismo”, como equivalente e substituto da “nobreza agrária”, convertesse o sistema republicano-presidencialista numa transação com o antigo regime e, principalmente, que a ordem social competitiva se ajustasse às estruturas persistentes daquele regime (FERNANDES, 1978, p.45).

Para complementar este resgate sumário da relação do negro no processo de revolução burguesa, é necessário incluir um novo “sujeito”, “o colono” ou imigrante. Cabe-nos nessa aproximação, ressaltar a relevância desse personagem nesse contexto histórico, sobretudo evidenciando sua relação com o “negro” e o “fazendeiro”.

A vinda dos imigrantes para o Brasil ganha intensidade a partir do segundo quartel do século XIX. As políticas de Estado que favoreciam a imigração²⁴, ascensão e a entrada no mercado de trabalho dos imigrantes europeus, em detrimento da população negra, contribuíram de forma decisiva para esse desajuste social da condição dos negros. Florestan situa que um pouco antes do início do século “[...] segundo certas estimativas, a europeização demográfica da cidade se acentuara a tal ponto que em 1897 haveria na capital 2 italianos para 1 brasileiro [...]” (FERNANDES, 2008, p.125).

Durante boa parte do império e início da república, várias levas de imigrantes desembarcaram no Brasil, principalmente, Italianos, Portugueses, Espanhóis e Alemães. Condições materiais impulsionaram essa transferência; guerras, falta de emprego, fome, foram fatores importantes para essa ação que contou também com grande incentivo por parte das autoridades brasileiras. Principalmente a partir de uma nítida política do branqueamento. Derivada da teoria do determinismo biológico, o pilar essencial do branqueamento vai ao encontro da necessidade de um país com a força

²⁴ [...] essa era a *política econômica* defendida pelos grandes proprietários, que exerciam influência ou tinham assento no Governo. A célebre fórmula de Antônio Prado – “trabalho livre na pátria livre” – não só pressupunha que o *trabalho livre* expulsaria o *trabalho escravo*, mas, ainda, que no regime da livre iniciativa o “branco” iria, fatalmente, substituir o “negro” como agente do trabalho. “Imigração em larga escala, na mais larga escala passível”, eis o fundamento de seu programa como ministro da agricultura. Aceitava tais efeitos friamente, como decorrência das “leis econômicas” (FERNANDES, 1978, p. 36-37).

de trabalho adaptada para os novos desafios da “ordem social competitiva”, e também, que cumprisse um ideário de raça inerente aos países capitalistas da Europa. Elemento imprescindível em nossa avaliação para os rumos da revolução burguesa.

Importante ressaltar que os estrangeiros não necessariamente vieram para o país dos sonhos ou oportunidades. Nos moldes da sociedade capitalista, vieram vender sua força de trabalho em condições bastante precárias. Nosso interesse aqui não é descrever isso nos parágrafos a seguir, mas sim mostrar qual o papel que o imigrante cumpriu na sua relação de “competição” nas cidades com o negro. Fernandes esclarece,

No que concerne à estrutura ocupacional da cidade, parece claro que a competição econômica com o “estrangeiro” engendrou, prematuramente, um processo bem definido de pura sucessão ecológica. O negro e o mulato foram eliminados das posições que ocupavam no artesanato urbano pré-capitalista ou no comércio de miudezas e de serviços, fortalecendo-se de modo severo a tendência a confiná-los a tarefas ou ocupações brutas, mal retribuídas e degradantes (FERNANDES, 1978, p. 26).

Cabe sinalizar que essa “competição” não era necessariamente em relação ao negro (ressaltando que este tem o pior começo nessa ordem em ascensão), mas também quanto aos trabalhadores nacionais. De qualquer forma, nas cidades os trabalhadores estrangeiros tinham predomínio total, principalmente nas áreas mais associadas a “ordem social competitiva”. Fernandes demonstra dados,

[...] nos outros ramos de atividades, verdadeiramente ligadas à dinâmica do novo mundo econômico, em nascimento: a. nas atividades manufatureiras, 3.667 trabalhadores, dos quais 774 nacionais (21%) e 2.893 estrangeiros (79%); b. nas atividades artísticas, – 10.241 trabalhadores, dos quais 1.481 nacionais (14,4%) e 8.760 estrangeiros (85,5%); c. nas atividades de transporte e conexas, 10.525 trabalhadores, dos quais 1.998 nacionais (18,9%) e 8.527 estrangeiros (81%); d. nas atividades comerciais –, 9.456 trabalhadores, dos quais 2.680 nacionais (28,3%) e 6.776 estrangeiros (71,6%). Em relação ao total considerado, 71,2% dos trabalhadores da cidade de São Paulo eram estrangeiros (FERNANDES, 1978, p. 27).

A análise de Florestan se dá sob a cidade de São Paulo, uma cidade com características distintas em relação aos outros grandes centros do Brasil. A economia cafeeira em ascensão, o processo incipiente de industrialização, um fluxo de imigrantes intenso e o recém processo de abolição, foram ingredientes decisivos para uma urbanização acelerada em São Paulo. Com algumas características bem distintas como demonstra Fernandes,

[...] a expansão urbana de São Paulo não reproduziu o padrão típico das cidades brasileiras que floresceram em conexão com o progresso da civilização agrária. A inclusão de São Paulo na economia de exportação colonial ocorreu tardiamente (em comparação com outras cidades, como Recife, São Salvador ou Rio de Janeiro, por exemplo). Ela se dá, praticamente, quando o regime servil já entrara em crise, em virtude da cessação do tráfico e de leis que restringiam de vários modos a reposição do braço escravo. Importa salientar, acima de tudo, que só no último quartel do século XIX a cidade participa de fluxos de prosperidade econômica suscetíveis de diferenciar o rústico estilo de vida imperante. Por isso, até essa época permaneceu acanhada e pouco diferenciada a esfera de serviços e de trabalhos livres, a que estava propensa a sociedade escravocrata brasileira. (FERNANDES, 2008, p. 32-33)

Certamente, São Paulo foi o palco decisivo para a inserção do Brasil numa ordem social em ascensão. A produção de café ditou o ritmo da economia brasileira, e os Fazendeiros do café cumpriram um papel central nesse novo cenário econômico. Os fazendeiros tiveram a astúcia de aproveitar as mudanças intensas da ordem social, política e, principalmente, econômica, cuja política institucional ia ao encontro das necessidades da grande lavoura do café, bem como beneficiaram-se da vinda em massa de trabalhadores europeus (FERNANDES, 2008).

Primeiro, como a associação entre a urbanização e a europeização se refletiu na morfologia da cidade, alterando por completo os antigos quadros de absorção regular do negro como agente de trabalho. Segundo, como se deu a própria formação da ordem social competitiva e a consolidação do regime de classes sociais em São Paulo, em torno das figuras dominantes do “fazendeiro” e do “imigrante” e com a exclusão quase total do “negro” ou do “mulato” como agentes históricos socialmente significativos. Terceiro, como a urbanização interferiu no “destino humano” do negro e do mulato, agravando sobremaneira suas dificuldades de adaptação e de ajustamento ao novo estilo de vida econômica, social e política (FERNANDES, 2008 p. 36).

Para estabelecer a relação que falta, emerge o papel do imigrante em relação ao fazendeiro. Antes, contudo, Fernandes assinala uma derradeira observação sobre a relação do negro com o imigrante. Em uma de suas passagens do livro *A integração do negro na sociedade de classe*, o autor relata que a produtividade do trabalho do imigrante era maior do que a do escravo, e uma proporção de quatro vezes mais barata, indicando que o *devoir* era a substituição do escravo, que viria a se impor onde concorressem (FERNANDES, 1978).

Retomando a relação fazendeiro e imigrante, como sinalizado acima, a passagem e adaptação da grande empresa do café à “ordem social competitiva” exigem alguns pressupostos, principalmente na relação jurídico-política da compra e venda de força

de trabalho no mercado. Para tanto, exige uma relação de troca entre iguais, assim, essa igualdade tem que ocupar outros padrões,

Enquanto o fazendeiro contratante era cidadão e eleitor, o colono contratado não possuía nenhum direito ou regalias políticas. A equiparação de ambos, para os efeitos jurídicos, da relação contratual, surgia como o verdadeiro problema de cuja solução iria depender a criação de condições para transformar as fazendas e adaptá-las ao regime de trabalho livre (FERNANDES, 1978, p. 35).

Na esteira dessa discussão há uma movimentação gradativa para mudar a organização social do trabalho, com um objetivo muito simples, a substituição do negro pelo branco. Ademais, a “coexistência do trabalho servil com o trabalho livre desorganizava a produção agrícola, fomentando a rebeldia do ‘escravo’ e a insatisfação do ‘colono’ (FERNANDES, 1978, p. 35). Quanto mais eficiente fosse a transição, com menos conflito se efetivaria a substituição da força de trabalho.

Fernandes (1978) destaca que diferentemente do negro, tanto os brancos das classes dominantes, como os imigrantes, contavam com uma certa estrutura para suas atividades econômicas e para possibilidade de ascensão social. Em relação ao imigrante, nas relações no âmbito familiar, nota-se que “[...] os laços de solidariedade forjados pelo parentesco e a cooperação organizada forneciam um sólido ponto de apoio para as relações competitivas e para toda a sorte de projeto individual [...]” (FERNANDES, 1978, p. 58).

Nesse sentido, e já na tentativa de construir uma síntese, o fazendeiro e o colono acabam por trilhar caminhos que os projetam particularmente na “ordem social competitiva”. Evidente que ambos partem de pontos diferentes. A situação do fazendeiro era hegemônica como representante direto da classe dominante e o imigrante vem como força de trabalho precária. Não cabe a nós simplificar um processo que é complexo. Para tanto, recorreremos a Fernandes para sintetizar o papel do fazendeiro,

[...] a expansão gradual do trabalho livre e a sua universalização final forçaram reajustamentos rápidos que produziam efeitos da mesma natureza: desvencilhar a “fazenda” da ordem patrimonial, obrigando o fazendeiro a desenvolver uma mentalidade típica de empresário capitalista, constantemente atento à produtividade e à remuneração dos fatores da produção. Por fim, comprometido e empenhado nas operações mais abstratas da comercialização dos “negócios do café”, o próprio fazendeiro com condições propícias se converte em *intermediário* ou em *capitalista* e estimula esse processo no seio da própria família. As cidades que saem da

velha letargia, oriunda da sua subordinação passiva aos interesses agrários, centro de gravitação da vida econômica, encontram nesse fazendeiro (e nos capitais que trazia da agricultura) seja um dos agentes do financiamento das indústrias incipientes ou de toda sorte de atividades comerciais lucrativas, seja o próprio empreendedor dos negócios bancários, industriais, comerciais e imobiliários de certo vulto ou de maior alcance especulativo (FERNANDES, 1978, p. 53-54).

Em relação ao imigrante,

O “colono”, por sua vez, intervém em três níveis distintos do processo de consolidação e de renovação do capitalismo. Primeiro, como agente do trabalho livre que se comportava como o assalariado típico e repelia a relação patrimonialista, obrigando o fazendeiro a agir conforme a normas e a uma mentalidade econômica novas. Segundo, como agente da transplantação de novas atitudes perante o trabalho ou de técnicas e atividades econômicas inovadoras, tanto indiretamente, quanto diretamente. Terceiro, como propulsor da acumulação capitalista com base na poupança e como criador direto de novos focos de expansão do capitalismo no campo e, principalmente, na cidade. Em outras palavras, o colono não se beneficiou, apenas, das tendências associadas à transformação recente do capitalismo no Brasil. Ele compartilha em grau extenso do processo e, na medida em que consegue se impor como empresário independente, vai concorrer como uma força nova e revitalizadora da crescente autonomia econômica da cidade em face do campo (FERNANDES, 1978, 54-55).

Os escritos acima destacam uma primeira aproximação do autor com o debate da Revolução Burguesa no Brasil, a partir principalmente da questão racial. Posteriormente voltaremos a esse debate com contornos mais elaborados.

3.4 Aspectos da Heteronomia Racial

Passado um primeiro momento de ascensão da “ordem social competitiva”, Florestan acreditava que a ordem que emergia era incompatível com certas posturas sociais. Estabelecera-se assim a necessidade de buscar mais elementos que implicasse uma justificativa para não inserção do negro na sociedade de classe²⁵.

Na compreensão do autor, o “antigo regime” sobreviveu ao seu fim. A forma de pensar, o comportamento e a mentalidade social ainda permaneceram carregados dos valores da sociedade estamental e de castas. Florestan Fernandes insiste em enfatizar que

²⁵ Sob o capitalismo competitivo, o negro emergia dos porões da sociedade e, para muitos, parecia que ele se igualaria ao branco rapidamente, apesar do “preconceito de cor” e da discriminação racial. A raça não era tomada como uma entidade social consistente e duradoura, como se a escravidão se tivesse sustentado no ar. Mesmo autores como Caio Prado Júnior, de uma perspectiva histórica, e Emílio Willems, de uma perspectiva sociológica, entendiam que o capital ia em busca do trabalho e a passagem de escravo e liberto a assalariado seria automática (FERNANDES, 2017, p. 56-57).

a “[...] significação sociológica dessa complexa realidade. Ela nos mostra que o negro e o mulato foram, por assim dizer, enclausurados na condição estamental do ‘liberto’ e nela permaneceram muito tempo depois do desaparecimento legal da escravidão” (FERNANDES, 1978, p. 248).

Nessa perspectiva, as relações sociais perpetuam a permanência do passado no presente, colocando para nós uma chave de leitura imprescindível para compreensão das relações raciais e dos desdobramentos da Revolução Burguesa.

Para iniciar o debate acerca da “heteronomia racial”, algumas premissas são necessárias. Florestan ressalta que em nenhum momento da “ordem social competitiva” o “elemento de cor” abalou o *status quo* da elite branca no Brasil, nem sequer ameaçou a perpetuação de sua dominação. “Em síntese, não se esboçou nenhuma modalidade de resistência aberta consciente e organizada, que colocasse negros, brancos e mulatos em posições antagônicas e de luta [...] (FERNANDES, 1978, p. 250). O autor resume,

Ao que parece, na medida em que o “homem branco” só conseguia pôr em prática reduzida parcela das técnicas, instituições e valores sociais inerentes à ordem social competitiva, e ainda assim em setores mais ou menos restritos e confinados (em certos tipos de atividades econômicas, de relações jurídicas ou de privilégios políticos dos membros da classe “alta”), o campo ficou aberto para a sobrevivência maciça de padrões de comportamento social variavelmente arcaicos. No bojo desses padrões de comportamentos, passaram para a nova era histórica e se revitalizaram normas da velha etiqueta de relações raciais, distinções e prerrogativas sociais que proporcionavam direitos e as garantias sociais das “raças” em presença às posições que seus componentes ocupavam na estrutura de poder da sociedade, representações que legitimavam, tanto racial, quanto material e moralmente, tais distinções e prerrogativas etc. (FERNANDES, 1978, p.250)

Tal discussão se desdobrou no chamado “mito da democracia racial”²⁶, situação específica da realidade brasileira que vão de encontro ao antagonismo de raças em

²⁶ Em consequência, ela também concorreu para difundir e generalizar a *consciência falsa* da realidade racial, suscitando todo um elenco de convicções etnocêntricas: 1º – a ideia de que “o negro não tem problemas no Brasil”; 2º – a ideia de que, pela própria índole do *povo brasileiro*, “não existem distinções raciais entre nós”; 3º – a ideia de que as oportunidades de acumulação de riqueza, de prestígio social e de poder foram indistinta e igualmente acessíveis a todos, durante a expansão urbana e industrial da cidade de São Paulo; 4º – a ideia de que “o preto está satisfeito” com sua condição social e estilo de vida em São Paulo; 5º – a ideia de que não existe, nunca existiu, nem existirá outro problema de justiça social com referência ao “negro”, excetuando-se o que foi resolvido pela revogação do estatuto servil e pela universalização da cidadania – o que pressupõe o corolário segundo o qual a miséria, a prostituição, a vagabundagem, a desorganização da família etc., imperantes na “população de cor”, seriam efeitos residuais, mas transitórios, a serem tratados pelos meios tradicionais e superados por mudanças qualitativas espontâneas (FERNANDES, 1978, p. 255-256).

outros países do mundo, como os Estados Unidos. Porém, não entraremos no mérito da discussão, o importante aqui é sua relação com a “heteronomia” do negro.

Florestan acreditava que a situação do negro na “ordem social competitiva” era incompatível com tal. No entanto, “tão vasto mecanismo de acomodação das elites dirigentes a uma realidade racial pungente (e por que não dizer: intolerável numa democracia) permitiu que se fechassem os olhos – quer diante do drama coletivo da ‘população de cor’ [...]” (FERNANDES, 1978, p. 254).

Mais uma vez refutaremos elementos morais da interpretação de que os negros reagiam com passividade, apatia, de forma indiferente à realidade vivida. Florestan faz várias sinalizações no sentido de desmontar essa ideia, da mesma forma que tenta qualificar esse entendimento. O autor aponta,

Isso levanta uma questão que precisa ser bem entendida, se não se quiser falsear a interpretação da realidade. O fato de o escravo e o liberto terem intervindo como o principal fermento explosivo na desagregação do sistema de castas não é, em si mesmo, um índice de participação revolucionária consciente e organizada em bases coletivas autônomas. Não existiam condições para que isso ocorresse e, se chegasse a ocorrer, o abolicionismo daria lugar a uma “união sagrada” entre os *brancos*, para conjurar o “perigo” de uma *subversão racial*. Na medida em que a “situação de castas” envolvia um estado de heteronomia material, social e moral absoluta do escravo, nas condições imperantes na sociedade brasileira ele só podia emergir como “dissolvente” na cena histórica: (a) numa fase adiantada de desagregação interna da ordem social escravista e de extrema desmoralização de seus fundamentos axiológicos institucionalizados; (b) sob a liderança organizada e ostensiva da parcela inconformista do “grupo racial” dominante, único penhor ideológico e político da continuidade da dominação racial estabelecida e de fidelidade aos princípios de estratificação interétnica subjacentes (FERNANDES, 1978, p. 47).

Apesar de não terem essa suposta consciência como assinala o autor, sabiam o que não queriam coletivamente, ou seja, retornar às condições anteriores. “Formaram o polo heteronômico e alienado de uma ‘situação de castas’; lutaram com furor, mas como polo heteronômico e alienado, contra essa ‘situação de castas’” (FERNANDES, 1978, p. 48).

Assim, nessa medida, alguns elementos corroboraram com as elites brancas para manter o negro nessa situação. O “mito da democracia racial”, uma suposta harmonia entre as raças, foi o ingrediente importante para esse desfecho inicial da situação do negro na sociedade de classes, “[...] ele as auxiliou a manter quase intacto o arcabouço em que se assentava a dominação tradicionalista e patrimonialista, base

social da hegemonia da camada senhorial, da autonomia da 'raça branca' e da heteronomia da 'raça negra'" (FERNANDES, 1978, p. 263).

4 REVOLUÇÃO BURGUESA, CAPITALISMO DEPENDENTE E A QUESTÃO RAÇA E CLASSE

Eu estava sobre uma colina e vi o Velho se aproximando, mas ele vinha como se fosse o Novo. Ele se arrastava em novas muletas, que ninguém antes havia visto, exalava novos odores de putrefação, que ninguém antes havia cheirado. [...] Assim, marchou o Velho, travestido de Novo, mas em cortejo triunfal levava consigo o Novo e o exibia como Velho.

Bertold Brecht

A obra *A revolução burguesa no Brasil* representa, na nossa análise, a produção mais complexa e completa do autor, invariavelmente também a mais difícil de ser interpretada. Basicamente, ela foi iniciada no ano de 1966, e concluída entre 1973 e 1975. Cabe ressaltar que há um intervalo de tempo durante o início e o término, com mudanças radicais, não só na conjuntura política, econômica e social no Brasil, como também modificações consideráveis no referencial teórico de Florestan, que possibilitarão evidenciar os recortes teóricos distintos da obra em questão.

O autor, em sua nota explicativa no início da obra, sinaliza de maneira enfática que o papel do ensaio era dar uma resposta intelectual ao golpe de 1964. Porém, não fora tão simples assim, o momento não foi propício, e algumas críticas de pessoas próximas levou-o a desistir da empreitada. Diante disso, passou a dedicar seu tempo livre ao movimento universitário, e dramaticamente, em 1969, foi aposentado compulsoriamente, e obrigado a se exilar.

O golpe político-militar e seus desdobramentos traumáticos não apenas desmobilizam a Escola Paulista de Sociologia, já que a maioria dos docentes foi aposentada compulsoriamente, como também representa uma mudança drástica na agenda de pesquisa sociológica, colocando definitivamente a questão racial para segundo plano.

Os referenciais categóricos que sustentarão a nossa análise são os mesmos apresentados na seção anterior²⁷. Assim a dinâmica de nossa investigação trabalhará principalmente o avanço, a consolidação da revolução burguesa e o capitalismo

²⁷ Ver método

dependente no Brasil. Posteriormente, examinaremos as possibilidades de relação dessas análises com a questão raça e classe.

4.1 A Revolução Burguesa no Brasil

Na análise de *A Revolução Burguesa no Brasil*, seguindo as pistas da interpretação florestaniana, há uma dificuldade em caracterizar o que é burguesia no país, em virtude de alguns questionamentos que operam no movimento histórico, sobretudo na relação com a formação da burguesia na Europa ocidental. Por exemplo, o autor ressalta que não tivemos feudalismo, e que logo, não houve o “Burgo”. Nesse sentido Florestan nos dá uma primeira aproximação,

[...] O burguês já surge, no Brasil, como uma entidade especializada, seja na figura do agente artesanal inserido na rede de mercantilização da produção interna, seja como negociante [...]. Pela própria dinâmica da economia colonial, as duas florações do “burguês” permaneciam sufocadas, enquanto o escravismo, a grande lavoura exportadora e o estatuto colonial estiveram conjugados. A independência, rompendo o estatuto colonial, criou condições da expansão da “burguesia” e, em particular, de valorização social crescente do “alto comércio [...]” (FERNANDES, 2005, p. 34).

Florestan atribuirá a essa classe emergente o conceito de *congrégie social*, ou seja, um aglomerado de setores dominantes que se relacionam em torno de interesses imediatos ou comuns, que a partir do momento que intensificam suas relações com a burguesia imperialista, passam por um processo de “aburguesamento”²⁸, isso se torna mais nítido no comércio de importação e exportação.

Assim, como indicado anteriormente, o processo de revolução burguesa tem aspectos e características distintos dos modelos europeus, e engendra uma qualidade particular, o acordo do “novo” com o “velho”, ou seja, o “novo” surge em total

²⁸ [...] Em uma palavra ela aburguesou-se, desempenhando funções análogas à de certos segmentos da nobreza europeia na expansão do capitalismo. Simultaneamente, surgiram novos tipos humanos, que não estavam enraizados nem eram tolhidos pelo código ético senhorial. Muito antes da extinção da escravidão e da universalização do trabalho livre, a esfera de serviços sofrera extensa modificação, tanto no nível das elites, quanto no nível das massas ou dos assalariados. Esse processo se intensifica nas regiões que se beneficiaram do surto econômico do café ou pela imigração (em alguns lugares, os dois fenômenos formaram os efeitos inovadores). De tais estratos é que procediam os representantes mais característicos e moderno do “espírito burguês” - os negociantes a varejo e por atacado, os funcionários públicos e os profissionais “de fraque e cartola”, banqueiros, os vacilantes e oscilantes empresários das indústrias nascentes de bens de consumo, os artesãos que trabalhavam por conta própria e toda a uma massa amorfa de pessoas em busca de ocupações assalariadas ou de algumas oportunidades “para enriquecer” [...] (FERNANDES, 2005, p.45-46).

convivência com o “velho”, sem rupturas, conformando uma burguesia “tupiniquim” com aspectos bem peculiares.

Sem a universalização do trabalho assalariado e a expansão da ordem social competitiva, como iríamos organizar uma economia de mercado de bases monetárias e capitalistas? É dessa perspectiva que o “burguês” e a “Revolução Burguesa” aparecem como no horizonte da análise sociológica. Não tivemos todo o passado da Europa, mas reproduzimos de forma peculiar o seu passado recente, pois este era parte do próprio processo de implementação do desenvolvimento da civilização ocidental moderno no Brasil. Falar em Revolução Burguesa, nesse sentido, consiste em procurar os agentes humanos das grandes transformações histórico-sociais que estão por trás da desagregação do regime escravocrata-senhorial e da formação de uma sociedade de classes no Brasil (FERNANDES, 2005, p. 37).

Portanto, ao citar o termo “Revolução Burguesa”, Fernandes não pretende explicar o presente no Brasil a partir do passado da Europa, no sentido de uma mera repetição histórica. Em suma, a “Revolução Burguesa” não constitui um episódio histórico, “[...] mas, um fenômeno estrutural, [...] desde que certa sociedade nacional possa absorver o padrão de civilização que a converte numa necessidade histórico-social [...]” (FERNANDES, 2005, p. 37-38).

A partir de então, supostos aspectos do liberalismo e do “espírito burguês”, principalmente após a ruptura do pacto colonial, regeram o processo de ascensão da classe burguesa no país, porém, “[...] o liberalismo só contribuiu para intensificar a desagregação do *status quo ante* de modo indireto, gradual e intermitente. [...] e para orientar o desenvolvimento de uma ordem social nacional, mas heteronômica ou dependente” (FERNANDES, 2005, p. 54-55).

Não obstante, não cabe a nós desconsiderar o papel relevante do liberalismo, principalmente em relação a sua influência na ruptura com o estatuto colonial, porém, “[...] ele não afetou (nem poderia afetar) os aspectos da vida social, econômica e política que continuaram a gravitar em torno da escravidão e das formas tradicionais de dominação patrimonialista” (FERNANDES, 2005, p. 55). Fernandes sintetiza,

Portanto, sob esse aspecto, a preservação de velhas estruturas e o privilegiamento dos estamentos senhoriais possuíam, na sociedade brasileira da época, um sentido revolucionário. Eram condições para o rompimento com o estatuto colonial e, ao mesmo tempo, para erigir-se a construção da ordem social nacional a partir da herança colonial (ou seja, de uma “revolução dentro da ordem”) (FERNANDES, 2005, p. 76).

Fernandes (2005) insiste na caracterização de que as mudanças socioeconômicas no Brasil ocorreram de forma modularmente política. Um processo que tem como pilar de sustentação uma mudança social principalmente nas relações de produção, que caminhasse juntamente com a transição para “ordem social competitiva”. Na verdade, ocorreu o inverso, principalmente em relação a grande lavoura, que era o principal setor da economia senhorial, “[...] a autonomização política processou-se em condições que pressupunham a preservação e o fortalecimento dos padrões coloniais de organização das relações de produção” (FERNANDES, 2005, p. 94). Na interpretação do autor,

[...] A importância dos fenômenos ocorridos, para o desenvolvimento do capitalismo no Brasil, é antes indireta e catalisadora do que propriamente determinante. A opção pelo *status* senhorial indica: 1º) que as pressões externas não eram bastante fortes para estimular o desenvolvimento do capitalismo no seio da “grande lavoura” (as evidências demonstram que, ao contrário, elas podiam ser perfeitamente atendidas através de processos de automatização política que não se refletissem na estrutura das relações de produção); 2º) que os “senhores rurais” não podiam despojar-se da condição estamental como e enquanto agentes econômicos, presumivelmente porque, de outra forma, deixariam de contar com os mecanismos que os privilegiavam economicamente, através da concentração de renda (aliás, era na concentração social da renda que repousavam a viabilidade e a prosperidade econômicas da “grande lavoura”, como conexão econômica do setor colonial da economia mundial – isso tanto sob o “estatuto colonial” propriamente dito quanto sob as modalidades de neocolonialismo que iriam suceder posteriormente, inspirada no liberalismo econômico e balanceadas pelo capitalismo industrial) (FERNANDES, 2005, p. 97).

Contudo, o acúmulo até então leva essa compreensão da realidade para um outro patamar. Se quanto às relações econômicas, as mudanças nos domínios foram praticamente neutras, a situação foi adversa em outros níveis. “[...] A autonomização política e a burocratização da dominação patrimonialista imprimiriam à produção e à exportação as funções de processos sociais de acumulação estamental de capital”²⁹ (FERNANDES, 2005, p. 98).

²⁹ O que importa assinalar, em termos de análise sociológica, é o que representam essas funções históricas-sociais da acumulação estamental de capital para o desenvolvimento interno do capitalismo. Como ocorreu em outras sociedades estamentais – e, em particular, na história da aristocracia agrária europeia -, esse tipo particular de acumulação de capital condiciona as fases incipientes de formação de capitalismo. Contudo, ao contrário do que sucedeu na evolução da aristocracia agrária em regiões da Europa que aparentam certas semelhanças com o Brasil, aqui não se chegou a contar com fatores econômicos, sociais e políticos que pudessem reduzir a duração, no fluxo histórico, das funções socioeconômicas da acumulação estamental de capital, convertendo-a em processo de duração histórica limitada (ou seja, em uma *fase do desenvolvimento econômico*). Em consequência, o referido processo se cristalizou, adquirindo caráter social recorrente e o significado de um *estado econômico permanente*, persistindo mesmo à desagregação da ordem social patrimonialista e à universalização do regime de trabalho livre (FERNANDES, 2005, p. 99).

Segundo Fernandes (2005), ancorando-se nos indícios iniciais de sua análise, o primeiro grande salto do capitalismo no Brasil não foi de natureza econômica e sim sociocultural. O autor referenda a assertiva acima principalmente a partir da mudança de comportamento social, a internalização de valores da civilização ocidental moderna. As práticas sociais se adaptaram com a expansão da economia de mercado.

Cabe aqui, mais uma vez, como feito na seção anterior, refletir sobre o papel do fazendeiro do café nesse complexo quadro de transição. Conciliar a garantia da manutenção do *status quo ante*, participando assim de uma aristocracia agrária, com a necessidade (interna) cada vez mais expressa de adaptar-se ao mercado externo, principalmente considerando os custos econômicos e sociais da grande lavoura escravista. O Fazendeiro, consoante Florestan, acaba sendo persuadido a se adequar e manusear a riqueza fora dos limites da grande lavoura. “Depois ele é forçado a renunciar o status senhorial e adaptar-se às funções de grande proprietário segundo determinações puramente econômicas” (FERNANDES, 2005, p. 129).

Contraditoriamente esse cenário, que parecia colocar em xeque a aristocracia agrária, levando-a a “quebra” do status do grande fazendeiro, parte para outro patamar que, segundo o autor, vai redundar num outro momento da acumulação no Brasil, transitando da forma estamental de acumulação de capital “[...] numa variante da *plantação tropical moderna*, associado à acumulação comercial ou financeira do capital” (FERNANDES, 2005, p. 130).

Projetando em um novo contexto histórico-social, esse elemento condicionaria a ruptura da sociedade civil com a ordem senhorial e a plena metamorfose do senhor agrário em *cidadão* da república. De acordo com a conhecida lógica de que ‘é melhor que se vão os anéis, mas que fiquem os dedos’, tais adaptações tinham em mira manter sob as condições inevitáveis de desagregação final da ordem escravocrata e senhorial, o monopólio do poder, o controle do governo e a liderança da vida econômica nas mãos dos grandes proprietários (FERNANDES, 2005, p. 130).

Nesse sentido, vale evidenciar um tentáculo importante da análise acerca da revolução burguesa no Brasil, a aristocracia agrária. O fazendeiro ou “homem de negócios” imprimiu, tanto no político (autônomo), como econômico (heteronômico), seus interesses mais retrógrados em consonância com o moderno, impondo esse viés à revolução burguesa no país. Nesse bojo, metamorfoseia-se a aristocracia, que já fora colonial e agrária, para sua nova tendência, determinadamente burguesa.

Essa conformação que se impusera na realidade histórica brasileira “aplainam o terreno” de forma substancial para permitir a ascensão da figura do burguês (com todas as características atribuídas até agora). Este ganha cada vez mais projeção e interferência decisiva nos destinos econômicos, sociais e culturais no Brasil, provocando a primeira transformação estrutural no país (FERNANDES, 2005).

Segundo Florestan (2005), o capitalismo comercial e financeiro potencializou um definitivo aumento das exportações e crescimento do mercado interno, do consumo interno e também da economia urbana. “Desse prisma, ao negar e superar o senhor agrário, o fazendeiro –‘homem de negócios’ realizou um sonho, que acalentou em vão, de fundar sua independência econômica em sua liberdade política” (FERNANDES, 2005, p. 153).

Diante dessa liberdade política, tal condição de autonomia não o colocará em uma condição oposta da constituída condição heteronômica, porém, essa aristocracia buscará meios para se beneficiar da sua situação de dependência. Segundo Fernandes, sua aspiração terá um cunho estritamente econômico, diferentemente do que fizera o senhor agrário no passado, diante da necessidade de manter seu *status quo*.

Suscetível a isso, mais uma vez demarcaremos o importante papel do imigrante europeu nesse processo. Além das questões assinaladas na seção anterior, “O fazendeiro tinha um pé no presente e outro no passado. O imigrante, ao contrário, tinha um pé no presente e outro no futuro” (FERNANDES, 2005, p. 175). O autor apreende,

Tornou-se assim simultaneamente, o principal agente econômico da primeira tendência definida e consistente de substituição de importações, um agente privilegiado nas fases iniciais de concentração do capital industrial e o herói da industrialização, a segunda transformação estrutural que tornou a revolução burguesa uma realidade histórica (FERNANDES, 2005, p. 161).

A partir daqui desdobraremos alguns elementos essenciais para prosseguir com a análise. Retomando a questão da revolução burguesa, é importante mais uma vez aproximarmos-nos do conceito, que “[...] denota um conjunto de transformações econômicas, tecnológica, sociais, psicoculturais e políticas que só se realizam quando o desenvolvimento capitalista atinge o clímax de sua evolução industrial” (FERNANDES, 2005, p. 239).

O movimento da análise florestaniana não constata rupturas plenas quando uma começa e outra termina, mas uma série de processos históricos contraditórios, que indicam uma crise, um impulso para a transição, como assinala Fernandes, na passagem da “era senhorial” (ou *antigo regime*) para “era burguesa” (*sociedade de classes*). Porém, tal crise não implica o colapso completo da era senhorial. Interesses paradoxalmente contraditórios acabam por interagir e constituir um tipo particular de elite social. Nesse sentido “[...] as representações ideais da burguesia valiam para ela própria e definiam um modo de ser que se esgotava dentro de um circuito fechado” (FERNANDES, 2005, p. 242-243).

Isso significa que as promessas progressistas da modernização e a consolidação da “ordem social competitiva” não representam uma maior democratização da vida social, principalmente para as parcelas operárias, negras ou os “*de baixo*”. Conforme Fernandes (2005), no âmbito econômico, desde o início do processo industrial até os anos de 1930, a matriz que configurava as relações de exportação e importação ainda estava ancorada numa lógica de economia neocolonial. Assim, no seio dos membros das “[...] classes dominantes havia um acordo tácito quanto a necessidade de manter e de reforçar o caráter autocrático da dominação burguesa, ainda que isso parecesse ferir [...] as bases legais da ordem e os mecanismos do Estado representativo” (FERNANDES, 2005, p. 243).

Diante disso, os mecanismos de dominação da burguesia não abdicaram de garantir a manutenção dos seus privilégios de classe, regido por um viés conservador, tradicionalista, oligárquico e autocrático. Apesar de pulverizada em frações com interesses imediatos, estão dispostos a reprimir e, se necessário eliminar, aqueles que minimamente afetassem seus interesses, assim, “[...] as reservas de opressão e de repressão de uma sociedade de classe em formação foram mobilizadas para solapá-la e para impedir que as massas populares conquistassem, de fato, um espaço político próprio dentro da ordem” (FERNANDES, 2005, p. 244). O sociólogo resume,

Depois de sua aparente destituição, pela revolução da Aliança Liberal, as duas oligarquias ressurgem vigorosamente sob o Estado Novo, o governo Dutra e, especialmente a “revolução institucional” (sem que ofuscasse nos entreatos). Parafraseando os mexicanos, poderíamos dizer que se constituiu uma *nova aristocracia* e que foi a oligarquia (“antiga” ou “moderna”) – e não as classes médias ou os industriais – que decidiu, na realidade o que deveria ser a dominação burguesa, senão idealmente, pelo menos na prática. Ela comboiou os demais setores das classes dominantes, selecionando a luta de

classes e a repressão do proletariado como eixo da “Revolução Burguesa no Brasil” (FERNANDES, 2005, p. 246).

Portanto, ao emergir como classe dominante em uma “ordem social competitiva” ou sociedade de classes, irrompe no processo histórico uma classe antagônica que, não obstante, a burguesia elege como inimigo comum, o proletariado, assim como fora no passado o escravo ou liberto. Nota-se que esse último também atravessa esse percurso histórico e continua em posição predominantemente antagônica à classe dominante. Em suma, conclui o autor, é indiferente para a burguesia se foi um movimento “[...] em nome de uma revolução ‘dentro da ordem’ ou da ‘simples consolidação do regime’”. Isso faz com que a intolerância tenha raiz e sentido político; e que a *democracia burguesa*, nessa situação, seja de fato uma ‘democracia restrita’ [...]” (FERNANDES, 2005, p. 249).

Fernandes (2005) destaca que no país a burguesia nunca chegou a ter seu domínio ameaçado de fato, nem mesmo por mobilizações sociais com estofos políticos para pôr em risco suas posições. Porém, até mesmo uma movimentação “dentro da ordem”, com características nacionalistas e partindo da classe média ou de setores da indústria, eram suficientes para posturas ultraconservadoras, reacionárias e autocráticas, que acabam por ser suas características principais no *dever* histórico.

A partir de determinações inerentes às formas de se relacionar historicamente da burguesia no Brasil e, principalmente, após pressões que vinham de fora para dentro; de pressões internas, relacionadas às massas populares; e do intervencionismo estatal, “[...] os setores dominantes das classes alta e média se aglutinaram em torno de uma contra-revolução auto-defensiva, através da qual a forma e as funções da dominação burguesa se alteraram substancialmente” (FERNANDES, 2005, p.255).

[...] Um capítulo na história econômica do Brasil se encerrou; e, com ele foi arquivado o ideal de uma revolução nacional democrático-burguesa. Outro capítulo se abriu, pelo qual o passado se repete no presente: mais uma vez, o privilegiamento do agente econômico, social e político principal serve de base a toda uma nova evolução. Só que, agora, aceita a ideia e a prática da *revolução de cima para baixo* (que é como se ‘legítima’ a *revolução institucional*), o sentido da dominação burguesa se desmascara, deixando a nu sua natureza incoercivelmente autocrática, “contra quem” ela se faz e sua incapacidade de realizar os alvos históricos com que se identificara durante todo período republicano (FERNANDES, 2005, p. 257-258).

Nessa primeira parte enfatizamos o caráter autocrático da burguesia. Para dar prosseguimento à nossa análise do processo de Revolução Burguesa, discutiremos

as etapas do desenvolvimento capitalista no Brasil e fecharemos com o “tipo” de revolução burguesa tupiniquim.

4.1.1 Etapas do Desenvolvimento Capitalista no Brasil

Para iniciar a análise acerca da questão proposta, Florestan (2005) já nos alerta para alguns equívocos que podem ocorrer a partir de uma leitura rígida sobre o padrão de desenvolvimento capitalista universal e concomitante em vários países. Estes têm suas particularidades e obedecem a padrões de desenvolvimentos, ligados a aspectos macrossociológicos ou macroeconômicos, porém, com particularidades inerentes às formações sociais e respectivas singularidades. Nesse sentido, o autor fornece um esboço,

Consideradas de uma perspectiva global, as três fases do desenvolvimento capitalista mencionadas na história moderna da sociedade brasileira podem ser descritas da seguinte maneira: a) fase da eclosão do capitalismo moderno; b) fase da formação e expansão do capitalismo competitivo; c) fase de irrupção do capitalismo monopolista. A fase de eclosão do mercado capitalista moderno é, na verdade, uma fase de transição neocolonial. Sua delimitação pode ir, *grosso modo*, da Abertura dos Portos até aos meados ou à sexta década do século XIX (tomando como referência, as evidências históricas da crise estrutural irreversível do sistema de produção escravista). A fase de formação e expansão do capitalismo competitivo se caracteriza pela consolidação e disseminação desse mercado e por seu funcionamento como fator de diferenciação do sistema econômico. Ela compreende, pois, tanto o período de consolidação da economia urbano-industrial quanto a primeira transição industrial verdadeiramente importante; e vai, *grosso modo*, da sexta década ou do último quartel do século XIX até a década de 1950, no século XX. A fase de irrupção do capitalismo monopolista se caracteriza pela reorganização do mercado e do sistema de produção, através das operações comerciais, financeiras e industriais da “grande corporação” (predominantemente estrangeira, mas também estatal ou mista). Embora as tendências para essa evolução sejam anteriores, ela só se acentua no fim da década de 1950 e só adquire caráter estrutural posteriormente à “Revolução de 1964” (FERNANDES, 2005, 263-264).

Esse pequeno e sumário esboço acima demarca um avanço relevante do autor acerca da leitura das fases do modo de produção capitalista no Brasil. Como dissemos, no começo do capítulo, é possível visualizar referências teóricas distintas na obra *A revolução burguesa no Brasil*. A primeira parte, assim segunda, escritas em 1966, tem um referencial teórico marcado em Weber, na qual perpassa basicamente um entendimento derivado do autor, que se desdobra em conceitos como heteronomia³⁰,

³⁰ Eu sempre me preocupei muito com certos conceitos — como anomia; autonomia e heteronomia; disnomia, o que me levava a Weber, Durkheim e a Radcliffe-Brown. Foi só recentemente que deparei

ordem social competitiva, sociedade estamental e de castas; já da terceira parte em diante do livro, o autor adota um referencial teórico marcado principalmente por Marx e Lenin, evidenciado na categoria capitalismo monopolista.

Presumivelmente, tal aproximação acerca das fases do desenvolvimento capitalista se aproxima bastante do referencial marxista, sobretudo quando Marx sinaliza algumas fases do desenvolvimento e transformações capitalistas inicialmente na Inglaterra, tais como capitalismo comercial³¹, capitalismo concorrencial³², e capitalismo monopolista³³.

Em estudos na universidade de Toronto, investigando Lênin e seus estudos da revolução de 1905, principalmente sobre o desenvolvimento desigual nos vários países do mundo, percebe-se que é possível chegar ao capitalismo monopolista sem a mesma via revolucionária predominante em alguns países da Europa. Nesse sentido, antes de dar prosseguimento às fases do capitalismo no Brasil, principalmente do capitalismo monopolista, impõem-se a necessidade de fazer um resgate acerca dessas “vias revolucionárias” inerentes à revolução burguesa mundial.

com a seguinte afirmação de Marx, no 18 Brumário: “*Le pouvoir executif contrairement au pouvoir legislatif exprime l'hétéronomie de la nation en opposition à son autonomie*”. Weber foi sempre um bom leitor de Marx. O que indica uma origem para o seu par de conceitos (FERNANDES, 2011, p. 79).

³¹ Se [...] procurássemos estabelecer uma periodização histórica do desenvolvimento do capitalismo, registraríamos primeiro a existência de um estágio que começa com a *acumulação primitiva*, e vai até os primeiros passos do capital para controlar a produção de mercadorias e, nela, comandar o trabalho, mediante o estabelecimento da *manufatura*, cobrindo do século XVI a meados do século XVIII. Trata-se do estágio inicial do capitalismo, no qual o papel do grupo dos comerciantes/mercadores foi decisivo – estágio por isso mesmo designado como **capitalismo comercial** (ou **mercantil**) (NETTO, 2012 p. 183, grifos do autor).

³² Na segunda metade do século XVIII, o capitalismo ingressa no novo estágio evolutivo. Essa passagem a outro nível vincula diretamente a mudanças políticas (está a completar-se a Revolução Burguesa, com a tomada do poder de Estado) e técnicas (vai irromper a Revolução Industrial); nesse estágio, o capital – organizando a produção através da nascente *grande indústria* – dará curso ao processo que culminará na *subsunção real* do trabalho. Aproximadamente da oitava década do século XVIII, configura-se esse segundo estágio do capitalismo, o **capitalismo concorrencial** (também chamado de “liberal” ou “clássico”), que perdurará até o último terço do século XIX (NETTO, 2012 p. 184, grifo do autor).

³³ [...] Na segunda metade do século XIX, especialmente na sequência imediata da grande crise de 1873, esse quadro será estruturalmente modificado: as tendências do capital que já conhecemos, à concentração e à centralização, confluíram na criação dos modernos monopólios. (NETTO, 2012, p.190) O capitalismo, nos últimos anos do século XIX ingressa no estágio imperialista, em que o capital financeiro desempenha papel decisivo. Nesse estágio, chamado simplesmente de **imperialismo**, a forma empresarial típica será a monopolista (e, por isso, alguns autores denominam-no *capitalismo monopolista*), sem que ela elimine as pequenas e médias empresas; de fato, estas subsistirão e até mesmo poderão se multiplicar, *mas agora inteiramente subordinadas às pressões monopolistas* (NETTO, 2012, p. 192-193, grifo do autor).

Florestan Fernandes adverte que, diferente de uma suposição eurocêntrica, não é possível localizar o modelo clássico de revolução burguesa e adequar a qualquer realidade territorial e histórica. Como analisado anteriormente em nossos estudos, há características inerentes a cada formação histórico-social que condicionam as possibilidades da matriz clássica florescer.

Quando supomos um caso clássico de revolução burguesa, resgatamos principalmente as experiências inglesas e francesas, cujas transformações históricas ganharam características radicalmente distintas em relação a ordem anterior (feudal), marcadas por rupturas estruturais e pela projeção uma classe até então não dominante. Classe essa revolucionária, capaz de impor um novo momento histórico, mudando drasticamente a ordem social vigente. Fernandes descreve,

Até recentemente, só se aceitavam interpretativamente como Revolução Burguesa manifestações que se aproximassem tipicamente dos “casos clássicos”, nas quais houvessem o máximo de fluidez e de liquidez nas relações recíprocas da transformação capitalista com dominação burguesa, tratava-se, quando menos, de uma posição interpretativa unilateral, que perdia de vista o significado empírico, teórico e histórico dos “casos comuns”, nos quais a Revolução Burguesa aparece vinculada a alterações estruturais e dinâmicas condicionadas pela irradiação externa do capitalismo maduro, ou dos casos “atípicos”, nos quais a Revolução Burguesa apresenta um encadeamento bem diverso daquele que pode inferir através do estudo de sua eclosão na Inglaterra, na França e nos Estados Unidos (como o demonstram as investigações feitas sobre Alemanha e o Japão) (FERNANDES, 2005, p. 338).

A questão colocada em xeque, a partir da interpretação florestaniana, no que concerne à interpretação sociológica, é uma leitura generalizada de um esquema da Revolução Burguesa. Presumia-se que a dependência seria uma etapa de curta duração, fadada ao fim e superada pelo desenvolvimento capitalista. Tais projeções não se confirmaram, “[...] ignorou-se que a expansão capitalista de parte dependente da periferia estava fadada a ser permanentemente remodelada por dinamismos das economias capitalistas centrais e do mercado capitalista mundial” (FERNANDES, 2005, p. 338-339).

Localizar essa particularidade no pensamento social brasileiro é de suma importância para traçar tendências em relação à interpretação da Revolução Burguesa e também para refletir sobre as possibilidades de integração do negro na sociedade de classes. Diante disso, ao apresentar como plano de fundo as estratégias da revolução

brasileira e a conformação que ela assume a partir de uma via “não clássica”, Coutinho contribui.

Na tradição marxista, há pelo menos dois conceitos elaborados para apreender processos de transição “não clássica” para o capitalismo, ou seja, processos que não seguiram o paradigma das revoluções inglesas do século XVII ou da Grande Revolução Francesa do século XVIII: refiro-me à noção de “via prussiana”, elaborada por Lenin, e à de “revolução passiva”, cunhada por Gramsci. Em Lenin, a noção serve sobretudo para definir os processos de transição para o capitalismo no campo, evidenciando o fato de que, nos casos de “via prussiana”, conservam-se na nova ordem fundada pelo capital claras sobrevivências das formas pré-capitalistas, como, por exemplo, o uso da coerção extra-econômica na extração do excedente produzido pelos trabalhadores rurais; em Gramsci, o conceito é usado para conceituar processos de modernização promovidos pelo alto, nos quais a conciliação entre diferentes frações das classes dominantes é um recurso para afastar a participação das massas populares na passagem para a “modernidade” capitalista. (COUTINHO, 2000, p. 2)

Em particular, percebe-se um consenso ao apontar o caso brasileiro como “atípico” e “não clássico”, porém, os elementos abstraídos da obra *A Revolução Burguesa no Brasil* não sinalizam concretamente para uma “via brasileira”. Nesse sentido, para completar essa lacuna da “via Brasileira” vamos recorrer a Mazzeo.

Como uma primeira síntese, vemos, comparado o ascenso burguês da via “clássica” com o da “prussiana”, o aspecto multifacetário do liberalismo, o que não significa que ele seja meramente uma ideologia manipulatória da classe burguesa. O caráter da ambiguidade que o liberalismo assume, e aí reside sua concretude, expressa seu momento histórico mesmo. Localizando-o em sua historicidade concreta é que percebemos porque o liberalismo se apresentou como revolucionário e conservador, subversivo e conformista. No início do pleno avanço burguês, enquanto modo de produção, o liberalismo recorreu à prática revolucionária, porque era a expressão mesma de uma classe revolucionária, que se encontra na oposição às forças do antigo regime, combatendo o absolutismo e seus privilégios exclusivistas. O liberalismo é revolucionário quando a burguesia tem de pôr abaixo os entraves feudais que restam para sua plena ascensão. Por outro lado, é refreador do processo revolucionário e torna-se conservador, quando esses entraves são eliminados através de reformas “pelo alto” e pactos com a antiga nobreza, que transfigura em “burguesia titulada” ou, ainda, com a tomada do poder e a eliminação do que lhe ameaça o poder (MAZZEO, 2015, p. 99).

Mazzeo contribui com algumas pistas que nos aproximam da “via brasileira”. Assim como Florestan, ele tem uma leitura que tem como pilar a interpretação de Marx e Lenin. Ao situar momentos distintos ou “casos atípicos”, como assinala Florestan, Lenin vai elaborar o conceito de “via prussiana”, que denota uma análise sobre o “caso alemão”, porém, não só uma especificidade relativa a esta via, pois vai muito além dela pura e simplesmente. Ela sugere, principalmente, uma passagem para o capitalismo de forma lenta e sem rupturas. Caracterizando assim, uma transformação

“pelo alto”, a partir de uma conciliação com a nobreza, sem romper de forma revolucionária (via armada) com o arcaico ou antigo (MAZZEO, 2015).

Nota-se que a “via prussiana” vai ao encontro de toda a nossa formulação inerente ao processo de Revolução Burguesa no Brasil. Porém, há singularidades entre os países descritos por Lenin, Alemanha e Japão, que os distanciam da elaboração de “via prussiana” para o caso Brasileiro. O Brasil é um país periférico e dependente. “Além disso, mesmo que ocorresse uma automatização “automática” do desenvolvimento capitalista ela não asseguraria, por si mesma, uma via uniforme de evolução do capitalismo e de consolidação da dominação burguesa” (FERNANDES, 2005, p.339).

[...] O que sugere que a Revolução Burguesa na periferia é por excelência, um fenômeno essencialmente político, de criação, consolidação e preservação das estruturas de poder predominantemente políticas, submetidas a controles da burguesia ou por ela controlável em quaisquer circunstâncias. É por essa razão que, se se considerar a Revolução Burguesa na periferia como uma “revolução frustrada”, como fazem muitos autores (provavelmente seguindo implicações da interpretação de Gramsci sobre a Revolução Burguesa na Itália), é preciso proceder com muito cuidado (pelo menos, com objetividade e a circunspeção gramscianas). Não estamos nas eras das “burguesias conquistadoras”. Tanto as burguesias nacionais da periferia quanto as burguesias das nações capitalistas centrais e hegemônicas possuem interesses e orientações que vão em outra direção. Elas querem: *manter a ordem, salvar e fortalecer o capitalismo, impedir que a dominação burguesa e o controle burguês sobre o estado nacional se deteriore* (FERNANDES, 2005, p. 343).

Não obstante, cabe a nós fechar essa interpretação acerca da via da revolução burguesa brasileira, ainda hoje várias interpretações estão colocadas para discussão. Nosso acúmulo acerca da obra de Fernandes, em consonância com a constituição da burguesia no Brasil, que se destaca por características autocráticas, antidemocráticas e antinacionalistas, leva-nos a rejeitar tanto “a via clássica” como a “prussiana”, culminando na formulação de uma via “não clássica da não clássica”. Porém, cuidadosamente complementaremos a orientação de Fernandes acerca do tema com a formulação de Antônio Carlos Mazzeo,

O processo de construção do Estado Nacional é excludente para as massas, tanto na Alemanha como no Brasil. No entanto, *essas semelhanças formais guardam diferenças de cunho estrutural* e, aí, a dimensão colonial se coloca com a legalidade que a história lhe confere. Entretanto, o aspecto formal, que no sentido marxiano, não se dissocia de seu conteúdo, elevado à expressão concreta dá à morfologia brasileira sua real dimensão. O aspecto “prussiano” aparece assim, no sentido de caracterização de um processo tardio de acumulação de capital, consagrado na análise leniniana como *uma forma do desenvolvimento burguês, que se enquadra nas grandes tendências gerais de análise da entificação do capitalismo*. Pensamos então que para

melhor conceituar o processo brasileiro, a noção de “*via prussiano colonial*” é que mais expressa sua geneticidade, porque respeita a legalidade histórica de sua condição colonial e, ao mesmo tempo, considera a configuração tardia (ou “hipertardia”, como pontua Chasin) e agrária do processo de acumulação e posterior industrialização do Brasil (MAZZEO, 2015, p. 105).

Superado o conceito de via brasileira da revolução burguesa, voltemos para aspectos da emergência do capitalismo monopolista. Importante ressaltar que tal conceito tem como referencial a leitura de Marx, principalmente Lenin, e versa acerca da tendência de concentração e centralização do capital. Florestan ressalta que não é um processo simples a passagem para essa fase monopolista, e alerta que não foi fácil nem nas economias centrais.

Nesse sentido, Fernandes (2005) situa o quadro mundial de transição para o capitalismo monopolista, cuja a ascensão ocorreu a partir da primeira guerra mundial imperialista, apesar de já se manifestar a partir do final do século XIX. Esta tinha como objetivo a expansão de mercado para exportação de capitais. Outro grande acontecimento foi a Revolução Russa, que se constituiu como uma alternativa ao espectro capitalista. Posteriormente, o forte impacto da crise de 1929 e seus desdobramentos dramáticos. E as disputas que culminaram na Segunda Guerra Mundial e na nova partilha do mundo. Além disso, o crescimento de regimes populares e revoluções como a chinesa e cubana, e a efervescência de movimentos socialistas. Tais acontecimentos provocaram uma reação do capitalismo e um ataque intenso às nações periféricas.

Graças a esse quadro global, não é só a transferência do padrão de desenvolvimento inerente ao capitalismo monopolista das economias centrais para as economias periféricas que possui um caráter político. A própria implantação, a posterior irradiação e a consolidação desse padrão de desenvolvimento nas economias periféricas terão que assumir um caráter especificamente político. De um lado, as dimensões dos projetos, dos recursos materiais e humanos envolvidos, dos prazos de duração forçam as grandes corporações, e através delas os governos das nações hegemônicas e suas organizações internacionais, a colocarem em primeiro plano os requisitos políticos da transformação capitalista na periferia. “Sem estabilidade política não há *cooperação econômica*”, eis a nova norma ideal do comportamento econômico “racional”, que se impõe de fora para dentro, exigindo das burguesias e dos governos pró-capitalistas das nações periféricas que ponham a “casa em ordem”, para que pudessem contar com a viabilidade do “desenvolvimento por associação”. [...] Ela negligencia ou põe em segundo plano os requisitos igualitários, democráticos e cívico-humanitários da ordem social competitiva, que operariam, na prática, como obstáculos à transição para o capitalismo monopolista. Na periferia essa transição torna-se muito mais selvagem que nas nações hegemônicas centrais, impedindo qualquer conciliação concreta, aparentemente a curto e

a longo prazo, entre *democracia, capitalismo e autodeterminação* (FERNANDES, 2005, p. 297-298).

As relações políticas, sociais e econômicas expressam contornos mais explícitos de dominação de classe a partir do capitalismo monopolista, portanto, o papel da classe dominante protagonizado pela Burguesia Brasileira, apesar de não ser autônoma em relação à burguesia mundial, estabelece nexos de hegemonia cada vez mais efetivo.

A burguesia nunca é sempre a mesma, através da história. No caso brasileiro, a burguesia se moldou sob o tipo de capitalismo competitivo que nasceu da confluência da economia de exportação (de origens coloniais e neocoloniais) com a expansão do mercado interno e de produção industrial para esse mercado (realidades posteriores à emancipação política e condicionantes de nossa devastadora “revolução urbano-comercial”). No entanto, a burguesia atinge sua maturidade e, ao mesmo tempo, sua plenitude de poder sob a irrupção do capitalismo monopolista, mantidas e agravadas as demais condições, que tornaram a sociedade brasileira potencialmente explosiva, com o recrudescimento inevitável da dominação externa, da desigualdade social e do subdesenvolvimento. Em consequência o caráter autocrático e opressivo da dominação burguesa apurou-se e intensificou-se (processo que sem dúvida, continuará, mesmo que encontre formas eficientes de dissimulação, como sucedeu com a dominação senhorial no império). Não só porque ainda não existe força social, politicamente organizada, capaz de limitá-la ou detê-la. Mas também porque ela não tem como conciliar o modelo neoimperialista de desenvolvimento capitalista, que se impôs de fora para dentro, com os velhos ideais da Revolução Burguesa nacional-democrática (FERNANDES, 2005, p. 259).

A partir dessa relação entre as fases do desenvolvimento capitalista, principalmente da fase monopolista do processo de Revolução Burguesa, podemos fazer algumas aproximações importantes acerca do avanço da análise florestaniana. Em relação, principalmente, à transição do capitalismo competitivo ao capitalismo monopolista, esta última fase molda absolutamente a burguesia e faz evaporar qualquer possibilidade de avanços, mesmo que “dentro da ordem”, no caminho da maior democratização da política e da economia.

O problema central da investigação histórico-sociológica da Revolução Burguesa no Brasil consiste na crise do *poder burguês*, que se localiza na era atual e emerge como consequências da transição do capitalismo competitivo para o capitalismo monopolista. Parecia (especialmente à burguesia e aos que aceitavam o paradigma de uma evolução gradual e linear) que essa transição (predominantemente representada como uma passagem irreversível do capitalismo comercial para o capitalismo industrial) iria desenrolar-se segundo um modelo que se supunha universal: as forças acumuladas sob o capitalismo competitivo seriam suficientes tanto para a automatização do desenvolvimento capitalista interno, quanto para conferir à *burguesia nacional* (através de e com base no seu setor industrial) uma forte orientação democrática e nacionalista. Essa ilusão não só fazia parte da ideologia burguesa, tal como ela se constituía na junção da oligarquia com os novos rebentos das altas finanças, do alto comércio e da indústria. Ela era perfilhada pelo radicalismo pequeno-burguês, em suas várias ramificações

(e, em certo sentido, o seu principal propagador); e impregnava, de várias maneiras, as concepções táticas das diversas correntes do pensamento revolucionário na esquerda (dos anarco-sindicalistas e socialistas aos comunistas) (FERNANDES, 2005, p. 252-253).

Essa última passagem expressa uma verdadeira inflexão na compreensão acerca da realidade brasileira para Florestan Fernandes. Após *A Revolução Burguesa no Brasil*, sua obra adquire contornos singulares. A principal tese do autor acerca da interpretação da sociedade brasileira ganha nova direção, principalmente a partir caracterização da transição do capitalismo competitivo para o monopolista, que tem no golpe de 1964 ou, como Florestan supõe, na “contrarrevolução preventiva”, o fim das aspirações democráticas de inserção dos trabalhadores mais pobres e, por conseguinte, negros na ordem social que se consolidava. Assim, projetamos uma resposta à nossa principal questão nesta dissertação, de que Florestan, a partir dessa obra, revê as projeções e ilusões de inserção dos negros, principalmente sobre o jugo do capitalismo monopolista. Portanto, esse novo patamar de compreensão tem profundo impacto nas formulações alcançadas até então.

Outra questão importante é a contribuição desta elaboração para a crítica da ilusão projetada por toda uma geração de progressistas, socialistas e comunistas, quanto a uma aliança estratégica com uma burguesia nacional. Esse fato influenciou toda a classe trabalhadora durante gerações, e ficou conhecido como estratégia democrático nacional³⁴. “Um capítulo na história econômica do Brasil se encerrou; e, com ele, foi

³⁴ É assim que no ciclo histórico que marca a luta da classe trabalhadora brasileira entre os meados da década de 1940 até o golpe empresarial militar de 1964, a estratégia determinante foi a chamada Revolução Democrática Nacional e sua principal expressão política foi o PCB (Mazzeo, 1999; Koval, 1982). Isso não significa que apenas o PCB estava preso a esta formulação, ela consiste um universo programático fundado naquilo que Caio Prado Jr (1978) denominou de uma forma consagrada de compreender a revolução brasileira, “prejuízos herdados do passado que se consolidaram em concepções rígidas, verdadeiros dogmas, que contando como contam com tão longa tradição, se tornam por isso mesmo altamente respeitáveis” (idem: 30). Tal concepção acaba por se impor a todos, mesmo àqueles que empreendem o árduo caminho de criticar a visão “consagrada”. Em sua essência, esta maneira consagrada, reside na certeza que a formação social brasileira, pela sua história colonial e sua inserção no moderno sistema capitalista mundial, assumia uma contradição principal entre a prevalência de uma estrutura agrária tradicional e o imperialismo, por um lado, e os vetores que apontavam para o desenvolvimento de um capitalismo nacional, por outro. Nessa leitura, tanto o imperialismo como o latifúndio (expressão mais nítida da estrutura agrária arcaica), impediam o desenvolvimento do capitalismo brasileiro. Assim, as demandas de uma suposta burguesia nacional por um desenvolvimento autônomo do capitalismo brasileiro a faria se chocar com os interesses do imperialismo e de seus aliados internos, as oligarquias tradicionais, abrindo espaço para a aliança com o proletariado IASI, Mauro. Texto disponibilizado em 14 jul. 2014. <<https://praxisteoria.wordpress.com/2016/07/14/democracia-de-cooptacao-e-o-apassivamento-da-classe-trabalhadora/>> Acesso em: 04 de abr. 2019

arquivado o ideal de uma revolução nacional democrático-burguesa. Outro capítulo se abriu, pelo qual o passado se repete no presente [...]” (FERNANDES, 2005, p. 257).

4.2 Introdução ao Capitalismo Dependente

Para dar prosseguimento à análise de Fernandes, reiteramos que rejeitamos a questão do corte epistemológico presente em algumas análises acerca do autor³⁵ e, ao contrário, enfatizamos o aprimoramento categórico e teórico acerca da interpretação da realidade brasileira. Nossa suposição, que se expressa aqui de forma tímida e esperamos que se consolide nos escritos a partir daqui, é de que é equivocado buscar uma interpretação florestaniana acerca de temas isolados, seja sobre a questão indígena, racial e da educação, desprezando o “todo articulado” que fora alcançado com a obra *A Revolução Burguesa no Brasil*, que compreende os fenômenos como inter-relacionados.

Isso posto, nosso papel é justamente buscar, a partir da interpretação do autor, essas relações, nesse caso específico acerca da questão racial, sob a noção de capitalismo dependente³⁶. Para tanto, nos aproximaremos a priori da interpretação de capitalismo dependente e do papel da burguesia como operacionalizadora desse processo. Fernandes indica,

[...] não há como fugir à constatação de que o capitalismo dependente é, por sua natureza e em geral, um *capitalismo difícil*, o qual deixa apenas poucas alternativas efetivas às burguesias que lhe servem, a um tempo, de parteiras e amas-secas. [...]. Ao fechar o espaço político aberto à mudança social construtiva, a burguesia garante-se o único caminho que permite conciliar sua existência e florescimento com a continuidade e expansão do capitalismo dependente [...]. Há burguesias e burguesias. O preconceito está em pretender-se que uma mesma explicação vale para as diversas situações criadas pela ‘expansão do capitalismo no mundo moderno’. Certas burguesias não podem ser instrumentais, ao mesmo tempo, para a

³⁵ Ver Freitag.

³⁶ “A concepção de dependência do Florestan não era weberiana, como foi de alguns teóricos da dependência que foram discípulos dele, o caso típico de Fernando Henrique Cardoso. Ele tem uma compreensão, a meu juízo, rigorosamente marxista. Os duros juízos dele sobre as classes dominantes brasileiras me parecem absolutamente corretos e verazes. Falecido há 18 anos, Florestan é um absoluto contemporâneo nosso, um companheiro de jornada. É bastante provável que num juízo futuro os novos problemas da realidade brasileira exijam respostas que talvez não encontremos na obra de Florestan, mas as questões centrais foram as colocadas por ele” NETTO, José Paulo. **A atualidade de Florestan Fernandes.** Texto disponibilizado em 21 mar 2013. <<https://www.brasildefato.com.br/node/12398/>>. Acesso em: 15 de mar. 2019.

‘transformação capitalista’ e a “revolução nacional e democrática” (FERNANDES, 205, p. 251).

Não por acaso, a fase subsequente ao capitalismo competitivo, ou seja, a monopolista, escancara o papel reacionário e autocrático da burguesia dependente, não que esta almejasse ou tivesse condições concretas de concorrer com países imperialistas, porém, para garantir os privilégios de classe e a manutenção de sua dominação, fez-se necessário o aprofundamento de sua subordinação às nações mais ricas.

Diante disso, é importante uma interpretação mais alusiva em relação ao capitalismo dependente, para tanto, Fernandes vai estabelecer duas características sociológicas inerentes ao “caso brasileiro”.

A primeira característica é parte inelutável do capitalismo dependente: grande parte do excedente econômico é gerada pela exportação de produtos primários, e a organização da produção, nesse setor, dificilmente poderia evoluir para formas especificamente capitalistas, sem elevar os custos a níveis demasiado altos. Além disso, a conjugação de procura externa com técnicas de produção extensiva acarretou um padrão de crescimento econômico pouco flexível, fundado em substituição súbita dos produtos básicos e em constante mobilidade dos centros economicamente prósperos, descrito por alguns autores como ciclos econômicos. Esgotada a fase de prosperidade, com frequência não há outra alternativa senão manter, enquanto for possível, a produção no setor. Em conjunto, pois, o emprego ótimo dos fatores econômicos não é determinado pelos requisitos em termos de integração ao mercado mundial. Mas, por uma acomodação plástica às flutuações da procura externa, às possibilidades regionais de atendê-las e às perspectivas decorrentes de atividade econômica lucrativa (FERNANDES, 1981, p. 63).

E complementa,

A segunda característica também se apresenta como decorrência estrutural e dinâmica do capitalismo dependente. Mesmo na fase colonial da sua formação, as atividades econômicas que se desenrolavam ao nível do mercado mundial eram reguladas em bases capitalistas (ou seja, dos mecanismos inerentes a esse mercado). Com a emancipação política e a constituição de uma economia nacional, o mercado interno incluiu várias outras fases das atividades econômicas no núcleo das ações orientadas pelo *cálculo capitalista*. Assim, as principais economias urbanas do País (e, em particular, a do Rio de Janeiro) e algumas economias setoriais foram gradativamente integradas, institucionalmente, às condições do mercado. Não obstante, como as formas de produção desembocaram, do mesmo modo, na mercantilização capitalista do trabalho, nem todas as situações e processos econômicos se incorporaram e foram controlados a partir do núcleo legal e institucionalizado da economia nacional (FERNANDES, 1981, p. 66).

Fundamentado nas especificidades disponibilizadas pelo método materialista dialético³⁷, Fernandes encontra bases para apreensão do conceito de capitalismo dependente. Para o autor, o processo de modernização e expansão do capitalismo deve ser analisado em escala global como um movimento complexo e contraditório. Nesse sentido, as questões específicas do capitalismo na periferia estão umbilicalmente ligadas às questões mais gerais do capitalismo mundial, ambos interagem formando um “todo unitário”, um complexo de múltiplas determinações, no qual um não pode ser analisado em detrimento do outro.

Para tanto, Plínio de Arruda Sampaio Jr nos dá precisas suposições de que para “[...] Florestan Fernandes o capitalismo dependente é produto de uma situação histórica em que o destino da sociedade fica submetido aos desígnios de burguesias que são incapazes de conciliar desenvolvimento econômico, soberania nacional e democracia” (SAMPAIO JR, 1997, p. 147). Partindo desse pressuposto, Sampaio Jr (1997), sugere que Fernandes parte de uma singularidade da revolução burguesa, que potencializa e consolida a submissão externa e a disparidade social, extinguindo assim, qualquer possibilidade de uma fusão positiva entre “economia’ e “sociedade”. “A questão central reside na reprodução de um tipo de regime de classes que mantém a concorrência e a luta política presas a uma dinâmica de circuito fechado” (SAMPAIO JR, 1997, p. 147-148).

Como sinalizamos anteriormente e reforçaremos adiante, a leitura da realidade florestaniana rejeita as teses sobre a modernização do capitalismo no Brasil que supõem que o estágio dependente seria uma mera etapa no processo desenvolvimento da “ordem social competitiva”, assim como fora em outros países desenvolvidos. Esta suposição atravessa argumentos que atribuem o atraso econômico a um recente passado colonial. Em suma, essa leitura partia do pressuposto de que a condição de dependente poderia ser superada pelo aumento da acumulação capitalista (SAMPAIO JR, 1997).

Florestan sinaliza que diferente do que “[...] se pensa e do que se tem propalado freneticamente, como uma espécie de fé, os problemas do Brasil, vistos sociologicamente, não são 'problemas de crescimento'. Crescimento tem havido,

³⁷ Ver método

especialmente ao nível econômico” (FERNANDES, 1981, p. 173). O autor ainda adverte que a permanência de modelos econômicos atrasados não tem um papel complementar, pois sua inter-relação com aspectos modernos estão no “cálculo econômico” do capitalismo desenvolvido (FERNANDES, 1981). Sampaio Jr. complementa,

De um lado, os circuitos de transferência de renda da economia dependente para o exterior, dos setores "atrasados" para os "modernos", e do campo para a cidade - oferecem uma série de compensações que neutralizam parcialmente os riscos de um meio interno extremamente adverso. O dualismo estrutural, nesse sentido, é um dos pré-requisitos para que as economias dependentes assimilem as revoluções tecnológicas difundidas do centro hegemônico. De outro lado, os mecanismos de transferência de renda - que repousam em última instância na superexploração da força de trabalho e na dilapidação dos recursos naturais do país funcionam como um colchão amortecedor que protege os setores atrasados dos efeitos mais devastadores da concorrência econômica. A dualidade estrutural exerce, neste caso, a função de impedir que as transformações difundidas pelo centro provoquem a desestruturação dos setores que não têm condições de competir com os padrões de eficiência econômica que se propagam do centro capitalista (SAMPAIO JR, 1997, p. 156).

Fernandes (1981) ressalta que a dinâmica econômica no capitalismo dependente, mesmo tendo um caráter exclusivamente capitalista, que determina e dita a vida econômica, coloca-se como inabilitado para usar instrumentos capitalistas de controle econômico. Isso é explicado pela natureza dependente da relação econômica com os grupos hegemônicos no exterior. Esses grupos tendem a transpor matéria de ordem econômica em questão e controle político. “Doutro lado, em parte provém do próprio padrão articulado do sistema econômico, que combina estruturas econômicas desigualmente desenvolvidas (um setor arcaico e outro moderno) ” (FERNANDES, 1981, p. 90).

[...] qualquer problema econômico que envolva o equilíbrio, a existência ou o ritmo de crescimento do setor converte-se, automaticamente, em matéria política. Em consequência, as soluções econômicas passam para um modesto segundo plano, prevalecendo o poder relativo dos grupos em presença e as forças de acomodação política resultantes. No conjunto, evidenciam-se duas linhas concomitantes de influências: 1º) a que se define ao nível das relações com os núcleos hegemônicos do exterior; 2º) a que se define ao nível das composições entre o setor arcaico e o moderno. Em tais circunstâncias, o equilíbrio do sistema econômico e a eficiência de sua ordem econômica descansam sobre fatores e mecanismos econômicos capitalistas. Mas em nenhum momento o funcionamento e o desenvolvimento dessa ordem econômica deixa de traduzir a interferência de fatores e mecanismos extra-econômicos. É inerente ao capitalismo dependente, portanto, uma margem de insegurança crônica, que atinge especialmente os agentes econômicos que operam, como classe, os processos econômicos internos de natureza capitalista. Na medida em que não contam com condições para determinar, em bases puramente econômicas, os limites irredutíveis de sua

autonomia real, os referidos agentes se vêem impotentes para exercer controle completo sobre todas as fases ou efeitos dos processos econômicos incorporados à ordem econômica vigente (FERNANDES, 1981, p. 90-91).

Por fim, Fernandes (1981) resume que nas relações estabelecidas em uma economia dependente não caminham para sua autonomia, mesmo diante de um substancial crescimento econômico. Trata-se, portanto, de um capitalismo inserido em uma dominação imperialista, cuja subordinação constitutiva pressupõe permanecer como área de influência vantajosa aos interesses imperialistas.

A partir desses indícios, analisados por Fernandes, do processo de revolução burguesa e capitalismo dependente, principalmente quanto as relações dialéticas entre externo e interno, arcaico e moderno, chegamos a sua leitura do desenvolvimento “duplamente articulado”, de forte influência do imperialismo no país, acarretando um padrão de desenvolvimento desigual e combinado³⁸.

4.3 Classes Sociais e Luta de Classes

Até o momento, buscamos compreender na perspectiva de Fernandes a dinâmica das relações sociais no desenho do que chamamos pensamento social brasileiro, a partir de matrizes de compreensão que se ancoram em três pilares. O processo de revolução burguesa no Brasil, que se desdobra de maneira “não clássica”, evidenciando particularidades inerentes ao processo cultural histórico e econômica da revolução burguesa no Brasil; o capitalismo dependente, que não é necessariamente sinônimo de subdesenvolvimento por não se apresentar de forma momentânea, ganhando assim características permanentes. E o terceiro pilar da interpretação florestaniana, que desenvolveremos a partir de agora, o conceito de “classe”.

Antes ainda, vale uma pequena introdução a partir de marcadores importantes para interpretação de Fernandes. Há várias outras leituras de “classe”, principalmente no campo das ciências sociais, porém, o intuito aqui mais uma vez é ser fiel à análise do autor e às suas referências para interpretação. Não está em voga fazer nenhuma

³⁸ A teoria do desenvolvimento desigual e combinado de Trotsky — é uma tentativa de explicar estas “modificações” e, por consequência, de dar conta da lógica das contradições econômicas e sociais dos países do capitalismo periférico ou dominados pelo imperialismo. LOWY, Michael, **A teoria do desenvolvimento desigual e combinado** <<http://www.afoiceeomartelo.com.br/posfsa/Autores/Lowy,%20Michael/a%20teoria%20do%20desenvolvimento%20desigual%20e%20combinado.pdf> > Acesso em: 15 abr. 2019.

comparação ou debate crítico com outras interpretações, apesar destes estarem projetados em nossos próximos trabalhos.

Outra questão, que compreendemos ser de suma importância, é o não balizamento ou hierarquização da questão da “raça”. Tanto em aspectos metodológicos, como com base no pilar de sustentação da matriz analítica florestaniana, principalmente após 1960 e 1970, e por todos os aspectos que já evidenciamos, nota-se uma necessidade de demarcar uma centralidade para a categoria “classe”. Suas obras *Sociedade de Classe e subdesenvolvimento* (1968) e *Capitalismo dependente e classe sociais na América latina* (1973) dão sustentação para *A revolução Burguesa no Brasil* (1975), que já utilizamos de forma enfática em passagens anteriores. Nossa compreensão em relação a questão da “classe”, é que esta é a categoria chave na interpretação florestaniana acerca da interrogação do que é o Brasil.

Para dar prosseguimento à discussão acerca de “classe”, entendemos como pressuposto, buscar as referências de Fernandes para a questão em voga. Como já enfatizamos em outros momentos de nosso trabalho, Florestan Fernandes é uma grande leitor e estudioso dos clássicos das ciências sociais, Durkheim, Marx e Weber, e sua interpretação a respeito do conceito de classe social está amparado principalmente em Weber e Marx. Nesse sentido, julgamos importante fazer uma aproximação mais consistente do conceito de classe social a partir dos autores clássicos como Marx e Weber, o que já está expresso na interpretação florestaniana.

Florestan propõe-se a buscar referências acerca da categoria classe. A premissa do autor reside em apreender uma explicação e caracterização do regime de classe sob a singularidade do capitalismo subdesenvolvido e dependente. Assim, classe segundo Fernandes (1981) pode seguir certas clivagens, que estão relacionados a “interesses de classe”, “situação de classe”, “classe social” e “atuação de classe”. Iniciemos com uma interpretação de Fernandes sobre a definição de classe em Weber.

A definição de classe, adotada por Weber, é demasiado ampla. No entanto, sua caracterização formal da “situação de classe” representa um verdadeiro marco histórico da sociologia. A ênfase posta na significação da existência do mercado e da posição ocupada no mercado, em termos de valorização sócio-econômica de bens e trabalho, para a definição de situação de classe, confere ao seu modelo de análise e de explicação uma utilidade impar no estudo sociológico das sociedades de classe subdesenvolvidas. Além disso, entre todos os sociólogos clássicos Weber é o que oferece a explicação mais límpida e simples da ordem social inerente ao capitalismo e a estratificação

em classes, como uma ordem social de “possuidores” e “não possuidores”, fundada em interesses univocamente econômicos. Promovendo-se o que ele próprio entendia como dupla adequação (de sentido causal), seus conceitos e teorias podem lançar enorme luz sobre alguns aspectos centrais da organização da sociedade de classes subdesenvolvidas (FERNANDES, 1981, p. 40).

O desdobramento dessa interpretação de Fernandes (1981) acerca de Weber enfatiza duas características importantes. Primeiro o aspecto heteronômico, em que o mercado é controlado total ou parcialmente de fora. A segunda, a caracterização de “possuidores” e “não possuidores de bens”. Nesse sentido, na leitura de Florestan ambos “[...] fornecem o requisito mais geral que pode servir de fundamento à caracterização sociológica” (FERNANDES, 1981, p. 69). Diante disso, segundo Fernandes (1981), os possuidores de bens se classificam na ordem societária independentemente da situação nas quais certos bens se valorizam a partir do mercado e das relações de produção. Em relação aos não possuidores, de certa forma eles podem ou não ter a possibilidade de valorizar-se na ordem econômica vigente a partir do trabalho. Portanto, a ideia de possuidores e não possuidores, requisita um pilar analítico que está relacionado a “situação de classe” e “interesse de classe”. Fernandes define,

Esse esquema descritivo permite definir o interesse de classe em termos da posição ocupada na ordem econômica. [...]. Essencialmente o interesse de classe diz respeito às condições estruturais e funcionais da ordem econômica que garantem a continuidade da posição ocupada e das vantagens (ou desvantagens) delas decorrentes. A situação de classe define-se por sua vez, através o grau de homogeneidade assegurado socialmente pela ordem econômica à fruição (ou ausência) de interesses de classes análogos (FERNANDES, 1981, p.70).

Com os conceitos de situação e interesse de classe situados, desdobraremos esses conceitos na análise de “possuidores” e “não possuidores”. Assim, Fernandes (1981) salienta que todos os possuidores têm o mesmo interesse e a mesma situação de classe. Os não possuidores não seguem o mesmo padrão, e acabam por aparecer em categorias diferentes. Em relação à especificidade brasileira, uma parcela relevante da população “[...] não chega a ter interesses de classe e situação de classe, como polarização positiva na ordem econômica capitalista e no regime societário correspondente” (FERNANDES, 1981, p. 71). Ainda segundo o autor, uma outra parcela da população, que está ligada principalmente a uma dinâmica moderna do desenvolvimento urbano, disponibiliza as duas condições, “[...] através das formas capitalistas de produção e organização do mercado valorizam-se, econômico e

socialmente, pela força de trabalho como mercadoria” (FERNANDES, 1981, p. 71). Diante disso, Fernandes estabelece uma aproximação sobre o conceito de classe,

A classe social alicerça-se sobre a comunidade de interesse de classe e de situação de classe. Mas ela é, sobretudo, um grupo social, sujeito a variações de acordo com a intensidade dos contatos sociais, a formação de padrões de vida e de aspirações comuns, laços de solidariedade moral ou de atuação política das formas de consciência peculiares e etc (FERNANDES, 1981, p. 71).

No Brasil, segundo a perspectiva florestaniana, os “possuidores de bens” estão relacionados principalmente as “classes altas”, dividindo-se entre classe altas urbanas (industriais, banqueiros, grandes comerciantes) e rurais (grandes e médios proprietários) ou como sugere Fernandes, uma formação compósita (uma combinação de classe-estamento). Ainda dentre os possuidores de bens se encontram as classes médias, que Fernandes (1981) divide em dois grupos, um tradicional, relacionado a profissionais liberais, operários altamente qualificados, funcionários públicos, professores e etc., estes com possibilidade de perdas de status ou como diz o autor sujeitos à “proletarização”. E por último, um estrato moderno que está ligado a posições estratégicas no desenvolvimento do setor moderno.

Em relação aos “não possuidores de bens” encontram-se os operários pobres³⁹, trabalhadores principalmente da indústria e comércio. Outra parcela representativa está relacionada a uma população que vive de maneira precária, que Florestan vai denominar de “classe dependente urbana”, condicionada ao estado de anomia e pauperismo. Em relação aos trabalhadores do campo ou campesinato⁴⁰, o autor tem dificuldade para estabelecer um conceito. A partir dessas premissas, dois aspectos são importantes para nossa exposição,

As características estruturais dos interesses de classes, das situações de classe e das próprias classes indicam, por si mesmas, que os conceitos de consciência de classe e de atuação de classe se tornaram invariavelmente

³⁹ [...] a palavra operariado perde seu sentido societário identificador, especialmente quando se consideram os efeitos da qualificação profissional e do assalariamento concomitante de vários membros das famílias operária sobre seus níveis de vida e seus destinos sociais (FERNANDES, 1981, p. 72).

⁴⁰ O Brasil não chegou a conhecer um campesinato propriamente dito. Além disso, as condições de vida no campo antes conduzem à dispersão das famílias ou à constituição de pequenos aglomerados descontínuos e instáveis que a formação mais ou menos densas e estáveis. Embora o “homem do campo” brasileiro, *trabalhador assalariado* ou não, apareça invariavelmente como *dependente*, não faria sentido falar numa “classe dependente rural”. O termo campesinato acaba sendo, pois, uma solução descritiva precária, que pode ser aceita, desde que se leve em conta que não se trata de uma formação societária definida, mas de uma classe social em vir a ser (FERNANDES, 1981, p. 73).

ambíguo e equívocos no contexto societário descritivo. As únicas classes que contaram, contam e continuarão a contar com condições para tomar consciência clara de seus interesses de classe e de sua situação de classe são as classes altas. Todavia elas são vítimas da ilusão da autonomia nacional ao nível político, ao mesmo tempo que não podem livrar-se das formas de associação dependente com os agentes e os interesses econômicos dos núcleos hegemônicos externos (FERNANDES, 1981, p. 73).

Por mais que os possuidores de bens reúnam condições mais favoráveis no processo de autonomia e constituição de classe, as particularidades relacionadas ao processo de heteronomia do capitalismo dependente condena-os a um destino social de submissão, por mais que garantam seus privilégios nessa relação. No que tange as outras classes, duas características se sobressaem; “1.º) as formas de consciência e de atuação das classes médias são condicionadas, na ordem econômica vigente, pela sua associação com aquilo que poderia chamar de ‘interesses do capital’ (nacional ou estrangeiros)” (FERNANDES, 1981, p. 74-75). E o segundo aspecto que está relacionado à classe mais desfavorecida; “2.º) [...] A classe baixa urbana, não se metamorfoseia no equivalente de algo como a ‘vanguarda do movimento consciente do proletariado’” (FERNANDES, 1981, p. 75).

Para dar prosseguimento à análise de Florestan, partiremos para um referencial nitidamente marxiano. Karl Marx, no campo das ciências sociais, é um importante expoente acerca da análise de classes sociais. Suas obras explicitaram uma conceituação mais precisa sobre a questão das classes sociais no capitalismo. É evidente, antes de mais nada, que nosso intuito aqui não é esgotar o debate de “classe” em Marx, e sim buscar subsídio para uma interpretação florestaniana.

A primeira formulação de grande referencial que surge de imediato, quando a discussão é a respeito de classe, é a famosa passagem de *O Manifesto do Partido Comunista*, “A história de todas as sociedades até hoje existente é a história das lutas de classes” (MARX, 2010, p. 40). Longe de ser uma aproximação vazia do autor, ela amplia a concepção de classe a outros modos de produção não necessariamente capitalistas, sociedades onde o antagonismo de classe regia a dinâmica social, estabelecendo uma relação de dominação e subordinação. Foi assim com patrícios e plebeus, senhores e servos e agora com burguesia e proletariado, Marx (2010). Importante ressaltar que outras classes também aparecem nesses processos histórico, porém, as supracitadas cumprem papéis relevantes para nosso processo de abstração.

Contudo, não simplifiquemos a questão, uma aproximação mais eficaz é necessária para fundamentarmos nosso próximo passo. Afinal o que é classe social para Marx? O autor indica,

Os proprietários de mera força de trabalho, os proprietários de capital e os proprietários fundiários, que têm no salário, no lucro e na renda da terra, suas respectivas fontes de rendimento, isto é, os assalariados, os capitalistas e os proprietários fundiários, formam as três grandes classes da sociedade moderna, fundada no modo de produção capitalista (MARX, 2017, p. 947).

Todavia, qualquer leitor atento de Marx corrobora que o autor não concebe conceitos fechados, pois sua análise dialética⁴¹ reflete a partir da perspectiva do objeto de estudo, abstraindo suas particularidades a partir do movimento realizado. “Dessa forma, Marx não é um pensador do qual podemos esperar bem ao gosto dos manuais do tipo ‘isto é...’, aquilo é...” (IASI, 2011, p. 104).

Como enfatizamos em parágrafos anteriores, nosso intuito não é consolidar a compreensão de classes sociais em Marx ou em Florestan Fernandes, nem se quiséssemos, pois, tal discussão requer um trabalho mais refinado e de mais fôlego. Basta aqui, para nossa continuação, evidenciar aspectos de relevância para discussão do conceito e seus desdobramentos para nossa discussão. Nesse sentido, Iasi (2011) apresenta quatro elementos de vital importância para apreensão de classe em Marx,

Podemos encontrar no conjunto da obra vários momentos que indicam as diferentes determinações particulares que constituem a definição do fenômeno classe. Podemos no limite do presente esforço, dizer que essas determinações podem ser em **primeira aproximação**, resumida nos seguintes momentos: 1. classe seria definida, num determinado sentido pela posição diante da propriedade, ou não propriedade, dos meios de produção; 2. pela relação no interior de certas relações sociais de produção (conceito que foi quase generalizado como único); 3. pela consciência que se associa ou distancia de uma posição de classe; 4. pela ação dessa classe nas lutas concretas no interior de uma formação social (IASI, 2011, p. 107, grifo do autor).

A partir dessa sumária descrição acerca da categoria classe que para Marx é multideterminada, voltaremos à discussão florestaniana em relação ao conceito de

⁴¹ O que estamos tentando demonstrar é que a dialética de Marx não se reduz ao movimento que quer captar o fenômeno, mas que tal dialética se expressa no momento próprio dos conceitos, de forma que eles se referem a momentos de aproximação e de aprofundamento da análise que parte da aparência até a essência, da essência menos profunda, por vezes de volta à aparência carregando os conteúdos conquistados até então. Disso resulta que o leitor desavisado pode confundir uma dessas aproximações com o “conceito” definitivo de um determinado aspecto ou coisa a ser estudada (IASI, 2011, p. 106).

classe social. Nossos estudos sinalizam uma inflexão por parte do autor entre as obras *Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento* (1968) e *Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina* (1973), que se expressa no referencial teórico utilizado para interpretação de classe, bem como na secundarização (ou até mesmo abandono) do conceito de “subdesenvolvimento”. Porém, não teremos como esgotar esse debate aqui e exploraremos isso em outras possibilidades. De qualquer forma, apresentaremos algumas análises feitas pelo autor a partir da obra de 1973. Fernandes adverte,

A dificuldade em questão surge no modelo que está por trás da noção sociológica de capitalismo e sociedade de classes. Na América Latina, o capitalismo e a sociedade de classes não são produtos de uma evolução interna, o que, em si mesmo, não constitui a maior fonte de problemas. Acresce que, até o presente, o capitalismo evoluiu na América Latina sem contar com condições de crescimento autossustentado e de desenvolvimento autônomo. Em consequência, classe e relações de classe carecem de dimensões estruturais e de dinamismos societários que são essenciais para integração e a estabilidade e a transformações equilibradas da ordem social inerente à sociedade de classes (FERNANDES, 2009, p. 43).

A partir da citação exposta, Fernandes revela algumas peculiaridades das classes na América Latina, que decorrem da forma com que a revolução burguesa e o capitalismo se difundiram, diferenciando-se do modelo “clássico” desenvolvido em países da Europa, como França e Inglaterra, e até mesmo dos Estados Unidos. Trata-se de um modelo “não clássico”, que obedece a algumas singularidades e não a uma matriz eurocêntrica. Porém, façamos uma demarcação que nas palavras de Florestan indicam que “[...] as classes sociais não ‘são diferentes’ na América Latina. O que é diferente é o modo pelo qual o capitalismo se objetiva e se irradia como força social” (FERNANDES, 2009, p. 47).

Em suma, as classes sociais não podem preencher funções sociais desintegradoras tanto quanto suas funções sociais construtivas sob essa modalidade predatória de capitalismo selvagem. As classes puderam preencher tais funções, nos modelos europeus e norte-americano de revolução burguesa, porque as classes submetidas à expropriação e à espoliação conquistaram o direito de ser ouvidas, de usar meios institucionais de protesto ou de conflito, e de manipular controles sociais reativos, mais ou menos eficazes, regulando assim a sua participação social nos fluxos de renda e nas estruturas de poder. As classes sociais falham, nas situações latino-americanas, porque operam unilateralmente, no sentido de preservar e intensificar privilégios de poucos e de excluir os demais. Elas não podem oferecer e canalizar socialmente “*transições viáveis*”, porque a “revolução dentro da ordem” é bloqueada pelas classes possuidoras e privilegiadas, porque as massas despossuídas estão tentando aprender como realizar a “revolução fora da ordem”, e porque o entendimento entre classes tornou-se impossível, sem medida concreta de descolonização acelerada (em relação

a fatores externos e internos dos velhos e novos colonialismos) (FERNANDES, 2009, p. 49).

Nesse momento é importante montar uma pequena síntese do que discutimos até então. Segundo Sampaio Jr. (2012) o pensamento social brasileiro na perspectiva florestaniana se organiza em torno da revolução burguesa e reflexões acerca das possibilidades da revolução brasileira. Fernandes acreditava, a partir da transição do “antigo regime” para “ordem social competitiva”, na possibilidade de mudanças que garantissem um mínimo de democracia e de participação social dos “de baixo” (inclusive o negro), na busca de igualdade na sociedade brasileira. Para o autor essa possibilidade se encerra com o golpe de 1964, que Fernandes vai chamar de contrarrevolução preventiva, que também consolida a transição da “ordem social competitiva” para o capitalismo monopolista.

A partir dessas premissas trazemos outros elementos que caminham no sentido de nossa análise, tais como o conceito do que é democracia para Florestan Fernandes, e os limites da democracia burguesa no capitalismo dependente. Para Sampaio Jr. (2012) democracia em Fernandes está ligada à possibilidade dos “de baixo” recorrerem ao conflito como forma legítima de requerer avanços nas condições de suas vidas. Nesse sentido, está relacionada à tolerância da sociedade ao uso do conflito. Portanto, a democracia no Brasil, na premissa do autor, seria uma “democracia restrita”, um padrão de dominação restrito à “plutocracia”, uma ditadura dos “plutocratas”, que em hipótese nenhuma permitirá a ascensão do povo na história. Fernandes situa,

E, o que é mais relevante, formaram-se identificações com a “ordem”, a “segurança nacional”, a “revolução institucional” e a “modernização”, que amadureceram a consciência e as formas de solidariedade de classe da plutocracia em sentido realista. As classes privilegiadas entenderam que não se pode ser “iluminista”, “liberais” e muito menos “tolerantes” (FERNANDES, 2009, p. 109).

Portanto, ela é intolerante à utilização do conflito como forma legítima de busca dos direitos, restando assim um padrão de conciliação que tem duas características, a cooptação e o esmagamento. Esse é o padrão histórico de funcionamento da luta de classes (SAMPAIO JR. 2012). Assim, a luta de classes em países onde existem abismos assume um formato de “guerra ética”, onde a intolerância da classe dominante não permite conciliação, não admite discursão e nem diálogo. Sampaio Jr.

(2012) vai assinalar que o regime de classe no país é um regime típico de segregação social.

Para Sampaio Jr. (2012), o capitalismo dependente não é autodeterminado, não é nacional, e é controlado por uma burguesia dependente, impotente para enfrentar o imperialismo, e que acaba compensando sua mediocridade de forma interna. Dessa forma, o capitalismo dependente vive se reciclando e interage a partir de uma dupla articulação: dependência externa e segregação social interna. Esse capitalismo está cristalizado e representa o desfecho da revolução burguesa. A burguesia ampliou o grau de subordinação ao imperialismo, porém, com a consolidação da revolução burguesa no Brasil, conquista um patamar mínimo para interferir no ritmo e o aprofundamento dessa subordinação. Diante do exposto, o capitalismo dependente necessariamente se consolida numa “democracia restrita”, simplesmente por não ter bases objetivas ou subjetivas para ceder. Assim, a ditadura foi o desfecho da revolução burguesa, que moderniza o padrão de dominação oligárquico, adaptando a “democracia restrita” aos padrões do capitalismo monopolista (SAMPAIO JR. 2012).

O intuito dessa pequena síntese tem como substância real colocar o conceito de classe em movimento, porque a luta de classes conforma-se, tanto na concepção de Marx como de Fernandes, no *motor da história*. Porém, mais uma singularidade se apresenta em questão, a luta de classes em um capitalismo dependente. Sampaio Jr. introduz,

Preocupado em entender o modo pelo qual a luta de classes condiciona o processo de acumulação da periferia, o trabalho de Florestan Fernandes consiste em identificar o processo sociocultural responsável pela modernização das economias capitalistas dependentes. Trata-se de explicar por que o regime de classes se compromete com a reprodução de nexos de subordinação externa e com a reciclagem de anacronismos sociais internos, ou seja, por que " (...) como conexão do capitalismo dependente, o regime de classes acaba sendo a forma social do capitalismo dependente, associando, nessa manifestação típica cronicamente capitalismo e subdesenvolvimento" (SAMPAIO JR. 1997, p. 148)

A constituição histórica e a descrição assinalada até aqui apontam um *dever* para o processo da luta de classes no capitalismo dependente. A impossibilidade de avanços sociais a partir da consolidação da revolução burguesa e da transição para o capitalismo monopolista, inviabilizam e esgotam qualquer anseio de avanços democráticos para parcela considerável da classe trabalhadora. Nesse sentido,

esbarram nas possibilidades inclusive disponibilizadas pelo o que Florestan Fernandes chama de “revolução dentro da ordem”. As promessas e ilusões projetadas a partir da ascensão da “ordem social competitiva” e de uma aliança estratégica com a burguesia nacional deixaram de ser uma realidade possível. Convertendo os “de baixo” a um ambiente ainda mais intolerante, repressor e violento.

Diante dessa constatação histórica não resta muitas saídas para as classes trabalhadoras nos países dependentes senão a possibilidade de buscarem outros caminhos. Fernandes indica que a partir do golpe de 1964 houve uma “aceleração da história” e ao contrário do que se possa supor, tal aceleração é um processo ainda mais conservador e de repressão aos “de baixo”. “Ao longo do processo depurou-se das “ilusões liberais” e adquiriu uma racionalidade pragmática para continuar a se impor e vencer, esmagando os adversários imaginários ou reais” (FERNANDES, 2009, p.110).

E dentro desse contexto e sob essa perspectiva que se deve analisar, sociologicamente, as implicações políticas da “aceleração da história”, provocada pelas atuais orientações praticas da hegemonia burguesa. Ela não é a “aceleração histórica” dos processos de integração nacional e de revolução nacional. Mas a “aceleração histórica do desenvolvimento da empresa, da apropriação repartida do excedente econômico nacional e da espoliação do trabalho. Ao aceitarem as vias de “consolidação revolucionarias da ordem” mais fáceis, as classes privilegiadas deprimiram ainda mais o estreito político que se abria às classes “baixas”, para que pudessem realizar-se “dentro da ordem”, e praticamente suprimiram o espaço político que se abria à *radicalização consentida* (FERNANDES, 2009, p. 111).

E conclui,

Contudo, numa sociedade de classe em convulsão é impossível impedir que as migrações humanas, o desenraizamento social e cultural, a miséria e a desorganização social etc. operem, simetricamente, como foco de inquietação e de frustração sociais de larga escala. Por isso estamos prestes a conhecer tanto o movimento de protesto dentro da ordem “corrompido pelo sistema” quanto o contra a ordem “verdadeiramente revolucionário”, ambos *típicos de uma sociedade de classe moderna* (FERNANDES, 2005, p. 422-423).

Para concluir provisoriamente essa discussão, Florestan Fernandes, no caminhar do fechamento da obra *A revolução burguesa no Brasil* estabelece algumas tendências. A primeira é que para a classe dominante “[...] não padece de dúvida que as contradições entre aceleração econômica e a contra-revolução preventiva só podem ser resolvidas, dentro da ordem, [...]” (FERNANDES, 2005, p. 423). No conseqüente, o autor estabelece outra questão relevante, a suposição de que as classes

dominantes não estão dispostas a pagar o preço de uma suposta “democracia de cooptação”, porém, para Fernandes (2005), esse é o único caminho possível para a tendência de “abertura democrática”. Todavia, o autor adverte acerca da pouca efetividade de uma “democracia de cooptação” na periferia do mundo, não só pela dificuldade de sua burguesia dependente, como também em virtude das contradições inerentes ao regime de classe no capitalismo dependente.

4.5 A Questão Raça e Classe Revisitada

Até então, nosso intuito foi mergulhar em algumas obras de Fernandes que entendemos como seminais, e evidenciar alguns elementos que convergem na direção de uma interpretação da questão racial, com destaque para a inflexão do autor a partir da obra *A Revolução Burguesa no Brasil*. Diante do exposto, já podemos ressaltar que não trataremos a questão “raça” e “classe” como supúnhamos. Nossa observação é que ainda faltam elementos para esgotar esse tema, porém, sigamos. Retomando a questão racial, partiremos de uma citação de Fernandes presente no último parágrafo na obra *A integração do negro na sociedade de classes II*,

Como escreveu Nabuco, “temos de reconstruir o Brasil sobre o trabalho livre e a união das raças na liberdade”. Enquanto não alcançarmos esse objetivo, não teremos uma *democracia racial* e tão pouco uma *democracia*. Por isso o paradoxo da história o “negro” se converteu, em nossa era, na pedra de toque da nossa capacidade de forjar nos trópicos esse suporte da civilização moderna (FERNANDES, 2008, p. 576).

À citação acima, cumpre um papel político e simbólico para a nossa análise, e servirá como fio condutor da etapa final de nossa dissertação. Assim, dialogaremos com a interpretação inerentes a ela (a obra *A integração do negro na sociedade de Classe*) e a uma “suposta” inflexão de Fernandes na discussão da questão racial.

Importante, nesse momento, resgatar algumas questões elaboradas até então. Nesse sentido, pensar o processo acerca da revolução Burguesa no Brasil conjuntamente com a transição da “ordem social competitiva” para o capitalismo monopolista, assim como a singularidade de ser um país dependente⁴², são questões chaves para a compreensão da realidade social e racial. Nossa suposição até então é que Florestan Fernandes esgota as possibilidades inserção democrática e civilizatória na sociedade

⁴² Ver capítulos anteriores.

que se apresentara a partir da contrarrevolução preventiva de 1964, e mantém a mesma hipótese diante de uma suposta “abertura democrática”. Algumas características assinaladas no decorrer do nosso texto expressam essa inviabilidade.

Nossa hipótese é de que o movimento feito pelo autor na interpretação da revolução burguesa no Brasil já responde a nossa questão nessa dissertação. Fernandes tem uma inflexão e modifica sua compreensão acerca das possibilidades projetadas inicialmente a partir da “ordem social competitiva”, sobretudo quanto a incorporação “automática” do negro na sociedade de classes. Porém, ainda temos possibilidades de ir mais a fundo nessa questão. As análises a seguir, no prefácio de *Circuito fechado*, feitas por Maria Arminda do Nascimento Arruda, sintetizam nossa avaliação.

Se na obra *A revolução burguesa no Brasil* Florestan rejeitou a posição antes assumida sobre a viabilidade de se “forjar nos trópicos este suporte de civilização moderna”, para retomar uma frase de fecho de *A integração do negro na sociedade de classes* e que ainda encerrava um facho de esperança no sentido de o Brasil realizar as promessas civilizatórias do moderno, em *Circuito fechado* todas as apostas estão cristalizadas na força incoercível das classes populares para construir um futuro socialista e democrático, negador da repetição contínua do passado (ARRUDA, apud FERNANDES, 2010, p.14).

E completa,

Em *A integração do negro na sociedade de classes*, que foi publicado em 1965, Florestan ainda propugnava pela construção de políticas sociais, como a da universalização da escola pública, para romper o padrão social e étnico da desigualdade; em *A revolução burguesa no Brasil* demonstrou a incompatibilidade do capitalismo dependente e da burguesia no Brasil com os valores civilizatórios da modernidade; em *Circuito fechado* defendeu a ultrapassagem do Estado autocrático burguês pelo conflito de classes. Como se percebe, interpretações já desenvolvidas são retomadas para tratar de novos problemas, mas segundo outro andamento reflexivo, deixando entrever uma espécie de arremate na trajetória pessoal e intelectual de Florestan Fernandes (ARRUDA, apud FERNANDES, 2010, p. 15).

Assim, podemos fundamentar nitidamente tal inflexão do autor. A partir da dinâmica e movimento contraditório do processo de revolução burguesa, no que tange à possibilidade de adentrar aos valores civilizatórios da modernidade, Fernandes ressalta sua incompatibilidade com o capitalismo dependente. Nesse sentido, também está implícito a possibilidade de romper com o que Arruda (2010) chama de padrão étnico da desigualdade.

Nessa altura, a leitura acerca da questão racial no crivo de Fernandes ganha novos contornos até então não considerados. O padrão de submissão a partir do capitalismo

dependente, o caráter restrito da burguesia e sua forma intolerante de reagir aos conflitos presentes na sociedade, têm desdobramentos dramáticos na questão racial. Todas essas características interditam a viabilidade de uma possível democracia racial ou mesmo democracia plena. Restando assim apenas espaço para uma democracia de cooptação⁴³, protagonizado pela burguesia e para burguesia. As características supracitadas até então vão ao encontro do que Fernandes chama de “circuito fechado”.

O *circuito fechado* constitui uma equação metafórica de um dos ângulos da situação que prevalece graças aos tempos retardados da revolução burguesa. A história nunca se fecha por si mesma e nunca se fecha para sempre. São os homens, em grupos e confrontando-se como *classes em conflito*, que “fecham” ou “abrem” os circuitos da história. A América Latina conheceu longos períodos de *circuito fechado* e curtos momentos de *circuito aberto*. No entanto, o modo pelo qual se dão as coisas, nos dias que correm, revela que “o impasse de nossa era” não consiste mais no caráter perene da repressão e da opressão. Os que reprimem e oprimem, nestes dias, lutam para impedir o *curto-circuito final*, que para eles vem a ser o desaparecimento de um Estado antagônico à Nação e ao Povo, ou seja, um Estado que, como todo o Estado elitista, tem sempre de “fechar a história” para os que não estão no poder (FERNANDES, 2010, p.34).

O circuito fechado na concepção de Fernandes é a cristalização de um modo de operar da Burguesia, extremamente autocrático, intolerante e avesso ao conflito de classe. Diante do exposto, nossa tratativa agora, tem a tarefa de localizar o negro a partir de toda conjuntura derivada da interpretação de Fernandes acerca da revolução burguesa no Brasil, ou seja, pensar o negro num país periférico e dependente, cuja burguesia tem dificuldade de lidar com os conflitos de classe e de raça. Nesse sentido, Fernandes aposta na negação da ordem e reafirma a necessidade da perspectiva classista.

As necessidades desse enlace existem e impõem ao negro inconformista um novo ponto de partida, que o obriga a ser *mais realista* e, ao mesmo tempo, *mais difícil de satisfazer*. Em função do nível crítico da percepção sociológica,

⁴³ A burguesia é, como sempre foi no Brasil, muito articulada, o que faz com que ela tenha uma unidade, se não econômica, no sentido de vencer as diferenciações regionais, pelo menos cultural e de orientação política. E, apesar das diferenças setoriais, que implicam também variações na participação do poder efetivamente político, no poder político estatal, esses setores se entendem bem em qualquer momento de crise e são capazes de desenvolver um esquema de conciliação que os acomode e que ofereça compensações a todos, além de criar bandeiras para iludir o resto da sociedade. Porque essas conciliações são, naturalmente, escamoteadas ideologicamente. A ideologia serve para esconder, e assim vai se passando de uma fantasia a outra: da democracia à eleição livre, ao voto secreto, etc. Se nunca nos perguntarmos quais são os requisitos da existência disto ou daquilo, quem vai se beneficiar, o que a população como um todo tem a ganhar com isso, ou o que ela tem a perder, o que representam para a nação e para o enfraquecimento da nação esses arranjos todos, que são importantes para a cúpula e que se esgotam por si próprios, não fica nada. O que ficou dessas grandes conciliações? Nada (FERNANDES, 1995, p. 192-193).

a negação da ordem se abre simultaneamente para a “classe”, a “raça” e os seus entrelaçamentos visíveis ou invisíveis. O que quer dizer que saltamos do ideal inconcretizável da “Segunda Abolição” para a ideia da revolução de baixo para cima: o negro aí aparecendo como o Povo que se torna agente da história (FERNANDES, 2010, p.118).

Diante dessa conjuntura histórica delineada e do rigor da sua análise, Fernandes passa a apostar no movimento de luta de classes, e considera o negro como um importante agente nesse processo. Nessa esteira teórica, Florestan ressalta o papel do negro e sua contribuição no enfrentamento da burguesia dependente. O autor reconhece que em “[...] 1951 insistia no conceito de “capitulação passiva”. Então, conhecíamos mal o protesto negro, sua contraideologia racial e os ideais que orientaram as lutas pela frustrada ‘Segunda Abolição’” (FERNANDES, 2010, n.p). E sugere uma transição interpretativa da “capitulação passiva” para a “rebeldia ativa” (FERNANDES, 2010).

Existem limitadas perspectivas de integração efetiva do negro a essa sociedade fora e acima de tais condições, pois o inconformismo do negro precisa encontrar oportunidades de elaboração psicológica, social, cultural e política, já que é através dele que se poderá constituir e perpetuar-se um novo padrão de relação racial igualitária e de ordenamento de “raça” e “classe” em bases democráticas. Isso provocaria uma transformação sociodinâmica do inconformismo do negro; ao converter-se numa *força social construtiva* e incorporada à rede de instituições e de estruturas sociais, de início e durante um período de tempo de duração imprevisível tal força social teria de operar mudanças profundas nos fundamentos raciais da sociedade brasileira, atuando como um fator histórico tanto de “revolução dentro da ordem”, quanto de “revolução contra a ordem” (FERNANDES 2010, p.130)

A passagem expressa pelo autor não é uma representação de um “radicalismo” ou “extremismo exagerado”, ou até mesmo “irresponsável”. Florestan não desconsidera a necessidade e as possibilidades de avanços em relação à questão racial “dentro da ordem”, porém, compreende também os seus limites. O que é importante considerar e demarcar nesse sentido, é que essa “unidade” ou “paralelismo”, como sugere o autor, entre “classe” e “raça”, não surgiu a partir de uma “ideia” ou simplesmente de uma construção mecânica escorada numa matriz marxiana. Esta é a expressão de um movimento concreto inerente à realidade histórica observada e interpretada a partir de um embasamento teórico crítico, já assinalado por nós nesses escritos. Portanto, demonstram o rigor e o esforço teórico em reproduzir o real no pensamento, a ponto de traçar o *dever* do processo de revolução burguesa, sinalizando suas tendências e implicações para o desenvolvimento social da população subalterna, que

colocam tanto o negro como a classe à margem das possibilidades restritas proporcionadas pelo capitalismo dependente.

Chegamos, assim, a um ponto de extrema relevância de nossa dissertação, em que os cenários políticos e ideológicos no tempo histórico de Fernandes, impõem tarefas políticas necessárias para articulação “raça e classe” desempenharem para emancipação humana e social dos “de baixo”.

Ocorre que no capitalismo monopolista da periferia não contém dinamismos para fundir raça e classe. Um movimento nessa direção fica dependendo de alterações ou revoluções proletárias e socialistas. [...]. É, portanto, entre os de baixo, onde a luta de classe crepita com oscilações, mas como vigor crescente, que a raça se converte em fator de atrito social. Há problemas que poderiam ser resolvidos “dentro da ordem”, que alcançam a classe, mas estão fora do âmbito da raça. A raça se configura como pólvora do paiol, o fator que em um contexto de confrontação poderá levar muito mais longe o radicalismo inerente à classe. Como escrevi no prefácio do livro citado, é a raça que definirá o padrão de democracia, em extensão e profundidade, que corresponderá às exigências da situação brasileira. Hoje, aliás, é patente que a reflexão vale tanto para uma democracia burguesa, quanto para uma democracia popular e proletária – ou seja, do capitalismo ao socialismo (FERNANDES, 2017, p. 62-63).

Contudo, ressalta-se a complexidade da questão. O “paralelismo” de raça e classe tem desdobramentos imediatos na forma de pensar e agir dos “de baixo”. Em *O Significado do Protesto Negro*, Fernandes nos adverte sobre o potencial explosivo e revolucionário, sendo estes essenciais para os arranjos democráticos “dentro da ordem” e “fora da ordem”. Fernandes (2017) alerta sobre a necessidade de não isolar “raça” e “classe”, resgatando que, na sociedade brasileira, as categorias raciais não necessariamente têm um potencial emancipatório, nesse sentido, “[...] a negação do mito da democracia racial no plano prático exige uma estratégia de luta política que regule a eclosão do Povo na história” (FERNANDES, 2017, p. 36).

Fernandes sinaliza e, simultaneamente, reafirma a necessidade do paralelismo de “raça” e “classe”, já que a “classe” concebida de forma isolada, não necessariamente resolve as complexidades inerentes ao processo de “raça”. E que desvencilhar uma das categorias, na perspectiva histórica apreciada, não resolve a equação. O autor ressalta,

Existem barreiras sociais e, ao lado delas, barreiras raciais na luta da conquista por “um lugar ao sol” e da “condição de gente”. Muitos afirmam que o preconceito de cor é um fenômeno de classe e que no Brasil não existem barreiras raciais. Todavia, estas se manifestam de vários modos e são muito

fortes. Aqueles que conseguem varar as barreiras sociais, qualificando-se como técnicos ou como profissionais liberais, logo se defrontam com barreiras raciais (FERNANDES, 2017, p. 40).

Nesse sentido, o debate não só perpassa por mais democracia, mas estritamente democracia racial. Ressaltando aquela citação apresentada logo no início dessa seção, Fernandes exemplifica,

Desse ângulo, o negro vem a ser a pedra de toque da revolução democrática na sociedade brasileira. A democracia só será uma realidade quando de fato houver igualdade racial no Brasil e o negro não sofre nenhuma espécie de preconceito, de estigmatização, e de segregação, seja em termo de classe, seja em termos de raça. Por isso, a luta de classe, para o negro, deve caminhar juntamente com a luta racial propriamente dita (FERNANDES, 2017, p. 40).

Sintetizando a análise de Fernandes, embasada em todo seu acúmulo sobre o processo de revolução burguesa no Brasil, assinala-se a insuficiência atribuída à “revolução dentro da ordem” para lidar com os problemas culturais, políticos educacionais, raciais. Diante disso, o autor afirma que “[...] é preciso que o socialismo proletário venha embebido de um impulso radical profundo que ultrapasse a libertação coletiva da classe trabalhadora e destrua, até o fim e até o fundo, a opressão racial” (FERNANDES, 2017, p.42).

O autor assinala algumas perspectivas associadas às tarefas políticas do protesto negro. Fernandes (2017) considera várias questões relacionadas à complexidade da questão racial inerente ao seu tempo histórico, dentro de interrogações projetadas a partir das necessidades históricas e sociais da população negra. Contribui no sentido de evidenciar as contradições impostas pela realidade sociopolítica e as possibilidades de inserção a partir de um plano concreto de enfrentamentos colocados para a questão racial. Dentre as indagações suscitadas por Fernandes (2017) relacionadas à questão racial, está: o que resta para o negro? Ainda é possível acreditar em uma democracia racial? É possível projetar e compactuar com valores de uma democracia liberal, ou até mesmo de um radicalismo liberal? Tais questões se apresentam com um plano de fundo cristalizado pelo processo de revolução burguesa. Florestan Fernandes (2017) pressupõe que, mesmo com o processo de “abertura”, a “contrarrevolução preventiva” revigorou as estruturas arcaicas, potencializando ainda mais a submissão de classe e de raça. Diante dessas questões,

não há como se abster. “Goste ou não, queira ou não, o negro constitui uma das forças vitais da revolução democrática e da revolução nacional” (FERNANDES, 2017, p. 67).

Quase um século depois da Abolição, seria incoerente e vazio retomar a linha de protesto e de autoafirmação coletiva que se esborou sem deixar marcas na transformação da sociedade. Formalmente o raciocínio é correto. Da perspectiva concreta do conflito econômico, sociocultural e político, não. O negro continua nos “porões da sociedade” e “emparedado”. Um século depois de sua “emancipação”, ele continua coletivamente sem a liberdade de ser, preso aos grilhões invisíveis da tutela do branco e às cadeias visíveis da miséria, da exclusão dissimulada e da desigualdade racial (FERNANDES, 2017, p. 68).

Nesse resgate, o elemento chave que sintetiza a necessidade histórica do negro é a concepção de uma “segunda abolição”. Outro aspecto relevante para nossa discussão é a questão da “força de trabalho”. Fernandes ressalta, no decorrer de sua análise da questão racial, que os postos de trabalhos destinados aos negros após a suposta abolição eram designando por “trabalho sujo”. Todavia, não deixou de considerar que “[...] a moral da história é que, embora o trabalho seja uma mercadoria, onde há composição multirracial nem sempre os trabalhos iguais são mercadorias iguais” (FERNANDES, 2017, p. 86).

Fernandes (2017) é enfático no que considera “solidariedade de classe”. Ressalta a necessidade de não deixar nenhuma opressão ou formas de desigualdades transcenderem à classe. “Quer dizer que a raça é uma formação social que não pode ser negligenciada na estratégia de luta de classes e de transformação dentro da ordem ou contra a ordem que há um potencial revolucionário no negro que deve ser despertado [...]” (FERNANDES, 2017, p. 86).

Ainda no que tange às tarefas políticas do negro, ao ser questionado sobre como observa o papel político deste, Fernandes é cirúrgico na resposta, “[...] muitos acham que o potencial do negro é melhor aproveitado quando ele se afirma só como raça” (FERNANDES, 2017, p. 99). Diante dessa questão, o autor assinala que a tendência ao se assumir apenas como raça é caminhar para o isolamento ou incorporar-se à ordem. “É por isso que eu acho que é o momento de um lance entre raça e classe. Não para neutralizar o elemento raça” (FERNANDES, 2017, p. 99). Embora compreenda também a legitimidade de afirmação de raça dentro das questões colocadas para a classe, Florestan enfatiza o potencial transformador dessa

articulação e o quanto as possibilidades de modificação são comprometidas quando esta unidade fracassa.

Para finalizar essa seção, entendemos como importante também pensar a questão raça e classe para outras esferas sociais, principalmente em organizações como movimentos sociais e partidos de esquerda. Durante muito tempo o protesto negro atribuiu a esses espaços a impossibilidade de pautar bandeiras das minorias sociais, Fernandes esclarece,

Eu tenho a impressão que os movimentos socialistas, comunistas, anarquistas, no Brasil de hoje dificilmente seriam insensíveis aos problemas raciais como foram no passado. Porque, no passado, havia aquela ideia de que, resolvidos os problemas sociais, estariam resolvidos os problemas raciais. Depois de todos os estudos que se fizeram, depois da própria população negra e mulata ter demonstrado uma grande sensibilidade (que não é homogênea), é muito pouco provável que qualquer movimento político não conservador se mostre alheio a questão racial (FERNANDES, 2017, p. 127).

Florestan Fernandes adverte sobre as impossibilidades de mudanças estruturais sem a participação ativa da população negra. Nesse sentido, a luta racial deve caminhar de braços dados com luta de classes, “dentro da ordem”, porém, “contra a ordem”.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Precisamos visitar nossas velhas paixões, não me refiro apenas às pessoas, amigos também são paixões os livros, poemas, lugares, [...] ideias que incendiaram a alma do mundo, pequenos fragmentos de verdade...

Mauro Iasi

Chegamos até aqui buscando algumas respostas, em contrapartida acumulamos mais questões que, no âmbito social e político, ainda hoje, passados mais de 40 anos da publicação de *A revolução burguesa no Brasil* e mais de 20 anos da morte de Florestan, não foram resolvidas e continuam a nos desafiar.

A busca incessante de interpretação da formação social brasileira, que é parte da tarefa de compreender a realidade em que vivemos, encontra-se incompleta, pois neste momento, ainda estamos órfãos de autores como Florestan Fernandes, condenado ao esquecimento nas ciências sociais. Diante disso, a condição para o acerto de nossas ações, bem como para o necessário exercício de traçar tendências para antecipar movimentos históricos, encontram-se fragilizados e com poucas referências com musculatura teórica para alavancar as necessidades de emancipação humana dos “de baixo”.

No que tange à interpretação da revolução burguesa no Brasil, partindo das particularidades do capitalismo dependente, temos a necessidade urgente de fazer um grande inventário das formulações clássicas da sociologia crítica, propondo sínteses históricas e “acertos de contas” acerca da questão “raça e classe” no pensamento social brasileiro.

Nosso papel aqui não fora tão audacioso a ponto de realizar tal inventário, mas formular e contribuir nessa direção. Fomos impulsionados tanto pela realidade histórica em que vivemos como pela necessidade de avançar na questão racial, e assim, visitar um velho “mestre” abandonado nas trincheiras das ciências sociais, mas vivo na unidade estratégica entre “raça e classe” para anunciar o fim da “pré-história da humanidade”.

Na esteira do debate da questão racial, presente nas contradições e polêmicas acerca da formação social brasileira, também impera a sua incompletude. Todavia, é na sua interpretação rigorosa que está o fôlego necessário para a luta da superação da desigualdade racial e social.

Nesse sentido, nosso primeiro movimento foi resgatar algumas passagens de Fernandes acerca da “ordem social competitiva” e suas tendências naquele momento histórico. Importante realçar que Florestan também fora filho do seu tempo, momento hegemonizado pela estratégia democrático e nacional, que enxergava com otimismo uma aliança estratégica com a burguesia nacional e, assim, projetava a mesma tendência para integração social do negro na sociedade de classe e, conseqüentemente, a superação de tarefas democráticas em atraso no sentido da revolução burguesa.

O segundo movimento consistiu em dialogar com essas tendências, que na nossa suposição, são abandonadas a partir de obras mais seminais, nas quais o autor, ao considerar outros elementos da realidade, tem uma inflexão em relação à questão racial e também em relação às possibilidades de aspirações democráticas. Diante do exposto, reolocamos a questão: o autor ainda projeta a esperança de integração social do negro a partir do desenrolar do capitalismo? A essa questão específica, pronunciamos algumas interpretações nas passagens anteriores, demonstrando uma nítida inflexão e até mesmo uma autocrítica, porém, no decorrer encontramos acertos e equívocos que estimulam o nosso prosseguir nos desafios de aprofundar nossos estudos da obra do autor que, ainda revela ter muita atualidade ou, melhor, possuir categorias capazes de apreender a realidade.

Nosso marco teórico para reafirmar essa inflexão foi a obra *A revolução burguesa no Brasil*, que diante das posições assinaladas durante o percurso da dissertação, demonstrou de forma reluzente que as ilusões projetadas das tarefas democráticas em atraso, de uma suposta assimilação do negro como força de trabalho equivalente ao branco, dissolveram-se com o golpe empresarial militar e a transição para o capitalismo monopolista.

Ambos os caminhos deságuam no desfecho da revolução burguesa no Brasil, ou seja, na consolidação de uma burguesia autocrática e intolerante aos conflitos, que se isola

em um “circuito fechado” dela e para ela. Assim, encerrando a viabilidade de aspirações democráticas, civilizatórias, sociais e de igualdade raciais no capitalismo dependente, potencializando ainda mais o racismo de forma estrutural.

Para o autor, as possibilidades de negros e brancos como forças de trabalho equivalentes na ordem social em ascensão se esgotam. Primeiramente, pelo fato da “ordem social competitiva” ter assumido outro patamar de exploração a partir do capitalismo monopolista, que sistematicamente reduz o nível de concessão em relação aos “de baixo” (incluindo a população negra) no processo de relação social, ou seja, para a burguesia dependente sobreviver, é preciso mais repressão e menos direitos. O segundo elemento seria a incapacidade da própria “ordem social competitiva” de cumprir esse papel civilizatório, devido ao próprio “tipo” de revolução burguesa no Brasil, o “não clássico”, que dificilmente proporcionaria padrões civilizatórios dos países desenvolvidos.

Além de constatar se de fato havia uma mudança de leitura acerca das possibilidades de inserção do negro a partir de F. Fernandes, também aspirávamos reunir elementos para justificar uma análise estrutural do autor e, assim, demonstrar a articulação da questão racial e a supracitada inflexão a partir do “todo articulado”⁴⁴, como parte do processo de interpretação da revolução burguesa no Brasil e seus principais desdobramentos políticos, sociais e econômicos.

Diante dessas premissas, nossa hipótese é de que qualquer interpretação da formação social brasileira a partir de Fernandes, seja a partir do negro, do índio, da educação, do capitalismo dependente, da política e, inclusive, da sociologia, sem o referencial teórico de *A revolução burguesa no Brasil*, tende a ser uma interpretação incompleta. O patamar de leitura da realidade adquirido após esse processo de exílio consolidou no nível da elaboração teórica um aparato categórico mais condizente com os dilemas e brechas deixadas pela revolução burguesa. O referencial marxiano e leniniano, principalmente a partir do método materialista dialético, impulsionaram de forma mais consistente as análises da realidade social e racial brasileira.

⁴⁴ Ver método.

Fernandes sempre afirmava que a principal forma de perceber que não vivemos numa democracia é observar a situação do negro. Após alguns anos das análises do autor, o negro ainda é uma referência “clara” de que vivemos em uma “democracia restrita”. O negro ainda não tem uma equiparação real em relação à população branca, e ainda lida com o preconceito e a discriminação diariamente.

O esgotamento das possibilidades civilizatórias e democráticas respaldadas a partir das interpretações de Fernandes, projetam na questão racial um grande elo de resistência. A avaliação florestaniana a partir dos desdobramentos do desenvolvimento do capitalismo no Brasil e seus esgotamentos no sentido democrático, vislumbra na questão racial a necessidade da luta de classes. Florestan Fernandes já nos anos 1980, sinalizava os limites da retomada das linhas de protestos negros baseados exclusivamente na autoafirmação e, inclusive, na segregação, desconsiderando a perspectiva classista, que para ele significava fazer o jogo da classe dominante (Fernandes 2017). Na verdade, nossa impressão é de um aumento de “movimentos negros” rejeitando a perspectiva de classe.

Não está em voga aqui fazer juízos de valor em relação às várias vertentes do movimento negro, a ideia central é acumular e refletir sobre os nossos limites, apontando para a necessidade de “balanços” acerca das nossas experiências. Observamos nos últimos anos, com a políticas de cotas para negros e com a lei que versa sobre a obrigatoriedade do ensino da história africana e etc., avanços importantes, que Florestan possivelmente classificaria como “revolução dentro da ordem”. Porém, os caminhos da institucionalização da pauta racial, com políticas sociais e secretarias de promoção da igualdade raciais, só oferecem mediações provisórias. Na premissa de Fernandes, a questão do “protesto negro” tem que transitar por caminhos “fora da ordem”, sem isso há um comprometimento de sua autonomia e independência.

Com a passagem acima, principalmente a partir do final dos anos 1990 e início de 2000, parece que houve uma quebra nessa tendência assinalada por Fernandes, que não enxergava a possibilidade de conciliação entre a burguesia e os trabalhadores, pacto que foi concretizado nos governos “democráticos e populares” do Partido dos Trabalhadores. Essa coalizção propiciou algumas possibilidades democráticas ou até mesmo a modificação relativa da correlação de forças dentro da “democracia de

cooptação”. Porém, conformou de forma significativa uma crescente institucionalização das lutas, inclusive a racial, comprometendo a autonomia e independência das organizações dos trabalhadores. De tais questões emergem algumas interrogações que incentivam ainda mais nosso aprofundamento na obra do autor.

Em suma, os esforços teóricos despendidos na busca por uma interpretação acerca da questão de “raça e classe” em Florestan Fernandes, reascende a chama necessária para a disputa perante os movimentos sociais e políticos de esquerda, tendo como objetivo a necessidade de resgatarmos nosso projeto de classe, que não parte de uma utopia, mas das contradições das particularidades da formação social brasileira, ou seja, o socialismo, que passa pela unidade estratégica “raça e classe”. Assim como fazemos diante de vários autores clássicos, que sobreviveram ao tempo e continuam a dialogar conosco, devemos ter um espaço reservado para o *Professor Florestan* nas nossas prateleiras, grupos de estudos, cursos de formação política, cursos de graduações e pós-graduação, se de fato ainda tivermos como objetivo estratégico mudar as relações raciais e sociais em que vivemos.

Em meio a esse *Enveredar compelido*, dou um até logo com poesia.

Enveredando retóricas afinadas de um cotidiano compelido pelo resultado que não chega.
 Detesto perceber que estou errado e, por vezes, esvazio-me da sensação de resistência.
 Nas noites e dias desse longo mês que já terminou, apresentei soluções, fui de ponta cabeça;
 E de cabeça para baixo tento montar as peças que faltam no tabuleiro.
 O que parecia simples e retocável desmoronou-se sob uma nuvem de poeira e escombros.
 O remontar que paradoxalmente se inicia no começo do ano, nada tem a ver com a farsa montada por nossa sociabilidade de que tudo vai ser diferente.
 Na verdade, não acho que será diferente, iludo-me simplesmente por achar que está tudo terminado e acabado, desafiando grosseiramente a principal lei da dialética.
 Nos dias que se seguem, de noites longas e manhãs curtas, caminho pela casa como se estivesse cinco vezes seu tamanho. Sentado de frente para o computador, sentindo o vento da janela, vejo-me como se estivesse numa praia observando o mais lindo do pôr do sol.
 Mais uma vez em minha longa vida, vejo o passado se repetir no presente, inviabilizando os passos que nos possibilitam chegar ao futuro.
 Nessa companhia silenciosa que ecoa durante a noite, prolongando-se pela manhã e invadindo a tarde, onde o sol tenta aquecer o que está frio, sinto falta da sua voz.
 Agora o vento dá o ritmo das palavras, escolhe sua veracidade e intensidade; as janelas já não param de fazer barulho, e as árvores não param de dançar.

E lá fora da varanda ouço uns estalos e o barulho de uma árvore que está prestes a desabar, porém, ela insiste em ficar de pé, insiste em não quebrar.

Em uma tarde de janeiro de 2019

Ps.: A árvore veio ao chão meses depois, contudo, as raízes permaneceram.

REFERÊNCIAS

ARRUDA, M. A (2010). **Sociologia de Florestan Fernandes**. *Tempo Social, revista de sociologia USP*, 9-27

ARRUDA, M. A. **Café Filosófico: Florestan Fernandes e a Escola Paulista de Sociologia**. 2014 Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=knHYevT7DLs&t=28s>> Acesso em 15 de nov. 2018.

BASTIDE, Roger e FERNANDES, Florestan. **Relações raciais entre negros e brancos em São Paulo**. 4 Ed. São Paulo, Global, 2008.

BASTOS, Elide Rugai. **Gilberto Freyre e o pensamento hispânico: entre Dom Quixote e Alonso El Bueno**. São Paulo: EDUSC, 2003

BRECHT, Bertolt. **Poemas 1913-1956**. 7.ed. seleção e tradução de Paulo César de Souza -- São Paulo: Editora 34, 2012

CARDOSO, Fernando Henrique, (Prefácio), In BASTIDE, Roger e FERNANDES, Florestan. **Relações raciais entre negros e brancos em São Paulo**. 4 Ed. São Paulo, Global, 2008.

CARVALHO, José Jorge de. **Inclusão étnica e racial no Brasil: a questão das cotas no ensino superior**. 2. Ed. São Paulo: Attar Editorial, 2006.

ENZENSBERGER, Hans Magnus. **O naufrágio do titanic: uma comédia**. 1. ed. São Paulo: Companhia das letras, 2000.

FERNANDES, Florestan. **A Integração do Negro na Sociedade de Classes**. Volume 1. São Paulo: Ática, 1978.

_____. **A Integração do negro na sociedade de classes** 2 volumes .Editora: Ática, 1965.

_____. **Circuito fechado : quatro ensaios sobre o “poder institucional”**; prefácio Maria Arminda do Nascimento Arruda – São Paulo : Globo, 2010.

_____. **Ciências Sociais: na ótica do intelectual militante**. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141994000300011> Acesso em: 07 de nov. 2017.

_____. **A revolução burguesa no Brasil**. São Paulo: Globo, 2005.

_____. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina** / Florestan Fernandes ; apresentação de Ricardo Antunes – 4. ed. ver. – São Paulo : Global, 2009.

_____. **Sociedade de classes e subdesenvolvimento**. Zahar editora, 4ª edição, Rio do Janeiro, 1981.

- _____. **O que é revolução.** São Paulo: Abril Cultural : Brasiliense, 1984.
- _____. **Poder e contrapoder na América Latina.** 2.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2015.
- _____. **Mudanças Sociais no Brasil.** 4ª edição. São Paulo, editora Global, 2008b.
- _____. **Marx, Engels e Lênin: história em processo,** -1. ed.--São Paulo: Expressão Popular, 2012.
- _____. **Entrevista a Fátima Murad.** *Tempo Social*; Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 7(1-2): 185-195, outubro de 1995.
- _____. **Entrevista publicada na Revista *Trans/Form/Ação*,** v. 2, p. 5-86, Marília, 1975.
- _____. **Entrevista Vox Populi.** 1984, Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=dPAYUfcwR0E>> Acesso em: 06 nov. 2017.
- FREITAG, B. (2005). **Florestan Fernandes: revisitado.** *Estudos Avançados* , 231-243
- GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. **Classes, raças e democracia.** São Paulo: Fundação de Apoio a Universidade de São Paulo. Ed. 34, 2002.
- GRAMSCI, Antônio. **Concepção Dialética da História.** 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- HASENBALG, Carlos Alfredo. **Discriminação e desigualdades raciais no Brasil.** Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.
- HIRANO, Sedi. **Castas, estamentos e classes sociais: introdução ao pensamento sociológico de Marx e Weber.** 3ª Ed. Editora da Unicamp, Campinas-SP: 2002
- IANNI, OCTÁVIO, **Florestan Fernandes, sociologia crítica e militante.** 1.ed. São Paulo: Expressão Popular. 2004
- _____. **Raças e Classes Sociais no Brasil.** São Paulo: Brasiliense, 1987.
- IASI, Mauro Luis. **As metamorfoses da consciência de classe: o PT entre a negação e o consentimento.** 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.
- _____. **Ensaio sobre consciência e emancipação.** 2.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.
- _____. **O dilema de Hamlet: o ser e o não ser da consciência.** 1. ed. São Paulo: Viramundo, 2002.
- _____. **Política, estado e ideologia: na trama conjuntural.** 1. ed. São Paulo: 2017.

_____. **A ruas: poemas e reflexões pedestres.** 1. ed. São Paulo: ICP, 2014

KOFLER, Leo. **História e Dialética: estudos sobre a metodologia da dialética marxista.** 1.ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2010.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto.** 1. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política.** 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

_____. **O capital: crítica da economia política: Livro I: o processo de produção de capital.** 1. Ed. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. **O capital crítica da economia política: Livro III: o processo global da produção capitalista;** tradução Rubens Enderle ; edição de Friedrich Engels. – 1.ed. – São Paulo: Boitempo, 2017.

_____. **O 18 de Brumário de Luís Bonaparte.** 1. Ed. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã.** 1. Ed. São Paulo: Boitempo, 2007.

MAZZEO, Antônio Carlos, **Estado e Burguesia no Brasil: origens da autocracia burguesa.** – 3.ed.- São Paulo : Boitempo, 2015.

MUNANGA, Kabelege. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra.** 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

_____. (org). **Superando o racismo na escola.** 2.ed. Brasília: SECAD/MEC, 2005

MOURA, Clóvis. **A dimensão política do pensamento de Florestan Fernandes com o problema do negro.** Disponível em <<https://www.marxists.org/portugues/moura/1996/05/florestan.htm>> Acesso em: 05 nov. 2017.

NETTO, José Paulo; CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. **Cotidiano conhecimento e crítica.** 10. Ed. São Paulo: Cortez, 2012.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia política : uma introdução crítica.** 8.ed. –São Paulo : Cortez, 2012.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao Estudo do Método de Marx.** 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

_____. **Ditadura e serviço social: uma análise do serviço social no Brasil pós-64.** São Paulo: Cortez, 2010.

RODRIGUES, Nina. **Os africanos no Brasil.** 4 ed. São Paulo: ed. Nacional; Brasília: INL (1976).

SAMPAIO JR, Plínio de Arruda, **E a revolução burguesa no Brasil: a quantas anda?** 2012, (38m02s). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=pQQiwqbySog>> Acesso em: 15 mar. 2019.

SAMPAIO JR, Plínio de Arruda, **Entre a nação e a barbárie: uma leitura das contribuições de Caio Prado Jr., Florestan Fernandes e Celso Furtado à crítica do capitalismo dependente** - Campinas, SP: [s.n.], 1997.

VENTURA, Roberto. **Estilo Tropical: história cultural e polemicas literária nos Brasil no Brasil 1870-1914** São Paulo: Companhia das letras, 1991.